



Número da Licitação/processo: PREGÃO ELETRÔNICO SUPGA/GAADM/GAADL Nº **90114/2026** – MODO DE DISPUTA ABERTA

Objeto: Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços Contínuos de **Almoxarifado Virtual para todas as regionais do Serpro.**

Data de Abertura: 08/06/2026 Horário 09h30min

Local: Sítio do Compras.gov.br - <https://www.gov.br/compras/pt-br>

SUMÁRIO

Sumário

DO OBJETO.....	3
DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO.....	3
DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS PARA PARTICIPAÇÃO DAS ME/EPP/MEI/COOPERATIVA.....	4
DA REPRESENTAÇÃO E CADASTRAMENTO NO COMPRAS.....	5
DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS.....	6
DA PROPOSTA DE PREÇOS.....	7
DA HABILITAÇÃO.....	14
DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.....	18
DA CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS.....	19
DA FORMULAÇÃO DOS LANCES.....	19
DO JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DA HABILITAÇÃO.....	22
DOS RECURSOS.....	24
DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.....	25
DA AVALIAÇÃO DE INTEGRIDADE E ANÁLISE DE TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS.....	25
DO FORNECIMENTO E/OU PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.....	26
DO CONTRATO.....	26
DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	27
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	29
DOS ANEXOS.....	30
ANEXO I – CARACTERÍSTICAS DA CONTRATAÇÃO.....	32
ANEXO IA – ESTIMATIVA DE PRAZO (ANEXO 01A DO CONTRATO).....	56
ANEXO IB – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS.....	57
ANEXO IC – PROVA DE CONCEITO - POC.....	58
ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA.....	59
ANEXO II/A – DECLARAÇÃO DE TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS E NEPOTISMO.....	62
ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO.....	64
ANEXO 01 DO CONTRATO – CARACTERÍSTICAS DA CONTRATAÇÃO.....	96
ANEXO 01A – ESTIMATIVA DE PRAZOS.....	97
ANEXO 01B – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS.....	97
ANEXO 01C – PROVA DE CONCEITO – POC.....	98
ANEXO 02 – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS COM A RELAÇÃO DE ITENS.....	99
ANEXO 03 DO CONTRATO – MODELO DE CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA PARA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL.....	100

EDITAL DE CONVOCAÇÃO		
PREGÃO ELETRÔNICO SUPGA/SERPRO Nº 90114/2026	PROCESSO Nº SERPRO-PMP-2026/00001	SEDE CÓD. UASG 806030

O SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO) comunica que, no horário de Brasília, na data e no endereço a seguir, de acordo com a Lei Complementar 123/06, Lei 11.488/07, Lei 13.303/16, Decreto 8.538/15, Decreto 8.945/16, Decreto 9.507/18, Decreto 3.722/01, que dispõem sobre o SISTEMA DE CADASTRAMENTO UNIFICADO DE FORNECEDORES – SICAF, e o Regulamento de Licitações e Contratos do SERPRO, disponível no endereço www.serpro.gov.br, fará realizar a licitação em epígrafe, na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO – DISPUTA ABERTA**, com base nos procedimentos definidos na Lei 14.133/21, do tipo menor preço, no regime de execução indireta de empreitada por preço global, conforme descrito neste Edital e respectivos Anexos.

Às: 09h30min

Do dia: 08/06/2026

No endereço: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>
Módulo: Comprasnet SIASG

E-mail de comunicação: licitacoes2@serpro.gov.br

SEÇÃO I DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de **Almoxarifado Virtual** para suprimento de materiais, sob demanda, com entrega porta a porta, com uso de sistema/plataforma WEB, para todas as unidades operacionais do **Serpro**, sem dedicação exclusiva de mão de obra, de acordo com as especificações e detalhamentos consignados neste Edital e seus Anexos.

SEÇÃO II DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão os interessados relacionados ao ramo de atividade do objeto que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto ao prévio credenciamento no sistema eletrônico Compras.gov.br e à documentação constante neste Edital e seus Anexos.

2.2 As Licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas.

2.3 Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

2.3.1 concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

2.3.1.1 As empresas em recuperação judicial e extrajudicial não são impedidas de participar do certame, desde que comprovem na fase de habilitação, a sua aptidão econômica e financeira para participar no certame por meio de apresentação de certidão emitida pela instância judicial competente;

2.3.2 que esteja com o direito de licitar e contratar com o SERPRO suspenso, ou impedida de licitar e contratar com a União, ou que tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a União, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

2.3.3 proibidas de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

2.3.4 estrangeiras que não funcionem no País, em razão da natureza do objeto;

2.3.5 cujo objeto social ou estatuto seja incompatível com o objeto do pregão;

2.3.6 contratadas pelo Serpro para realizar serviços de fiscalização ou supervisão relativos ao objeto deste Edital, assegurando a segregação das funções;

2.3.7 integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

2.3.8 reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

2.3.9 que se enquadrem em alguma das vedações previstas no art. 38 da Lei 13.303/2016.

2.4 As sanções mencionadas nos itens 2.3.2 e 2.3.3, bem como suas respectivas vigências, serão verificadas e distinguidas, de acordo com sua base legal, por meio, em especial, de consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas ou Suspensas (CEIS) disponível no Portal da Transparência, ao Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade (CNCIAI), disponível no Portal do Conselho Nacional de Justiça <http://www.cnj.jus.br/>, bem como ao CADIN Cadastro Informativo de Créditos não Quitados, disponível no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

2.4.1 As informações poderão ainda ser consultadas no endereço <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/> que contém a Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União, a qual abrange o cadastro do CNJ, do CEIS, do próprio TCU e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP do Portal da Transparência.

SEÇÃO III

DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS PARA PARTICIPAÇÃO DAS ME/EPP/MEI/COOPERATIVA

3.1 As microempresas (ME) e as empresas de pequeno porte (EPP) terão tratamento diferenciado nos termos do Capítulo V da Lei Complementar 123/06, Decreto 8538/15 e art. 34 da Lei 11.488/07. Tais empresas serão identificadas neste Edital como **“beneficiárias da LC 123/06”**.

3.2 O enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte dar-se-á nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar 123/06 e no Decreto 8.538/15, em especial quanto ao seu art. 3º, devendo ser exigida da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, a declaração (item 5.2 deste Edital), sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para tal qualificação, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 daquela Lei Complementar.

3.2.1 Em conformidade com o estabelecido no Art. 34 da lei 11.488/07, aplicam-se às sociedades cooperativas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar 123/06, nela incluídos os

atos cooperados e não-cooperados, o disposto nos Capítulos V a X, na Seção IV do Capítulo XI, e no Capítulo XII da referida Lei Complementar.

3.3 Não poderão ser enquadradas como “beneficiárias da LC 123/06” as pessoas jurídicas citadas no Parágrafo 4º do Art. 3º da Lei Complementar 123/06.

SEÇÃO IV DA REPRESENTAÇÃO E CADASTRAMENTO NO COMPRAS

4.1 As Licitantes e seus representantes legais deverão estar previamente cadastrados no Portal de Compras do Governo Federal, antes da data de realização do Pregão, devendo credenciar-se no cadastro do SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, utilizando Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

4.1.1 As informações sobre o cadastramento e credenciamento nos sistemas deverão ser obtidas no site <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, nos Manuais disponíveis para consulta e impressão naquele site e nos órgãos da Administração ou nos telefones das centrais de atendimento do Portal de Compras: 0800 978 9001 e <http://portaldeservicos.planejamento.gov.br>.

4.2 O credenciamento/cadastramento se dará conforme Instrução Normativa MPDG nº 3/2018.

4.3 O credenciamento no SICAF permitirá a participação da Licitante no certame.

4.4 A Licitante descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF terá sua chave de identificação (login) e senha do Compras suspensas automaticamente.

4.5 O acesso ao Portal de Compras pela Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.5.1 Caberá a Licitante comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4.6 Incumbirá à Licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

SEÇÃO V DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

5.1 Qualquer pessoa física ou jurídica poderá solicitar esclarecimento e/ou impugnar este Edital, em até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, encaminhando para o e-mail de comunicação constante no preâmbulo.

5.2 Caso a solicitação de esclarecimento ou a impugnação seja encaminhada fora do horário comercial (horário do Serpro é das 08h00 às 18h00), será considerado o seu recebimento no próximo dia útil.

5.3 O Agente de Contratação/Comissão responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou decidirá, auxiliado pelo setor técnico competente, sobre a impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.4 Não será considerada e/ou recebida impugnação sem as devidas qualificações do interessado, como Razão Social ou nome, número do CNPJ/MF ou CPF/MF, endereço eletrônico, logradouro, nome completo do representante legal (quando for o caso), telefone, data e assinatura, não sendo o Serpro obrigado a respondê-la.

5.5 A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

5.6 Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, mediante justificativa, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta.

5.7 As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas aos interessados por meio do Portal de Compras do Governo Federal, ficando obrigadas as empresas interessadas em participar deste certame a acessá-las para a obtenção das informações prestadas.

5.8 Qualquer pedido de esclarecimento e impugnação enviado fora dos prazos e horários estabelecidos neste edital não serão conhecidos, por serem intempestivos, não tendo o Serpro obrigação de respondê-los.

SEÇÃO VI

DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 A participação no pregão dar-se-á exclusivamente por meio eletrônico, módulo SIASG do site <https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/comprasnet-siasg>, onde as Licitantes deverão inserir a proposta de preços exigida na Seção VI deste edital. A inserção da proposta de preços deverá ocorrer até a data e horário marcados para abertura da sessão, constantes do preâmbulo deste Edital, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.1.1 A Licitante poderá retirar ou substituir sua proposta até o momento da abertura da sessão.

6.1.2 O encaminhamento da proposta de preços não resulta em ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após a etapa de lances/negociação.

6.2 Como requisito para a participação no pregão e envio da proposta, a Licitante deverá providenciar, no próprio sistema eletrônico, as declarações que compõem os documentos de habilitação previstos no item 8.1.5 deste Edital, momento em que também deverá se declarar beneficiária da LC 123/06, sob as penas da lei, caso pretenda usufruir de tratamento diferenciado estabelecido no item 11.10 deste edital.

6.2.1 As declarações da Licitante vencedora do certame serão juntadas aos demais documentos de habilitação previstos na Seção VII deste edital e arquivadas pelo pregoeiro no processo.

6.3 O Sistema somente tornará público se alguma Licitante se declarou beneficiária da LC 123/06, tanto para o pregoeiro quanto para os participantes, após a etapa de lances.

6.3.1 Caso a empresa beneficiária deixe de declarar no sistema que faz jus aos benefícios, será dado o mesmo tratamento das demais empresas.

6.4 Os documentos que compõem a proposta da Licitante melhor classificada somente serão disponibilizados para avaliação, tanto pelo pregoeiro como para as demais participantes, após o encerramento do envio de lances.

6.4.1 Qualquer elemento que possa identificar a Licitante, importa em desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.

6.4.2 A declaração falsa, em campo próprio do sistema, relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a Licitante às sanções previstas neste Edital.

6.5 Conforme previsto no Art. 59 do Regulamento de Licitações e Contratos do Serpro, os documentos deverão ser enviados EXCLUSIVAMENTE por via eletrônica.

6.5.1 Nos documentos com assinatura digital, esta deverá utilizar a certificação digital ICP-Brasil (Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira) por meio do Assinador Digital do Serpro, disponível no sítio www.serpro.gov.br. A assinatura digital deverá ser de um representante legal da empresa com competência para firmar propostas ou por meio da assinatura digital da pessoa jurídica.

6.5.2 O Serpro, a seu critério, poderá exigir a apresentação do original do documento digitalizado.

6.5.3 O teor e a integridade dos documentos digitalizados serão de responsabilidade da Licitante, que responderá nos termos da legislação civil, penal e administrativa por eventuais fraudes.

6.5.4 Os originais de documentos digitalizados por empregados do Serpro deverão ser devolvidos à Licitante ou Contratada, ou, na impossibilidade de fazê-lo sem ônus para o Serpro, poderão ser eliminados.

SEÇÃO VII DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1 Na formação do preço do item na prateleira do Almoxarifado Virtual, o valor do produto é composto pelo preço público (PP) ou preço de mercado (PM) e pela taxa de ajuste (TA).

7.1.1 O preço do material na prateleira do AVS (Almoxarifado Virtual do Serpro), que constará no catálogo de produtos da Contratada para o Serpro, será o preço final, inclusos todos os custos operacionais, taxas, impostos, lucro, armazenamento, fretes etc.

7.2. A taxa de ajuste é uma remuneração paga à Contratada pela disponibilização do sistema/plataforma web informatizado e toda a logística envolvida no processo de fornecimento de materiais, incluindo o frete, impostos e demais encargos considerados essenciais.

7.3. A taxa de ajuste é o percentual a ser aplicado sobre o preço do material/item obtido no módulo Pesquisa de Preços ou sobre o preço identificado fora do módulo.

7.3.1 O percentual estimado de taxa máxima de ajuste é de **35,83%** (trinta e cinco inteiros e oitenta e três centésimos por cento).

7.3.2 Não serão aceitas taxas negativas, a fim de prevenir a inexecução ou a interrupção da contratação por falta de recursos para continuidade e/ou manutenção da prestação dos serviços, por parte da empresa a ser Contratada.

7.4. **O valor global estimado**, destinado ao pagamento do objeto contratado, importa em R\$ 346.523,25 (trezentos e quarenta e seis mil, quinhentos e vinte e três reais e vinte e cinco centavos) mensais e R\$ 4.158.278,97 (quatro milhões, cento e cinquenta e oito mil, duzentos e setenta e oito reais e noventa e sete centavos) para um período de 12 (doze) meses. O valor total estimado para os 60 (sessenta) meses de contratação é de R\$ 20.791.394,87 (vinte milhões, setecentos e noventa e um mil, trezentos e noventa e quatro reais e oitenta e sete centavos) e, para o caso de prorrogação, o valor para 120 (cento e vinte) meses será de R\$ 41.582.789,74 (quarenta e um milhões, quinhentos e oitenta e dois mil, setecentos e oitenta e nove mil e setenta e quatro centavos), sendo:

Descrição	Valor estimado/referencial destinado ao pagamento dos materiais adquiridos	Taxa de Ajuste Máxima	Valor estimado destinado ao pagamento da Taxa de Ajuste	Valor estimado destinado ao pagamento do Serviço contratado
Mensal estimado	R\$ 255.115,40	35,83%	R\$ 91.407,85	R\$ 346.523,25
Anual estimado	R\$ 3.061.384,80		R\$ 1.096.894,17	R\$ 4.158.278,97
Quinquenal estimado	R\$ 15.306.924,00		R\$ 5.484.470,87	R\$ 20.791.394,87
Decenal estimado	R\$ 30.613.848,00		R\$ 10.968.941,74	R\$ 41.582.789,74

Nota: as multiplicações dos valores descritos na tabela acima tomaram por base o valor mensal de R\$ 255.115,40 (duzentos e cinquenta e cinco mil, cento e quinze reais e quarenta centavos).

7.5 O valor global estimado destina-se às possíveis aquisições realizadas pelas unidades operacionais. O Serpro não se compromete com a utilização integral desses valores, trata-se de mera estimativa.

7.6 A taxa de ajuste de 35,83% (trinta e cinco inteiros e oitenta e três centésimos por cento) foi aplicada sobre o valor referencial máximo estimado.

7.7 Os valores estimados foram organizados de acordo com a classificação contábil utilizada no Serpro, conforme estabelecido abaixo:

Descrição	Valor Estimado Referencial Anual (VEA)	Taxa de Ajuste* %	Valor anual estimado destinado ao pagamento da Taxa de Ajuste (TAA)	Valor anual estimado destinado ao pagamento do serviço com a Taxa de Ajuste (VAE)
MATERIAL - MANUTENÇÃO E CONSERV. BENS MÓVEIS	R\$ 47.546,50	35,83%	R\$ 17.035,91	R\$ 64.582,41
MATERIAL - MANUT. E CONSERV. BENS IMÓVEIS	R\$ 1.317.841,24		R\$ 472.182,52	R\$ 1.790.023,76
MATERIAL PARA MANUTENÇÃO E LIMPEZA	R\$ 1.082,00		R\$ 387,68	R\$ 1.469,68
MATERIAL ELÉTRICO	R\$ 432,30		R\$ 154,89	R\$ 587,19
MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	R\$ 8.884,20		R\$ 3.183,21	R\$ 12.067,41
MATERIAL DE EXPEDIENTE	R\$ 363.057,37		R\$ 130.083,46	R\$ 493.140,83
MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA	R\$ 69,50		R\$ 24,90	R\$ 94,40
MATERIAL DIDÁTICO	R\$ 78.263,61		R\$ 28.041,85	R\$ 106.305,46
MATERIAL ACONDICIONAMENTO E EMBALAGENS	R\$ 4.726,92		R\$ 1.693,66	R\$ 6.420,58
MATERIAL DE COPA E COZINHA	R\$ 95.091,69		R\$ 34.071,35	R\$ 129.163,04
AQUISIÇÃO DE LIVROS E PUBLICAÇÕES	R\$ 8.121,21		R\$ 2.909,83	R\$ 11.031,04
BRINDES E CONDECORAÇÕES	R\$ 27.718,30		R\$ 9.931,47	R\$ 37.649,77
MATERIAL DE TIC	R\$ 411.550,00		R\$ 147.458,37	R\$ 559.008,37
MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS	R\$ 697.000,00		R\$ 249.735,10	R\$ 946.735,10
	R\$		R\$	R\$

TOTAL	3.061.384,84		1.096.894,19	4.158.279,03
-------	--------------	--	--------------	--------------

* Percentual máximo admitido para a Taxa de Ajuste.

VAE = VEA + TAA => Ex: R\$ 47.546,50 + R\$ 17.035,91 = R\$ 64.582,41

7.8 Os valores estimados/referenciais destinados ao pagamento do serviço e das contas contábeis são intercambiáveis/transferíveis entre as unidades operacionais e contas, sempre que necessário, visando o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis e o alinhamento com as demandas operacionais.

7.8.1 O procedimento de intercambiar/transferir valores entre as unidades operacionais e/ou as contas no sistema/plataforma web será solicitado pela Unidade de Gestão Técnica à Contratada.

7.9 A relação dos materiais que deverão constar na Prateleira do AVS e poderão ser demandados pelo Serpro e seus respectivos preços de referência/base está detalhada no Anexo 05 – Modelo de Proposta de Preços com a Relação Inicial de Itens deste instrumento.

7.10 Após a aplicação da taxa de ajuste sobre o preço unitário de referência/base identificado pela Contratante, tem-se o Preço Unitário Final com a Taxa de Ajuste.

7.11 O cadastramento da proposta de preços pela Licitante no sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e concordância com as premissas constantes deste item e os requisitos específicos previstos neste edital:

- a) a proposta é válida pelo período mínimo de 90 (noventa) dias;
- b) nos preços ofertados estão inclusas todas as despesas, de qualquer natureza, incidentes sobre o objeto deste pregão, incluindo todo o desembolso que o Serpro vier a ter que despender por força da presente contratação;
- c) o prazo de execução e as condições do fornecimento/serviços ofertados atendem a especificação e estão garantidos conforme o estabelecido neste Edital e seus anexos;
- d) total conhecimento e aceitação dos termos deste Edital e seus Anexos.

7.12 A Licitante deverá consignar, de forma expressa no sistema eletrônico, para fins de lances no pregão, o valor global da proposta.

7.13 A Licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá detalhar de forma escrita sua proposta, adequada ao seu último lance, observadas as orientações a seguir:

7.13.1 Apresentar proposta comercial devidamente preenchida na forma do Anexo II (Modelo de Proposta Comercial) deste edital, computando todas as despesas necessárias para a completa realização dos serviços, em moeda corrente nacional, ou seja, em real (R\$), incluindo todo o desembolso que o Serpro vier a ter que despender por força da presente contratação;

7.13.2 Compor os valores com os preços dos insumos de mercado, computando todos os custos necessários à perfeita execução dos serviços nas condições exigidas, incluindo provisões que suportem adequadamente os seguros, as substituições, atualizações, reposições, variações de mercado e outras alterações previsíveis, pois a ocorrência destas alterações na composição dos custos durante a execução do contrato não serão consideradas como fatos supervenientes para atualização de valores, exceto quando existente previsão legal;

7.13.3 Considerar nos custos indiretos de sua proposta as despesas envolvidas na execução contratual decorrentes dos gastos da Contratada com sua estrutura administrativa, organizacional e gerenciamento de seus contratos, tais como os dispêndios relativos a: funcionamento e manutenção da sede, aluguel, água, luz, telefone, Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU); pessoal administrativo; material e equipamentos de escritório; preposto e seus deslocamentos; e seguros;

7.13.4 Compor os valores considerando eventual benefício de desoneração, tais como encargos/tributos/taxas, informando a data de início do benefício e a legislação que o respalda;

7.13.5 Considerar a produtividade adotada pelo Serpro, se houver;

7.13.5.1 Se pertinente aos serviços e prevista a possibilidade no Anexo I, a Licitante poderá propor produtividade diferente daquela utilizada pelo Serpro como referência, desde que não altere o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes, demonstre o resultado por meio de plano de trabalho detalhado e comprove sua exequibilidade;

7.13.5.2 Para efeito do subitem acima, a proposta deverá conter adequação técnica da metodologia empregada pela Licitante, visando assegurar a execução do objeto, mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.13.5.3 A solução inicialmente proposta e inserida no Compras deverá ser mantida durante toda licitação, independente da redução dos preços na fase de lances, ajustando-se apenas os preços unitários e totais da solução inicial ao lance final.

7.13.5.3.1 A modificação da produtividade inserida nos Anexos II e II/A configura-se em alteração substancial da solução proposta e será passível de desclassificação.

7.13.5.4 Para formulação de proposta com produtividade diferenciada, recomenda-se vistoriar os ambientes nos quais os serviços serão realizados.

7.13.6 Apresentar a Declaração de Transação com Partes Relacionadas e Nepotismo, Anexo II/A deste Edital.

7.14 A apresentação de proposta nos termos dos itens anteriores implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contida, assumindo a Licitante o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em qualidade e quantidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição;

7.15 Da Prova de Conceito (Poc) para Fins de Aceitação da Proposta

7.15.1 PROVA DE CONCEITO (PoC) - Amostra: procedimento realizado para verificar o atendimento dos requisitos e funcionalidades da solução tecnológica a ser disponibilizada pela Licitante mais bem classificada;

7.15.2. A Licitante classificada e habilitada provisoriamente em primeiro lugar será, a critério do Serpro, convocada para realização de PoC, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, visando a aferir o atendimento de requisitos e funcionalidades mínimas do sistema/plataforma web especificados neste instrumento e seus Anexos.

a) **Prazo para apresentação do sistema/plataforma web:** até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da solicitação pelo pregoeiro.

b) **Local para apresentação do sistema/plataforma web:** Serpro Sede, situada na SGAN QUADRA 601 MÓDULO "V" - BRASÍLIA/DF, CEP: 70836-900.

b.1) A apresentação poderá também ser realizada on line, no ambiente do Serpro, que fornecerá o link para a reunião e apresentação;

b.1.1) Os representantes de outras empresas participantes do certame interessados em assistir a demonstração, receberão o link para acesso, mediante solicitação feita ao pregoeiro informando os respectivos e-mails;

b.1.1.1) Durante a apresentação, os microfones dos representantes das empresas permanecerão fechados;

c) O sistema/plataforma web será avaliado em até 2 (dois) dias úteis pela equipe técnica do Serpro.

7.15.3. A PoC será avaliada por equipe técnica designada para aferição do atendimento dos itens descritos no Anexo 07 deste instrumento, tendo por integrantes (e-mail anexo 08 deste instrumento):

a) Wescley Pimentel Fontes - Gerente de Departamento DINEF/SUPAN/ANSCE

b) Thiago Otavio dos Reis Silva - Gerente de Divisão DINEF/SUPAN/ANSCE/ANSC4

7.15.4 Todas as despesas decorrentes de participação na PoC são de responsabilidade das Licitantes.

7.15.5 A equipe técnica elaborará relatório com o resultado da PoC, informando sobre o atendimento dos requisitos e funcionalidades estabelecidos para o sistema/plataforma web.

7.15.6 Caso o relatório indique que o sistema/plataforma web está em conformidade com as especificações exigidas, e, tendo a Licitante comprovado a situação regular de sua habilitação, será declarada vencedora do certame.

7.15.7 Caso seja indicado que a solução foi aprovada com ressalvas, a Licitante deve realizar os ajustes necessários no sistema/plataforma web e disponibilizá-lo para a realização de testes complementares, no prazo de, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis, contados da data de ciência do relatório e convocação pelo Pregoeiro.

7.15.7.1 Esse prazo poderá ser revisto a partir de justificativas apresentadas pela Licitante convocada.

7.15.8 Caso o novo relatório indique a não-conformidade da solução tecnológica ajustada às especificações exigidas, a Licitante será desclassificada.

7.15.9 No caso de desclassificação da Licitante, será convocada a próxima Licitante classificada para realização da PoC, e assim sucessivamente, até que uma Licitante cumpra os requisitos e funcionalidades especificadas e seja declarada vencedora.

7.16 Disponibilização do Sistema/Plataforma Web em Ambiente de Produção Após Adjudicação/Homologação do Certame

7.16.1 A Licitante declarada vencedora deverá comprovar e demonstrar o sistema/plataforma web proposto aprovado na licitação, fase de Prova de Conceito - PoC, em ambiente de produção, com todas as funcionalidades exigidas neste instrumento e seus Anexos, num prazo

máximo de até 30 (trinta) dias corridos, a contar da data de adjudicação/homologação da licitação pela autoridade competente do Serpro.

7.16.1.1 O prazo disposto no item anterior poderá ser prorrogado, por até 30 (trinta) dias corridos, mediante justificativa da Licitante declarada vencedora e autorização da Contratante.

7.16.2 O descumprimento desse prazo é suficiente para motivar possível aplicação de sanção administrativa e convocar as Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para submissão às fases do certame.

7.16.3. A inspeção para recebimento do sistema/plataforma web será feita com base nas exigências estabelecidas nas Especificações Técnicas deste instrumento e seus Anexos e na proposta da Licitante declarada vencedora.

7.16.4. Após a aprovação de todas as customizações, caso sejam necessárias, será assinado o contrato entre a Licitante vencedora e o Serpro, quando será definida uma regional como piloto para a implantação do sistema/plataforma web.

7.16.5 O Serpro poderá, a seu critério e excepcionalmente, dispensar a realização desta fase, caso o sistema web apresentado pela Licitante vencedora tenha sido aprovado e implantado por outro órgão da Administração Pública, desde que os requisitos sejam compatíveis aos exigidos neste instrumento e seus anexos.

7.17 Certificações

7.17.1 Apresentar as Certificações abaixo descritas.

7.17.1.1 As certificações são necessárias para a comprovação da qualidade e segurança do produto ou do processo de fabricação, garantia da sustentabilidade ambiental, sendo amparadas pela Lei 13.303/16, Art. 47, Inciso III, parágrafo único. As certificações exigidas têm como respaldo normativo:

CADEIA DE PRODUÇÃO	CERTIFICAÇÃO	FINALIDADE
Produtos Papel e Madeira	FSC - Certificação Forest Stewardship Council ou similar	Selo que garante que os produtos de papel e madeira são feitos exclusivamente de matérias-primas provenientes de florestas geridas de forma responsável e sustentável.
Serviços Gráficos	NBR 15.540/2013, ou qualquer outra norma que venha sobrepor-la.	Certificação de Segurança Gráfica que visa demonstrar o grau de solidez da estrutura de gestão de segurança da empresa gráfica.
Equipamentos de uso Eletroeletrônicos	Selo PROCEL	Selo direcionado aos produtos com maior eficiência quanto à economia de energia, de acordo com índices de referência de consumo e desempenho para cada categoria de equipamento.
	Selo de identificação da conformidade do INMETRO	Selo destinado à identificação de conformidade dos critérios estabelecidos e certificar que o produto foi aprovado em testes e análises antes da distribuição.

7.18 A avaliação da exequibilidade da proposta será realizada conforme Seção XI deste Edital.

7.19 Até a contratação, o Serpro poderá solicitar ajustes nos preços ofertados pela Licitante. Em nenhuma circunstância, o valor global registrado no Sistema deverá ser ultrapassado.

7.20 Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente previstos sujeitam-se a ser considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos a esse ou a qualquer título, devendo os serviços/materiais serem entregues ao Serpro sem ônus adicional.

7.21 O não envio dos documentos no prazo máximo previsto/concedido, ou a falta das especificações e detalhamentos ou itens, que impossibilitem a avaliação do atendimento às características exigidas no edital e a exequibilidade dos preços, sujeitará a proposta da Licitante à desclassificação e implicará a avaliação das demais propostas, na ordem de classificação.

7.22 Classificada a proposta da Licitante, esta deverá comprovar sua condição de habilitação na forma e prazo que determina a seção VII deste edital.

7.23 A relutância da Licitante em honrar a proposta ou o lance ofertado será tratada em conformidade do que dispõem Seção XVIII deste Edital.

SEÇÃO VIII DA HABILITAÇÃO

8.1 A habilitação da Licitante será verificada:

8.1.1 Relativos à Habilitação Jurídica:

a) por meio de consulta ao Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF), que deverá estar devidamente credenciada e com sua habilitação jurídica relativa aos níveis I – credenciamento e II – habilitação jurídica do Sistema. Caso a documentação não esteja atualizada no SICAF, deverá incluir no Compras os seguintes documentos para habilitação:

- I) registro comercial, no caso de empresário;
- II) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- III) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido por órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- IV) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- V) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ; e
- VI) documentos de identificação de sócios e cônjuges.

8.1.2 Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) por meio de consulta ao Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF), será verificada a regularidade fiscal e trabalhista relativa ao nível III. Caso a documentação não

esteja atualizada no SICAF, deverá incluir no Compras os seguintes documentos para habilitação:

I) certificado de regularidade junto ao gestor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), dentro do período de validade (Lei 8.036/90, Art. 27, alínea “a”) disponível no sítio da Caixa Econômica Federal; e

II) Certidão Negativa de Débitos (CND) ou Certidão Positiva de Débitos com Efeitos de Negativa (CPD-EN), que comprova a regularidade em relação às contribuições devidas por lei, junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), por força da vigência da Lei 11.457/07, expedida pela Receita Federal do Brasil (RFB), dentro do período de validade (“a”, inc. I, art. 47, Lei 8.212/91 c/c o § 3º, art. 195, Constituição Federal), disponível no sítio da Receita Federal.

b) no CEIS – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas ou Suspensas, disponível no Portal da Transparência, com a finalidade de identificar se a Licitante está com o direito de licitar e contratar com o Serpro suspenso, ou impedida de licitar e contratar com a União, ou que tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a União, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

c) no CNJ – Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade (CNCIAI), disponível no Portal do CNJ, para verificar se há aplicação de penalidade por ato de improbidade administrativa.

c.1) registros de condenação por ato de improbidade administrativa são considerados impedimentos de contratação;

c.2) Os dispositivos de inelegibilidade constantes na Lei Complementar 64/90, Art. 1º, inc. I, alíneas “e”, “g” e “l”, são considerados impedimentos de contratação.

d) no CADIN – Cadastro Informativo de Créditos não Quitados, disponível no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, para verificar a inexistência de débitos relativos à seguridade social.

8.1.3 Relativos à Qualificação Econômico – Financeira:

a) por meio de consulta ao Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF), será verificada a qualificação econômico-financeira relativa ao nível VI. Caso a documentação não esteja atualizada no SICAF, deverá incluir no Compras os seguintes documentos para habilitação:

I) certidão negativa de feitos sobre falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da Licitante;

I.1) a certidão referida na alínea anterior que não estiver mencionando explicitamente o prazo de validade, somente será aceita com o prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua emissão.

II) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), registrados no Serviço Público de Escrituração Digital – SPED, na Junta Comercial ou órgão equivalente;

II.1) Caso a Licitante apresente resultado igual ou menor que 1 (um), em qualquer dos índices do balanço, deverá comprovar que possui capital social registrado ou

patrimônio líquido mínimo igual ou superior a 10% do valor da proposta classificada/aceita pelo pregoeiro, referente ao período de um ano, para serem habilitadas. Tal comprovação será efetuada por meio de consulta ao SICAF ou por meio de balanço da empresa.

b) Certidão emitida pela instância judicial competente, quando a empresa estiver em recuperação judicial e extrajudicial, comprovando sua aptidão econômica e financeira para assumir compromissos;

8.1.4 Relativa à qualificação técnica:

a) comprovação da aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, realizada por meio de atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado;

a.1) Para fins de compatibilidade será(ão) considerado(s) o(s) atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) que comprove(m) a prestação de serviços de fornecimento de materiais, com a utilização de sistema/plataforma web para gerenciamento do processo de solicitação, entrega e gestão, com faturamento de, pelo menos, 4% (quatro por cento) do valor global estimado, destinado ao pagamento do serviço contratado para o período de 60 meses de contratação: 4% de R\$ 20.791.394,87 (vinte milhões, setecentos e noventa e um reais e oitenta e sete centavos) = R\$ 831.655,79 (oitocentos e trinta e um mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e setenta e nove centavos).

a.1.1) A Licitante poderá apresentar mais de um ACT, os quais poderão ser somados para comprovação do valor do faturamento, desde que os períodos informados demonstrem concomitância de execução, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

a.2) Experiência mínima de 3 (três) anos na prestação de serviços de Almoxarifado Virtual, em períodos sucessivos ou não, até a data da sessão pública de abertura do Pregão.

a.2.1.) Será aceito somatório de atestados que comprovem a prestação de serviços por período não inferior a 3 (três) anos, sendo os períodos concomitantes computados uma única vez.

a.3) O(s) atestado(s) deverá(ão) ser emitido(s) em papel timbrado, contendo razão social, endereço, CNPJ, e-mail e telefone da pessoa jurídica que o emitiu, além da identificação (nome e função) do declarante. Caso estes requisitos não sejam atendidos, impossibilitando ao Serpro efetuar diligência que julgar necessária, os atestados não serão considerados;

a.4) O(s) atestado(s) deverá(ão) referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

8.1.5 Declarações relativas à Habilitação, OBRIGATÓRIAS para envio da proposta via sistema Compras

a) Declaração de que até a data da licitação inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores (Art. 38, Lei 13.303/16);

b) Declaração de que faz jus aos benefícios da LC 123/06, quando beneficiária do tratamento diferenciado exclusivo ou preferencial da Lei Complementar 123/06, responsabilizando-se pela veracidade do declarado, sob as penas da Lei;

c) Demais declarações exigidas pelo Sistema Compras para participação no certame.

8.1.5.1 As declarações poderão ser alteradas ou reenviadas pelas Licitantes por solicitação do pregoeiro, se necessário.

8.1.6 Relativo à documentação complementar para habilitação de cooperativa:

a) a relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto no inciso XI do art. 4º, inciso I do art. 21 e §§ 2º a 6º do art. 42 da Lei nº 5.764, de 1971;

b) a declaração de regularidade de situação do contribuinte individual (DRSCI) de cada um dos cooperados relacionados;

c) a comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

d) o registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

e) a comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

f) comprovação do envio do Balanço Geral e o Relatório do exercício social ao órgão de controle, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971;

g) ata de fundação;

h) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

i) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia que os aprovou;

j) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

k) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

l) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

8.1.6.1 As cooperativas deverão apresentar além dos documentos previstos neste item, os documentos de habilitação estabelecidos nos itens 7.1.1 a 7.1.6. Quando não for cabível, deverá justificar e fundamentar.

8.2 Condições gerais a respeito de habilitação:

8.2.1 Caso conste no SICAF a existência de ocorrências impeditivas indiretas, o pregoeiro deverá diligenciar previamente à sua inabilitação (Art. 29 da IN MPDG nº 03/2018).

8.2.2 Os documentos exigidos para habilitação, que não estejam contemplados ou estejam vencidos no SICAF ou ainda indisponíveis para realizar a consulta nos sítios oficiais emitentes das certidões, deverão ser enviados pelo Sistema Compras ou, no caso de algum impedimento,

para o e-mail de comunicação constante no preâmbulo, no prazo de até 2 (duas) horas após a solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico.

8.2.2.1 A verificação pelo pregoeiro em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.2.3 Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da Licitante com indicação do número de inscrição no CNPJ.

8.2.4 Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

8.2.5 As beneficiárias da LC 123 (ME/EPP/Cooperativas) deverão incluir no Compras toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.2.5.1 Havendo alguma restrição para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período a critério do Serpro, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, cujo termo inicial corresponderá ao momento da divulgação do resultado da fase de habilitação (inc. I, § 2º, Art. 4º, Decreto 8.538/15);

8.2.5.2 A prorrogação do prazo previsto no item anterior poderá ser concedida, quando requerida pela Licitante, mediante apresentação de justificativa (§ 3º, art. 4º, Decreto 8.538/15).

8.2.5.3 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 83 da Lei 13.303/16, sendo facultado ao Serpro convocar os Licitantes remanescentes na ordem de classificação ou revogar a licitação.

8.2.6 Não será habilitada a Licitante que deixar de apresentar, de acordo com o exigido, qualquer documento solicitado ou apresentá-lo em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.2.7 A Licitante deverá disponibilizar, mediante solicitação do pregoeiro, outras informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, tais como: cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

8.2.8 Para fins de organização e melhor verificação da habilitação, o pregoeiro poderá solicitar, via sistema, que a documentação seja relacionada em índice, informando a localização dos comprovantes, conforme modelo a seguir:

Item da habilitação	Documento que comprova	Localização na documentação (nº da página)

8.3 Sendo considerada habilitada, a Licitante de melhor lance será declarada vencedora.

SEÇÃO IX DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

9.1 O início da sessão pública se dará pelo pregoeiro, via sistema eletrônico, na data e horário constantes do Preâmbulo deste Edital, com a divulgação das propostas de preços recebidas, não havendo nesse momento a identificação dos participantes, que somente ocorrerá após o encerramento da etapa de lances.

9.2 Havendo algum problema com o sistema que impeça a abertura do certame na data e horário marcados, o pregoeiro fará divulgação aos envolvidos sobre a nova data e horário de abertura, que ocorrerá decorridas, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio Compras.

SEÇÃO X DA CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1 O pregoeiro efetuará a análise prévia das propostas, verificando se o serviço ofertado está adequado às especificações contidas neste Edital.

10.2. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e poderá desclassificar, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital ou com valores que contenham erro material.

10.3 Somente as Licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

10.4 A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, podendo ser acompanhada em tempo real por todos os participantes.

SEÇÃO XI DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

11.1 Iniciada a etapa competitiva, as Licitantes deverão encaminhar lance exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informada do seu recebimento e do valor consignado no registro.

11.1.1. A licitação será realizada na metodologia menor preço, onde a taxa máxima de ajuste, a ser aceita, será de 35,83% (trinta e cinco inteiros e oitenta e três centésimos por cento).

11.1.2. Não serão aceitas taxas negativas, a fim de prevenir a inexecutabilidade ou a interrupção da contratação por falta de recursos para continuidade e/ou manutenção da prestação dos serviços, por parte da empresa a ser contratada.

11.1.3. A Taxa de Ajuste é fixa. A empresa não poderá alterá-la durante toda a execução contratual.

11.1.4 Os lances serão ofertados em reais, os quais corresponderão ao percentual da taxa de ajuste. Exemplo:

a) Suponha-se que a Licitante pretenda cobrar o percentual de 35,00% (trinta e cinco por cento) de taxa de ajuste.

b) Desta forma, deverá lançar no sistema Compras o valor de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais), que corresponde ao percentual de 35,00% (trinta e cinco por cento), referente à taxa de ajuste.

c) O percentual de taxa de ajuste será aplicado sobre o valor estimado/referencial destinado ao pagamento dos materiais adquiridos.

d) Exemplos de lances em reais e seus respectivos correspondentes de Taxa de Ajustes:

LANCE reais no Sistema Compras	em Taxa de Ajuste equivalente
R\$ 35,83	35,83%
R\$ 34,52	34,52%
R\$ 31,05	31,05%
R\$ 30,00	30,00%
R\$ 29,85	29,85%
R\$ 10,50	10,50%
R\$ 5,00	5,00%

11.2 As Licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos. O valor do lance é de responsabilidade da Licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro.

11.3 As Licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do melhor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais Licitantes, vedada a identificação da detentora do lance.

11.4 A Licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

11.5 A Licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

11.6 O pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

11.6.1 Eventual exclusão de proposta da Licitante, implica a retirada da Licitante do certame.

11.7 Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

11.8 Os lances serão públicos e sucessivos com intervalo mínimo de R\$ 0,01 (um centavo).

11.9 A etapa de lances durará 10 (dez) minutos. Após esse prazo, poderá ser prorrogada automaticamente pelo sistema, quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão.

11.9.1 A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

11.9.2 Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

11.9.3 Encerrada a sessão sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, mediante justificativa, reiniciar a etapa de lances para obtenção do melhor preço.

11.9.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações e apresentação de lances intermediários.

11.10 Para aplicação dos critérios de desempate, o sistema Compras identificará e selecionará, automaticamente, as Licitantes Beneficiárias da LC 123/06, que se identificaram por ocasião do envio da proposta, conforme o item 6.2, após a etapa de lances.

11.10.1 Constatando-se que a empresa ofertante do menor lance esteja na condição de Beneficiária da LC 123/06, será dado prosseguimento à sessão, situação em que será a ela adjudicado o objeto licitado, após verificação de que foram atendidas as condições do Edital.

11.10.2 Não sendo o melhor lance ofertado por Beneficiária da LC 123/06, o próprio sistema identificará, dentre as propostas até 5% (cinco por cento) superiores ao menor valor, a existência de Beneficiárias, para fins do exercício do direito de preferência na contratação.

11.10.3 Será dado, pelo próprio sistema, o prazo de até 5 (cinco) minutos para exercer o direito de preferência dentre as Beneficiárias da LC 123/06 no intervalo de 5%, com a apresentação de uma última oferta, obrigatoriamente de valor inferior ao da Licitante classificada em primeiro lugar.

11.10.4 Caso a primeira convocada não envie proposta no prazo estipulado, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da LC 123/06 e o próprio sistema concederá às demais beneficiárias do intervalo de 5% (cinco por cento) o exercício desse direito, sendo obedecida à mesma ordem de classificação de suas ofertas, sucessivamente, em igualdade de oportunidade e tempo, até que se aponte a vencedora.

11.10.5 Não havendo lances após o início da fase competitiva e persistindo o empate, o sistema Compras sorteará a proposta vencedora dentre as propostas empatadas.

11.11 O pregoeiro poderá, no momento do julgamento, encaminhar pelo sistema eletrônico uma contraproposta à Licitante que tenha apresentado o melhor preço para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento e não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste Edital.

11.11.1 A negociação será feita com os demais Licitantes, segundo a ordem inicialmente estabelecida, quando o preço do primeiro colocado, mesmo após a negociação, permanecer acima do orçamento estimado.

11.12 No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão e o sistema eletrônico permanecer acessível às Licitantes, os lances continuarão sendo recebidos.

11.12.1 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio Compras.

SEÇÃO XII

DO JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DA HABILITAÇÃO

12.1 O julgamento das propostas será feito segundo o critério de menor preço global para o(s) item(ns) constante(s) no Anexo I deste Edital.

12.2 Terminada a etapa de lances e/ou de negociação, a Licitante deverá encaminhar a proposta escrita, adaptada ao último lance, e seus anexos, obedecida às premissas determinadas na Seção VI, em arquivo único, por meio de Anexo no próprio sistema eletrônico, ou, quando não for possível, para o e-mail de comunicação constante no preâmbulo, no prazo de 2 (duas) horas da convocação pelo pregoeiro, podendo ser prorrogado por interesse do Serpro.

12.3 O pregoeiro examinará a proposta melhor classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro solicitará a documentação e verificará a habilitação da Licitante, observado o disposto na Seção VII deste Edital. A Licitante deverá enviar os documentos como Anexo no Sistema, em prazo a ser informado pelo pregoeiro, que não será inferior a 2 (duas) horas da solicitação, podendo ser prorrogado por interesse do Serpro.

12.4 Poderão ser requisitados, a exclusivo critério do Serpro, documentos complementares, informações adicionais a respeito da proposta e/ou da habilitação, bem como correção da proposta, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, sendo informado pelo pregoeiro o prazo máximo para atendimento, que não será inferior a 2 (duas) horas, podendo ser prorrogado por interesse do Serpro.

12.4.1 O não atendimento no prazo fixado implicará a desclassificação da Licitante e sujeitará a aplicação das sanções cabíveis.

12.5 O pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a proposta, quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços que o compõem necessitarem de ajustes, de forma a adaptar os valores unitários ao valor total ofertado ou aos valores estimados pelo Serpro e para eliminar dízimas.

12.6 O pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes a validade e a eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.6.1 Na hipótese de necessidade de suspensão do pregão para a realização de diligências, a sessão será reiniciada mediante aviso prévio de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

12.7 Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero ou incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da Licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

12.8 Serão desclassificadas as propostas que:

- a) contenham vícios insanáveis ou ilegalidade;
- b) descumpram as especificações constantes neste Edital e seus anexos;
- c) apresentem preços que sejam manifestamente inexequíveis e não vierem a comprovar sua exequibilidade, em especial em relação ao preço e à produtividade requerida;
- d) não reflitem custos compatíveis com o regime tributário da empresa;
- e) se encontrem acima do orçamento estimado para a contratação, mesmo após a negociação prevista neste edital;
- f) apresentem desconformidade com outras exigências do instrumento convocatório, salvo se for possível a acomodação a seus termos antes da adjudicação do objeto e sem que se prejudique o tratamento isonômico entre os Licitantes.

12.9 Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove a cobertura suficiente dos custos decorrentes da contratação.

12.10 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência na forma do § 2º Art. 56 da Lei 13.303/16 para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

- a) questionamentos junto à Licitante para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade, sendo aquela obrigada a responder no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas da solicitação;
- b) pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
- c) verificação de outros contratos que a Licitante mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;
- d) pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados;
- e) verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pela Licitante;
- f) análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que a Licitante disponha para a prestação dos serviços;
- g) demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

12.11 Se a proposta for recusada ou se a Licitante desatender exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo sua habilitação na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

12.11.1 Antes de o pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC 123/06, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

12.12 Em sendo aceito o preço, a Licitante Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive para os custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto do contrato, exceto quando ocorrer algum dos eventos previstos na Matriz de Riscos descrita na minuta do Contrato – Anexo III.

12.13 É vedada a contratação de uma mesma empresa para dois ou mais serviços licitados, quando, por sua natureza, esses serviços exigirem a segregação de funções, tais como serviços de execução e de assistência à fiscalização, assegurando a possibilidade de participação de todos os Licitantes em ambos os itens e estabelecendo a ordem de adjudicação entre eles.

12.14 Conforme previsto no Art. 57, § 3º da Lei 13303/16, o Serpro cancelará o(s) item(ns) que apresente(m) o resultado final acima do orçamento estimado, revogando a licitação quando se tratar de um único item.

SEÇÃO XIII DOS RECURSOS

13.1 Após o término do julgamento das propostas e após o término do ato de habilitação ou inabilitação, o pregoeiro abrirá prazo não inferior a 10 minutos, durante o qual qualquer Licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao Licitante declarado vencedor.

13.1.1 Sendo a Licitante vencedora beneficiária da LC123, que necessite de prazo para regularizar sua documentação conforme previsão na Seção VII, a abertura do prazo recursal somente ocorrerá, em sessão pública, após transcorrido o prazo para a regularização.

13.2 A Licitante recorrente deverá apresentar em momento único as razões do recurso em campo próprio do sistema no prazo de 3 (três) dias úteis.

13.3 As demais Licitantes poderão apresentar contrarrazões em até 3 (três) dias úteis, contados a partir do término do prazo do recorrente.

13.4 Fica assegurada às Licitantes vista imediata dos autos do processo, com a finalidade de subsidiar a preparação de recursos administrativos e de contrarrazões em quaisquer das Regionais do Serpro.

13.5 A decisão do pregoeiro deverá ser motivada e, quando o mesmo mantiver sua decisão, deverá submetê-la à autoridade competente. O pregoeiro(a) decidirá no prazo de 3 (três) dias úteis a contar do término do prazo das Licitantes para apresentação das contrarrazões, dispondo a autoridade superior do prazo máximo de 10 (dez) dias úteis para a decisão final.

13.6 O acolhimento do recurso administrativo implica tão somente na invalidação daqueles atos que não sejam passíveis de aproveitamento.

13.7 A falta de manifestação imediata e motivada da Licitante no prazo previsto e formalizada no sistema eletrônico importará a decadência do direito de recorrer, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à Licitante declarada vencedora.

13.7.1 Não serão conhecidos os recursos administrativos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como aqueles que não tiverem manifestada a intenção devidamente motivada e/ou contiverem motivação diversa da registrada na manifestação da intenção de interpor recurso Administrativo.

13.7.2 Intenção motivada de recorrer é aquela que indica, objetivamente, o fato e o direito que a v deseja ser revisto pela autoridade superior àquela que proferiu a decisão.

SEÇÃO XIV DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação e esgotados os recursos administrativos, o pregoeiro encaminhará o processo licitatório para a autoridade competente.

14.2 A autoridade competente poderá:

- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) adjudicar o objeto e homologar o procedimento licitatório.

14.3 A homologação do resultado implica a constituição de direito relativo à celebração do contrato em favor da Licitante vencedora.

14.4 Caso a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta e caso persista o interesse do Serpro, este poderá solicitar prorrogação geral da validade acima referida por igual prazo, no mínimo.

SEÇÃO XV DA AVALIAÇÃO DE INTEGRIDADE E ANÁLISE DE TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

15.1. Previamente a assinatura do contrato, de modo a certificar-se que há não riscos à integridade, danos à imagem ou à reputação do Serpro e que não há conflitos de interesses ou situações impeditivas à celebração do contrato, a Licitante será submetida a:

15.1.1. Avaliação de integridade, realizada por meio do Questionário de Due Diligence de Integridade de Terceiros (DDI), conforme Norma de Avaliação de Integridade de terceiros do Serpro, disponível em <<https://www.transparencia.serpro.gov.br/etica-e-integridade/due-diligence-de-integridade>>.

15.1.2. Avaliação de transação com partes relacionadas, conforme Política de Transações com Partes Relacionadas do Serpro, disponível em <<https://www.transparencia.serpro.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/base-juridica>>.

15.2. Ao participar da licitação, a Licitante desde já concorda que, em sendo vencedora, deverá responder à avaliação de integridade quando requerida, bem como prestar as informações requisitadas pelo Serpro, ficando ciente que a sua recusa impedirá a assinatura do contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Lei 13.303/16.

15.2.1. A avaliação de integridade será encaminhada ao Representante Legal ou pessoa formalmente designada por delegação específica de poderes para representar a Licitante vencedora de acordo com o estatuto social ou contrato social da mesma, devendo ser preenchido e devolvido no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, caso outro prazo superior não esteja definido pelo Serpro.

15.2.2. Com base nas informações prestadas no Formulário, será realizada análise de perfil, histórico, reputação e práticas de prevenção e combate à fraude e corrupção, dentro outros, adotadas pela Licitante.

15.2.3. O Serpro poderá solicitar, a qualquer momento, esclarecimentos adicionais ou documentos para subsidiar sua análise de integridade, cabendo à Licitante atender no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, caso outro prazo superior não esteja definido pelo Serpro.

15.2.4. O resultado da avaliação de integridade determinará o Grau de Risco de Integridade (GRI), que poderá variar entre Alto, Médio e Baixo.

15.2.5. Os documentos relativos a esses processos serão considerados sigilosos, sendo a sua divulgação prevista somente em casos de solicitação de autoridades competentes.

15.3. A avaliação descrita no item 15.1.2 tem por finalidade de identificar se a Licitante, por meio do seu quadro de proprietários, administradores e/ou sócios, está relacionada com o pessoal-chave do Serpro, se há conflito de interesse nos termos da Lei nº 12.813/2013, art. 3º, inciso I, e de realizar o registro nas notas explicativas das demonstrações contábeis, quando cabível.

15.3.1. A Licitante deverá preencher a Declaração de Transação com Partes Relacionadas, Anexo II/A deste Edital, quando da apresentação da documentação exigida na fase de julgamento da proposta. A análise de transação com parte relacionada será realizada pelo Serpro, previamente à assinatura do contrato.

15.4. Os dados pessoais obtidos em razão dos procedimentos previstos nesta seção serão tratados à luz da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), conforme a Cláusula de Proteção de Dados Pessoais do Anexo III.

SEÇÃO XVI DO FORNECIMENTO E/OU PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

16.1 As condições para o fornecimento/serviço estão discriminadas no Anexo I (características da contratação) e III (minuta do contrato) deste Edital.

SEÇÃO XVII DO CONTRATO

17.1 A contratação decorrente do presente certame dar-se-á mediante assinatura de contrato, de conformidade com a minuta Anexo III, onde constam as obrigações das partes, condições de pagamento, de penalizações, de rescisão contratual e demais condições do acordo que a Licitante se obriga a conhecer.

17.2 Após a homologação deste certame, a Licitante vencedora terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para assinar o contrato, contado a partir da data de sua convocação por escrito, sob pena de decair o direito à contratação.

17.2.1 O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada da adjudicatária e aceita pelo Serpro.

17.3 Antes da celebração do contrato, o Serpro realizará consulta “online” ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas ou Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

17.4 Na hipótese de a Licitante vencedora não comprovar as condições de habilitação consignadas neste edital, não apresentar a documentação substitutiva de regularidade no prazo concedido ou se recusar a assinar o contrato, poderá ser convocada Licitante remanescente, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato, sujeitando-se a Licitante desistente às sanções administrativas descritas neste edital.

17.4.1 Na hipótese de nenhuma Licitante aceitar a contratação nos termos do item anterior e desde que o respectivo valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, será facultado ao Serpro:

- a) convocar as Licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelas Licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

17.5 As condições de habilitação que determinaram a Licitante como vencedora do certame deverão ser mantidas durante a vigência do contrato.

17.6 Da assinatura eletrônica do contrato

17.6.1 A assinatura do contrato e de seus posteriores aditivos se dará por meio da utilização de certificado digital e se constitui uma OBRIGATORIEDADE aos Licitantes, em virtude de seu cadastramento do SICAF.

17.6.2 Para assinar DIGITALMENTE o contrato, o representante da Licitante deverá dispor de Certificação Digital, conforme a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-BRASIL), e utilizar o Assinador Digital do Serpro, disponível no site www.serpro.gov.br. A assinatura digital deverá ser de um representante legal da empresa com competência para firmar contratos ou por meio da assinatura digital da pessoa jurídica.

17.6.2.1 Em caso de dificuldades técnicas para o uso da ferramenta, o representante da Licitante poderá se dirigir a qualquer Regional do Serpro e providenciar a assinatura do contrato junto a um empregado do Serpro.

17.6.3 No endereço eletrônico <http://www.it.gov.br/icp-brasil/estrutura> estão disponíveis as autoridades certificadoras e as autoridades de registro que podem emitir certificado digital no Padrão ICP/Brasil.

SEÇÃO XVIII

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 Ficará impedida de licitar e contratar com o Serpro, pelo prazo de até 2 (dois) anos, com registro obrigatório das penalidades no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas ou Suspensas (CEIS), sem prejuízo das multas previstas nessa seção e das demais cominações legais, a empresa que incorrer em algum dos eventos previstos neste edital.

18.2 Estará sujeita às penalidades previstas no art. 131 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos do Serpro – RILC, e no art. 83 da Lei 13303/16, mediante processo de sancionamento, a Licitante que:

ITEM	EVENTOS SANCIONÁVEIS DA LICITAÇÃO	SANÇÃO
1	Apresentar proposta comercial em desacordo com o edital.	Impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 1 (um) ano
2	Descumprir prazos estabelecidos pelo agente de contratação durante a sessão de licitação para qualquer manifestação.	
3	Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	
4	Não submissão à realização de testes, ensaios, exames de provas e outros procedimentos constantes do edital e necessários à adjudicação da licitação.	
5	Adotar comportamentos inidôneos distintos dos especificados.	Impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 1 (um) ano e 6 (seis) meses
6	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.	
7	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.	
8	Não celebrar contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada, dentro do prazo de validade de sua proposta.	
9	Difamar, caluniar ou ofender os profissionais de contratação	Impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 2 (dois) anos
10	Fraudar a licitação	
11	Forjar a classificação como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa para obtenção de tratamento favorecido em licitações incentivadas.	
12	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação	
13	Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;	
14	Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;	
15	Afastar ou procurar afastar Licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;	
16	Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública	
17	Praticar qualquer ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.	

18.3 Cumulativamente às penalidades anteriores, o Serpro poderá aplicar à Licitante multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total de seu lance ou proposta escrita.

18.4 Caberá ao pregoeiro verificar as Licitantes que cometeram as infrações e relatar os fatos para a autoridade superior, que deverá abrir processo administrativo fundamentado nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

18.5 As sanções administrativas da Contratada encontram-se descritas na minuta de contrato, anexo III deste edital.

18.6 Aplicam-se às licitações e contratos do Serpro as disposições do Art. 41 da Lei 13.303/16.

SEÇÃO XIX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será transferida para o primeiro dia útil subsequente no mesmo horário anteriormente estabelecido ou em data posterior, esta devidamente comunicada pelo pregoeiro.

19.2 Os horários estabelecidos neste edital, no aviso e durante a sessão observarão o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

19.3 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, resguardados o interesse do Serpro, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.4 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública.

19.5 É facultado ao pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do mesmo desde a realização da sessão pública.

19.5.1 No caso de algum impedimento de inserção dos documentos complementares no Compras, a Licitante poderá encaminhar para o e-mail de comunicação constante no preâmbulo ou utilizar outras formas de compartilhamento conforme estabelecido pelo pregoeiro durante a sessão.

19.6 As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

19.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Serpro.

19.8 A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público, decorrentes de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

19.8.1 As Licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório.

19.9 Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes do Regulamento de Licitações e Contratos do Serpro, disponível no endereço www.serpro.gov.br, do Decreto 8.945/16 e da Lei 13.303/16, com suas alterações.

19.10 Será comunicado, em tempo hábil, às empresas que retiraram o Edital, qualquer alteração que venha a ocorrer nele ou em seus Anexos. Para que a empresa interessada receba tais alterações, deverá acessar o edital pela Internet informando corretamente os dados da empresa. Qualquer erro no cadastramento será de responsabilidade da mesma.

19.11 Qualquer modificação no edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

19.12 Os Anexos deste Edital integram o rol das obrigações decorrentes da presente licitação, dele fazendo parte, obrigando as partes ao inteiro teor de suas disposições.

19.13 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á ata no sistema eletrônico, na qual constará a indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas ao certame licitatório, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

19.14 Qualquer pedido de esclarecimento, impugnação ou recurso enviado fora dos prazos e horários estabelecidos neste edital, não serão conhecidos, por serem intempestivos, não tendo o Serpro obrigação de respondê-los.

19.15 A Contratada poderá aceitar, observado o art. 81 da Lei 13.303/16 e nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

19.15.1 Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no item anterior, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

19.16 Os documentos emitidos pela Licitante deverão conter sua logomarca, sendo proibida a inclusão/uso da marca Serpro.

19.17 Os dados pessoais, sensíveis ou não, obtidos em razão dos procedimentos da licitação serão tratados à luz da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

19.18 Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos pelo pregoeiro exclusivamente por meio eletrônico, via e-mail de comunicação constante no preâmbulo, no horário comercial do Serpro.

SEÇÃO XX DOS ANEXOS

20.1 Constituem anexos ao presente Edital, dele sendo parte integrante:

Anexo I – Características da contratação (anexo 01 do contrato)

Anexo IA – Estimativa de Prazos (Anexo 01A do Contrato)

Anexo IB – Instrumento de Medição de Resultados – IMR (Anexo 01B do Contrato)

Anexo IC – Prova de Conceito – POC (Anexo 01C do Contrato)

Anexo II – Modelo de Proposta de Preços com a Relação Inicial de Itens (Anexo 02 do Contrato)

Anexo II/A – Declaração de Transação com Partes Relacionadas e Nepotismo

Anexo III – Minuta de Contrato

**Edieval Locatelli Filho
PREGOEIRO**

ANEXO 01 DO CONTRATO – CARACTERÍSTICAS DA CONTRATAÇÃO**1.0 – OBJETO**

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de almoxarifado virtual para suprimento de materiais, sob demanda, com entrega porta a porta, com uso de sistema/plataforma WEB, sem mão de obra dedicada, para todas as unidades operacionais do Serpro.

2.0 – DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**2.1. DAS CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

2.1.1. A contratação de um Almoxarifado Virtual baseia-se em três pilares principais:

- I - Contratação de uso e personalização de sistema/plataforma web mantido pela Contratada;
- II - Manutenção de estoque para abastecimento das necessidades do Serpro;
- III - Logística para a transferência física do objeto do Almoxarifado para a Unidade operacional solicitante.

2.1.2. A Contratada deverá:

a) fornecer solução integrada de logística, compreendendo a disponibilização de aplicativo/plataforma tecnológica que possibilite a realização, o controle e a gestão dos pedidos, bem como os mecanismos para o gerenciamento do consumo e demanda, e o fornecimento, sob demanda, de materiais de consumo, peças/componentes e materiais/bens permanentes com entrega porta-a-porta;

a.1) Por se tratar de disponibilização de plataforma para uso em ambiente *web* mantido pela empresa e, não de sistema a ser adquirido pelo Serpro, não há pagamento direto pela aquisição do direito ao uso do sistema/plataforma *web*.

b) disponibilizar e implementar sistema/plataforma próprio ou de terceiros, customizável, que permita o gerenciamento e monitoração de todo o processo de suprimento, com interface *web*.

2.1.3. DAS DEFINIÇÕES

2.1.3.1. Para o correto entendimento deste instrumento, serão consideradas as definições a seguir:

a) **Application Programming Interface - API:** conjunto de rotinas e padrões de programação para acesso a um aplicativo ou plataforma baseado na *web*;

b) **Aprovadores:** empregados do Serpro designados para aprovar o pedido de fornecimento gerado no sistema/plataforma *web* da Contratada e atestar ou, em caso de falha na entrega, contestar o pedido;

c) **Brindes e itens personalizados:** produtos customizados com a marca, logo ou mensagem do Serpro;

d) **Broken Authentication and Session Management:** tentativa de quebra de autenticação e da gestão de sessão dos usuários do sistema para obtenção de acesso não autorizado ou indevido;

- e) **Brute Force**: tentativa de descoberta de senhas/logins por meio de processos manuais ou automatizados;
- f) **Conhecimento de Transporte**: documento fiscal brasileiro para registrar, para fins fiscais, uma prestação de serviço de transporte de cargas realizada por qualquer modal entre a localidade de origem e o destinatário da carga;
- g) **Cross-site request forgery - CSRF**: tipo de ataque informático malicioso a um website no qual comandos não autorizados são transmitidos por meio de um utilizador em quem o website confia;
- h) **Cross-site scripting - XSS**: tipo de vulnerabilidade de sistema de segurança de um computador, encontrado normalmente em aplicações *web* que ativam ataques maliciosos das páginas *web*;
- i) **Equipamentos de Proteção Individual - EPI's**: dispositivos ou produtos utilizados pelo trabalhador para proteger a sua segurança e saúde contra riscos que possam ameaçar sua integridade física na execução do trabalho para o Serpro;
- j) **Hypertext Markup Language, versão 5 - HTML5**: linguagem para estruturação e apresentação de conteúdo para a internet;
- k) **Insecure Direct Object References**: referência de objeto direta, que permite que invasores as manipulem para acessar dados não autorizados;
- l) **Instrumento de Medição de Resultados - IMR**: mecanismo que define os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento;
- m) **Just in Time**: técnica de gestão da produção, que influencia no controle de estoque. É um tipo de metodologia projetada para aumentar a eficiência, cortar custos e diminuir o desperdício.
- n) **Login**: chave de acesso ao sistema/plataforma *web*;
- o) **Materiais de Consumo**: são materiais que se deterioram com o uso, perdem sua identidade física ao serem utilizados, ou têm vida útil inferior a 2 (dois) anos;
- p) **Material Elétrico**: todos os componentes e dispositivos utilizados em sistemas elétricos para garantir a transmissão, controle e distribuição de energia elétrica com segurança e eficiência nas instalações prediais do Serpro;
- q) **Material de Ergonomia**: todo material, equipamento, ferramentas e dispositivos projetados para otimizar a interação entre o ser humano e o ambiente de trabalho ou tarefas, visando promover conforto, segurança e eficiência no ambiente de trabalho do Serpro;
- r) **Material de Expediente**: todo o material consumido nas rotinas de trabalho da Administração não classificado como permanente ou personalizado;
- s) **Material de Informática**: componentes físicos, dispositivos e acessórios utilizados em sistemas computacionais e eletrônicos para uso no Serpro;
- t) **Material Hidrossanitário**: todos os componentes utilizados em instalações de água e esgoto para manutenção de edificações, para garantir o funcionamento eficiente e seguro dos sistemas nas instalações prediais do Serpro;

u) **Materiais/bens permanentes**: são bens duráveis, registrados no patrimônio do Serpro, que não perdem a identidade física em razão do uso, têm durabilidade superior a 2 (dois) anos, são produzidos em larga escala e possuem características padronizadas.

v) **Padrão Descritivo de Material - PDM**: Conjunto de informações padronizadas que define um produto ou serviço de forma precisa, utilizado no sistema do **Catálogo de Materiais (CATMAT)** e **Serviços (CATSER)**. Essencial para padronizar a descrição de itens,)

w) **Pecas e componentes**: são materiais que se desgastam ou quebram com o tempo, utilizados na manutenção de máquinas, equipamentos e instalações;

x) **Pedido de Fornecimento**: documento eletrônico gerado a partir do sistema/plataforma *web* da Contratada que detalha as necessidades de materiais do Contratante;

y) **Pedido perfeito**: entrega de itens a ser realizada pela Contratada na quantidade e especificação estabelecidos, sem avarias ou defeitos;

z) **Response time testing**: teste de desempenho para verificação do tempo de resposta do sistema/plataforma *web*;

aa) **RESTfull**: design de arquitetura construído para servir aplicações em rede;

bb) **Secure sockets layer - SSL**: protocolo de comunicação criptografado que protege as transferências de dados via internet para serviços como e-mail, navegação por páginas e outros tipos;

cc) **Sistema/Plataforma web**: sistema/plataforma disponibilizado pela Contratada, próprio ou de terceiros, que contém o pacote de funcionalidades que serão disponibilizadas aos usuários do sistema/plataforma *web* de forma a facilitar a elaboração, aprovação, encaminhamento, faturamento e controle dos pedidos de fornecimento;

dd) **Solicitante**: empregado do Serpro previamente autorizado que ficará a cargo de realizar o acompanhamento interno de sua respectiva unidade, no que tange à gestão dos materiais e, por conseguinte, elaborar o pedido de fornecimento, e, em caso de falha, contestar o recebimento de pedidos;

ee) **SSH File Transfer Protocol - SFTP**: protocolo seguro de transferência de arquivos entre computadores na Internet, possibilitando download e upload;

ff) **Software as a Service - SaaS**: modelo de software entregue pela internet, para acesso e uso de aplicações online, onde o provedor cuida da manutenção, segurança e atualizações, oferecendo acesso de qualquer lugar e dispositivo, sem a necessidade de infraestrutura local.

gg) **SQL Injection**: tipo de ameaça de segurança que se aproveita de falhas em sistemas que interagem com bases de dados;

hh) **Taxa de Ajuste**: percentual aplicado sobre o preço do Módulo de Pesquisa de Preços do Compras.gov ou sobre o preço de mercado para chegar ao preço final do item;

ii) **Unidades Operacionais**: unidades de serviços logísticos e de tecnologia da informação, responsáveis por organizar, controlar, suprir e gerir os itens necessários para o funcionamento das áreas e a realização das atividades do dia a dia do Serpro;

jj) **Uniform Resource Locator - URL**: endereço virtual pelo qual será acessada a solução tecnológica;

kk) **Web Service**: solução que permite a integração de sistemas e a comunicação entre aplicações.

2.1.4. FUNCIONALIDADES DO SISTEMA/PLATAFORMA WEB

2.1.4.1. A solução integrada para suprimento de materiais deverá ser operacionalizada e mantida em sistema/plataforma *web* da Contratada, ser entregue na modalidade SaaS (Software as a Service), e permitir:

a) Padronização e otimização dos processos de aquisição e logística de processamento por meio do uso de almoxarifado virtual;

b) Separação, embalagem, transporte e entrega nos locais designados dos materiais de consumo solicitados.

c) Controles precisos e on-line de cada transação efetuada em sistema/plataforma *web*;

d) Consulta on-line à base de dados e geração/emissão de relatórios gerenciais em sistema/plataforma *web*, durante toda a execução contratual.

e) Customização do sistema/plataforma *web* para o fornecimento de funcionalidades consideradas essenciais ao modelo, determinadas pelo Serpro, caso necessário.

e.1.) Emissão de relatório mensal do que foi adquirido para autuar no processo interno do Serpro;

e.2.) A customização atingirá, se necessário, a estética do sítio, devendo permitir o uso de logos governamentais em destaque, bem como a divulgação de mensagens, *banners* e afins.

f) Rotina de controle de acesso para usuários, de forma que cada usuário tenha acesso apenas ao conteúdo relacionado com suas competências, de acordo com o perfil cadastrado, a fim de permitir ou negar o acesso de pessoas previamente cadastradas e com login e senha pessoal, para a solicitação e/ou consulta de pedidos de materiais diretamente no sistema/plataforma *web* fornecido pela Contratada;

g) Interface acessível via internet, de forma que não seja necessária a instalação de qualquer software adicional nos computadores do Serpro;

h) Acompanhamento de demandas de materiais de consumo por unidade administrativa;

i) Registro de saldo financeiro por unidade operacional, estabelecendo limites individuais de consumo, caso necessário;

j) Rotina automatizada de controle do limite financeiro definido para as unidades operacionais pelo Serpro, caso necessário;

k) Controle de pedidos, envios, recebimentos, atestes, contestes, manifestações e prazos de entrega, registrando as respectivas datas e horários, bem como a identificação dos Solicitantes e unidade operacional e identificação nominal completa do receptor de cada remessa de material;

l) Geração imediata de relatórios gerenciais de qualquer periodicidade, conforme as permissões dos perfis dos usuários;

l.1.) Para os relatórios previstos, para os diversos perfis de usuários, o sistema/plataforma *web* deverá disponibilizar filtros que possam ser configurados pelos próprios usuários, de acordo com os parâmetros de pesquisa e intervalos de datas desejados, bem como funcionalidades de exportação para uma planilha em formato CSV, ODT ou compatível com MS Excel.

m) Alteração de nível de acesso, inclusão de usuários e unidades administrativas, operacionais pela Contratada e pelo Serpro;

n) Inclusão, alteração e exclusão de unidades pela Contratada e pelo Serpro;

o) Envio automático de notificação aos envolvidos a cada evento relevante, tais como: finalização e aprovação de pedido de fornecimento, atendimento parcial e emissão de nota fiscal;

p) Fluxo de ateste e conteste de pedidos, bem como de manifestações de análise de conteste.

2.1.4.2. O sistema/plataforma *web* poderá permitir a finalização de pedido em valor inferior ao mínimo determinado neste instrumento.

2.1.4.3. O sistema/plataforma *web* não permitirá a finalização de pedido em valor superior ao saldo remanescente aportado no sistema/plataforma *web*.

2.1.5. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DA SOLUÇÃO - SISTEMA/PLATAFORMA WEB

a) Estar disponível, no mínimo, das 7:00 h às 20:00 h (horário de Brasília), ou outro horário a ser acordado entre a Contratada e o Serpro em dias úteis, em regime contínuo, por meio de interface *web*.

b) Ter o tempo sincronizado com a hora legal brasileira ou de acordo com o fuso horário definido pelo Serpro;

c) As manutenções preventivas e corretivas devem ser programadas para períodos fora do intervalo de disponibilidade previsto no item anterior;

d) Informar ao Serpro com antecedência de **2 (dois) dias**, salvo em caso de situações emergenciais, que deverão ser notificadas em até 1 h (uma) hora após o início do procedimento, as manutenções extraordinárias que devem ser realizadas durante o horário de disponibilização;

e) Permitir o bloqueio de materiais para determinadas unidades administrativas, caso seja necessário, mantendo livre a aquisição para as demais unidades do Serpro;

f) Permitir o bloqueio automático para a realização de pedidos por Solicitantes e unidades operacionais, de acordo com as regras estipuladas pelo Serpro;

g) Possuir infraestrutura de tecnologia da informação (TI) para que o tempo limite para exibição de uma página completa e para o processamento das transações dos pedidos não seja superior a 15 (quinze) segundos;

h) Suportar os navegadores Apple Safari, Google Chrome, Microsoft Edge e Mozilla Firefox em suas últimas versões atualizadas e naqueles que vierem a substituí-los;

i) Ter todas as páginas/funcionalidades no idioma português;

j) Controlar todo o acervo de interações que digam respeito aos pedidos de fornecimento, às aprovações, ao ateste, ao conteste, às manifestações de análise de conteste, às intervenções do Administrador e ao faturamento;

k) Não instalar o banco de dados local no microcomputador de cada usuário do Serpro;

l) Repassar as informações do banco de dados sobre as transações para o Serpro, sempre que solicitado e em até 3 (três) dias úteis;

m) Disponibilizar e manter as informações on-line sobre todas as transações efetuadas pelo Contratante, por no mínimo 90 (noventa) dias;

n) Exportar a base de dados em formato a ser definido em documento futuro pelo Serpro em até 90 (noventa) dias após a extinção do contrato.

o) Permitir a integração com o Single Sign-On - SSO (Logon Único) do Serpro, utilizando o protocolo OAuth2.

p) Possibilitar a integração com os sistemas internos do Serpro denominados Enterprise Resource Planning - ERP e Histórico de Aquisições - HISAQ, sendo essa integração realizada por meio de APIs utilizando o protocolo REST, de forma a garantir interoperabilidade, padronização e segurança na comunicação entre os sistemas.

2.1.6. INTERFACES PARA OS USUÁRIOS

2.1.6.1. Funcionalidades comuns a todas as interfaces

a) Criar telas de acesso específicas para cada perfil, com suas próprias ferramentas e usabilidades.

b) Permitir alteração de senha;

c) Conter interface para a seleção de produtos do catálogo eletrônico, contendo a relação de materiais;

d) Dispor de visualização dos pedidos gerados pelo usuário e seus status;

e) Apresentar ferramentas de pesquisa e elaboração de relatórios que serão posteriormente moldados pelo Serpro em conjunto com a Contratada;

f) Permitir a restrição de acesso por unidade operacional, caso necessário;

g) Exibir no catálogo de compras os itens fornecidos pela Contratada contendo, no mínimo:

g.1) Imagem fidedigna do item;

g.2) Descrição, em especial, informando se o item contém material reciclado ou por outros critérios seja considerado sustentável;

g.3) Preço unitário (de acordo com a unidade de fornecimento estabelecida);

g.4) Unidade de fornecimento;

g.5) Fabricante/marca do material;

g.6) Possuir mecanismo de pesquisa;

g.7) Permitir consulta sobre pedidos de fornecimento, detalhando questões como:

- I - Aprovados;
- II - Reprovados;
- III - Aguardando aprovação;
- IV - Em separação na logística da Contratada;
- V - Faturados, mas não enviados;
- VI - Liberados para a transportadora;
- VII - Entregues;
- VIII - Cancelados;
- IX - Atendidos parcialmente;
- X - Pedidos atestados, contestados ou sob análise de conteste.

2.1.6.2. Interface para Solicitantes

2.1.6.2.1. O sistema/plataforma *web* conterà/permitirá:

- a) Identificação da unidade operacional do Serpro responsável pelo pedido;
- b) Visualização e edição de pedidos não finalizados;
- c) Informações sobre o Aprovador;
- d) Opção de cancelamento de pedidos em aberto;
- e) Acesso aos pedidos que tiveram entrega parcial;
- f) Contestação do recebimento do pedido, quando houver qualquer divergência com o pedido realizado ou anomalia no material entregue.
- f.1) Quando do conteste, o sistema/plataforma *web* disponibilizará campo para preenchimento obrigatório dos motivos de tal ato, sendo preferível que tenha uma tela de confirmação do conteste;
- g) Carrinho de compras com:

- I - Ajuste de unidades adquiridas e recálculo automático do valor do pedido;
- II - Exclusão de itens, com recálculo automático do valor do pedido;
- III - Desfazimento do carrinho de compras pelo usuário;
- IV - Exibição do subtotal de cada item solicitado, considerando as unidades pretendidas;
- V - Exibição do preço total do pedido.

g.1) O carrinho de compras deverá manter os itens selecionados até a finalização da compra ou desfazimento do carrinho pelo usuário, mesmo após realização de logout.

g.2) Após a finalização do pedido, deverá ser emitida mensagem automática ao Solicitante confirmando a conclusão da operação.

h) Número de identificação único para cada pedido realizado.

2.1.6.3. Interface para Aprovadores

2.1.6.3.1. Todo pedido, quando for encaminhado para aprovação, deverá apresentar as seguintes informações:

- a) Número de identificação do pedido;
- b) Data e hora de realização do pedido;
- c) Nome do Solicitante;
- d) Unidade operacional e seu respectivo número de identificação;
- e) Fonte do valor do pedido a ser debitado, com seu saldo atual;
- f) Quantidades e unidades de fornecimento dos materiais requisitados;
- g) Preços unitários e subtotais de cada item;

h) Valor total do pedido.

2.1.6.3.2. O sistema/plataforma *web* permitirá:

- a) Incluir ou excluir itens do pedido;
- b) Alterar a quantidade de cada item do pedido;
- c) Recálculo automático dos valores do pedido de fornecimento, quando o Aprovador alterar de qualquer forma o pedido incluído pelo Solicitante;
- d) Aprovar ou reprovar cada pedido;
- d.1) Quando da reprovação, o sistema/plataforma *web* disponibilizará campo para preenchimento dos motivos de tal ato;
- e) Atestar o pedido ou, quando houver qualquer divergência com o pedido realizado ou anomalia no material entregue, contestá-lo;
- e.1) Quando do conteste, o sistema/plataforma *web* disponibilizará campo para preenchimento obrigatório dos motivos de tal ato, sendo preferível que tenha uma tela de confirmação do conteste;
- f) Avaliar os motivos do conteste do Solicitante, em caso de discordância por parte da Contratada, e registro de sua decisão;
- g) Cadastramento de Solicitantes e alteração de seus cadastros, vedada a exclusão de cadastro de qualquer usuário do sistema/plataforma *web*;
- h) Cadastramento de unidades operacionais e alteração de seus cadastros.

2.1.6.3.3. Após a finalização do pedido pelo Solicitante, o sistema/plataforma *web* encaminhará:

- a) Notificação ao 1º Aprovador quanto a existência de pedido aguardando sua análise;
- b) Notificação ao 2º Aprovador, após a 1ª aprovação, quanto a existência de pedido aguardando sua aprovação;
- c) Após a dupla aprovação, pedido para a Contratada;
- d) Mensagem ao Solicitante informando a aprovação, com ou sem alterações, ou a reprovação do pedido feito pelos Aprovadores.

2.1.6.4. Interface para Administradores

2.1.6.4.1. O sistema/plataforma *web* permitirá o gerenciamento de:

- a) Quaisquer perfis de usuário, permitindo o cadastramento ou alteração de dados;
- b) Unidades operacionais;
- c) Locais de entrega;
- d) Limite financeiro de aquisição para cada unidade operacional do Serpro;
- e) Inclusão e alteração, com o respectivo registro do log na solução tecnológica;
- f) Visualização de produtos do catálogo eletrônico, contendo a relação de materiais disponíveis no contrato firmado e todo o rol da empresa Contratada;
- g) Avaliação dos motivos do conteste dos Aprovadores ou de suas análises quanto ao conteste do Solicitante, em caso de discordância por parte da Contratada, e registro de sua decisão.

2.1.6.5. Os gestores e fiscais, administrativos e técnicos do Serpro deverão ter acesso aos relatórios de controle no âmbito de qualquer das Unidades Operacionais dos serviços, respeitado o prazo de **3 (três) dias úteis** de repasse de informações pela Contratada.

2.1.7. DETALHAMENTO DAS PRINCIPAIS CONFIGURAÇÕES DO SISTEMA/PLATAFORMA WEB

2.1.7.1. REQUISITOS MÍNIMOS DE SEGURANÇA:

- a) Possuir certificado seguro aceito pelos navegadores (Apple Safari, Google Chrome, Microsoft Edge e Mozilla Firefox em suas últimas versões atualizadas e naqueles que vierem a substituí-los);
- b) Conter *logins* e senhas individuais por operador;
- c) Possuir registro em arquivos *logs* sequenciais para auditoria, por meio dos quais seja possível rastrear as transações efetuadas, seus operadores, objetos e valores;
- d) Utilizar práticas de programação seguras e metodologia de testes que garanta a inexistência das seguintes vulnerabilidades, no mínimo:
 - d.1) *SQL Injection* e Injeções de código, em geral;
 - d.2) *Cross-Site Scripting (XSS)*;
 - d.3) *Broken Authentication and Session Management*;
 - d.4) *Insecure Direct Object References*;
 - d.5) *Cross-site Request Forgery (CSRF)*;
 - d.6) *Brute force*.

2.1.7.2. Requisitos de acessibilidade

- a) Acesso por meio de login e senha, previamente cadastrados pela Contratada, bem como deverá apresentar interface de acordo com o perfil de cada usuário – Solicitante, Aprovador ou Administrador;
- b) Funções ou opções de menus de acordo com o tipo de usuário;
- c) Definição em comum acordo entre a Contratante e a Contratada da chave de acesso para login a ser utilizada no sistema/plataforma *web*;
- d) Funcionalidade para encerramento da sessão para todos os tipos de usuários.

2.1.7.3. Das senhas

2.1.7.3.1. As senhas dos usuários devem ser armazenadas em banco de dados exclusivamente em sua forma criptografada. Em hipótese alguma as senhas poderão ser armazenadas em formato original (*plain text*), inclusive nos *logs* de sistema/plataforma *web*.

2.1.7.3.2. Requisitos de segurança relativos ao primeiro acesso dos usuários, contendo no mínimo:

- a) Senhas individuais geradas aleatoriamente e temporárias para cada usuário cadastrado no sistema/plataforma *web*, que deverão ser trocadas no primeiro acesso;
- b) A distribuição das senhas deverá ser feita de forma personalizada e individual, distribuídas por mensagem eletrônica diretamente para a caixa postal do usuário;
- c) Não poderá utilizar o expediente de distribuição de senhas comuns (mesma senha) para todos os usuários;
- d) O sistema/plataforma *web* deverá permitir que o usuário solicite nova senha.

2.1.7.4. Da atualização tecnológica

2.1.7.4.1. A Contratada deverá:

- a) Manter a Contratante informada da liberação de novos *releases* e versões;
- b) Introduzir modificações no sistema/plataforma *web*, caso necessário, conforme regra de customização do sistema/plataforma *web* tratada anteriormente, sem ônus para o Serpro, desde que consideradas necessárias, com o intuito de manter o desempenho dentro dos valores mínimos exigidos e que não sejam alteradas as características funcionais básicas necessárias à operação do sistema/plataforma *web*.

2.2. DA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA/PLATAFORMA WEB

2.2.1. Quando da assinatura do contrato, a Contratante e a Contratada nomearão os responsáveis pela interação, gerenciamento e acompanhamento da implantação do sistema/plataforma web, bem como suas respectivas atribuições.

2.2.1.1. A Contratada deverá iniciar o processo de implantação do sistema/plataforma web após a assinatura do contrato.

2.2.1.2. O sistema/plataforma *web* será considerado implantado depois de:

- a) Término de todo o cadastramento de informações;
- b) Distribuição de *logins* e senhas individuais;
- c) Atendimento a todas as Especificações Técnicas;
- d) Teste e aprovação da solução.

2.2.1.3. Os eventos discriminados nos itens "**a**" e "**b**" acima poderão ser realizados em períodos diferentes, a critério da Contratante, que definirá o cronograma de implantação e comunicará à Contratada, oportunamente.

2.2.1.4. A Contratada terá o prazo máximo de até 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de autorização formal da Contratante para elaborar, desenvolver e implementar rotinas operacionais de transferência de arquivos, caso necessário, juntamente às equipes de TI do Contratante.

2.2.1.5. A Contratada deverá possibilitar a Contratante acesso de consulta, a qualquer tempo, à réplica do banco de dados referentes ao contrato, para análise do *log* de eventos, ou disponibilizar versão da base de dados em mídia própria à Contratante, ou ainda franquear acesso por intermédio de conexão remota pela rede de dados, com metodologia e protocolo a ser definido pela Contratante.

2.2.1.6. O acesso/disponibilização em questão também poderá ser atendido por intermédio de soluções de *Web Service* ou *API* de dados que viabilizem o consumo de todas as informações da base para gestão e transparência sobre os dados.

2.2.2. Cadastramento de dados

2.2.2.1. A Contratada deverá fazer o cadastramento de todos os dados necessários à perfeita operação das atividades sem ônus para a Contratante.

2.2.2.2. A Contratada terá um prazo máximo de até **5 (cinco) dias úteis**, prorrogáveis mediante justificativa, a contar do recebimento dos dados, para realizar o cadastramento das informações das unidades operacionais e usuários, no sistema/plataforma *web*, incluindo ajustes eventualmente necessários e envio de logins e senhas temporárias por mensagem eletrônica para todos os usuários cadastrados, conforme arquivos de informações a serem fornecidas pela Contratante, inclusive o perfil indicado para cada usuário.

2.2.2.3. Durante o prazo de execução contratual a Contratante poderá solicitar novos cadastramentos de usuários, sempre que necessário, aplicando-se prazo do item anterior.

2.2.3. Transferências de arquivos

2.2.3.1. A cada período de faturamento, a Contratada deverá enviar os arquivos de faturamento e controle das movimentações, contendo os dados necessários para validação do serviço prestado, cujo leiaute será acordado quando da assinatura do contrato.

2.2.3.2. A Contratada deverá elaborar rotinas de transferência dos arquivos de notas fiscais e das movimentações, de forma que a Contratante possa fazer a carga.

2.2.3.3. O método de disponibilização dos dados será acordado quando da assinatura do contrato, sendo preferencialmente com acesso de consulta na base da Contratada dos dados referentes ao contrato.

2.2.3.4. A transferência de arquivos deverá ocorrer por meio de modelo a ser definido pela Contratante e a Contratada.

2.2.3.5. Todos os custos de desenvolvimento e implantação dessas rotinas, procedimentos e capacitações correrão por conta da Contratada.

2.2.4. Repasse de conhecimentos operacional

2.2.4.1. A Contratada terá o prazo máximo de **7 (sete) dias úteis** para preparar os primeiros usuários do sistema/plataforma *web*, definidos pelo Serpro, à sua correta utilização. A contagem do prazo inicia-se na data de assinatura do contrato ou a partir da comunicação do cronograma de implantação informado pelo Serpro, na hipótese de a Contratante optar pelo adiamento do referido prazo.

2.2.4.2. A Contratada disponibilizará tutorial em vídeo e/ou manual sobre a utilização do sistema/plataforma *web*, bem como um tutorial em vídeo e/ou manual específico sobre cada atualização disponibilizada, quando solicitado pela Contratante.

2.3. PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

2.3.1. Os pedidos de fornecimento serão realizados por usuários Solicitantes indicados pela Contratante e cadastrados no sistema/plataforma *web* da Contratada.

2.3.2. O pedido se inicia com a confecção do carrinho de compras pelo Solicitante.

2.3.3. Valor Mínimo do Pedido

2.3.3.1. Cada pedido de fornecimento deverá atingir o valor mínimo estimado de **R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais)** para todas as unidades operacionais do Serpro localizadas nas diversas regiões do Brasil.

2.3.3.1.1. O sistema/plataforma *web* poderá, a critério da Contratada, permitir a finalização de pedidos de fornecimento em valor inferior ao estipulado neste item.

2.3.4. Pedido de Materiais/Bens Permanentes

2.3.4.1. Antes de realizar o pedido de materiais/bens permanentes, o Solicitante deverá realizar nova verificação de preços base/referência no módulo Pesquisa de Preços para checar se o valor registrado no AV permanece compatível com o mercado.

2.3.4.2. A nova verificação poderá identificar:

a) redução de preços, devido à constatação de variação negativa de preços, decorrente de evolução tecnológica (chegada de um produto mais novo, com tecnologia ou design aprimorados, entre outros); ou

b) elevação de preços, decorrente de flutuações de mercado como aumento de custos de produção, redução da oferta, entre outros.

2.3.4.3. Identificada a redução de preços, o Solicitante acionará a Unidade de Gestão Técnica para propor à Contratada o novo preço base/referência na Prateleira do AV.

2.3.4.4. A confecção do carrinho de compras pelo Solicitante será realizada após a atualização de preços na Prateleira do AV.

2.3.5. Da Avaliação dos Pedidos de Fornecimento

2.3.5.1. Após a finalização do carrinho/pedido de fornecimento pelo Solicitante, o 1º Aprovador deverá avaliar o pedido, cabendo-lhe três possíveis ações:

- a) Aprovação imediata e encaminhamento para o 2º aprovador;
- b) Promoção de ajustes no pedido e aprovação; ou
- c) Reprovação do pedido.

2.3.5.2. Na promoção de ajustes, o 1º Aprovador deverá ser capaz de adicionar, excluir e alterar as quantidades e os produtos, com recálculo automático a cada ação.

2.3.5.2.1. Os pedidos alterados pelo 1º Aprovador devem observar o valor mínimo do pedido estabelecido no sistema/plataforma *web*.

2.3.5.3. Após a aprovação ou rejeição do pedido de fornecimento pelo 1º Aprovador, o sistema/plataforma *web* deverá notificar automaticamente o Solicitante da unidade operacional, informando-o da ação tomada.

2.3.5.4. Após a aprovação ou rejeição do pedido de fornecimento pelo 2º Aprovador, o sistema/plataforma *web* deverá notificar automaticamente ao solicitante e ao 1º Aprovador da unidade operacional informando-os da ação tomada.

2.3.5.4.1. Ao 2º Aprovador, serão dadas as mesmas opções de ajustes do 1º Aprovador.

2.3.5.5. Ocorrida a aprovação do pedido pelo 2º Aprovador, a Contratada tomará as providências logísticas para realizar a entrega do pedido de fornecimento.

2.3.5.6. No decorrer da execução contratual, a Contratante poderá rever o procedimento de dupla aprovação, ajustando-o conforme necessidade, por meio de apostilamento.

2.3.6. Períodos das Janelas e Prazos de Fornecimento

2.3.6.1. Os pedidos de fornecimento serão elaborados pelas unidades operacionais da Contratante, por meio de seus Solicitantes, em duas janelas mensais, quinzenais.

2.3.6.2. Os períodos das janelas mensais e os prazos de fornecimento são os estipulados na tabela a seguir:

Janela do Pedido	Região	Prazo de Fornecimento
1º ao 15º dia do mês	Centro-Oeste, Sudeste e Sul	Até 20 (vinte) dias corridos, contados a partir do 16º dia do mês do pedido
	Nordeste e Norte	Até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do 16º dia do mês do pedido
16º ao último dia do mês	Centro-Oeste, Sudeste e Sul	Até 20 (vinte) dias corridos, contados a partir do 1º dia do mês subsequente ao pedido

	Nordeste e Norte	Até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do 1º dia do mês subsequente ao pedido
--	------------------	---

2.3.6.3. Todas as entregas deverão ocorrer em dia útil, **das 8:00 h às 17:00 h (horário local)**, nos endereços cadastrados no sistema/plataforma *web* a pedido do Contratante, conforme indicação de local de entrega contida no pedido de fornecimento.

2.3.6.3.1. Caso o prazo de entregas se finde em dia não útil ou em que for encerrado antecipadamente o funcionamento da Contratante, será considerado o próximo dia útil como o último dia do prazo.

2.3.6.3.2. Havendo necessidade de entregas emergenciais, estas serão discutidas pontualmente entre a Contratante e a Contratada de modo a não causar prejuízos e/ou interrupções no desenvolvimento das atividades realizadas no Serpro.

2.3.6.4. Os pedidos de fornecimento poderão ser fracionados em entregas parciais, sem qualquer prejuízo para a Contratada, desde que cada pedido esteja devidamente identificado. O Solicitante e os Aprovadores deverão ser notificados sobre a ocorrência.

2.3.6.5. Os prazos de entrega de peças/componentes e materiais/bens permanentes poderão ser ampliados, mediante solicitação da Contratada e evidência de que o mercado trabalha com prazos diferenciados.

2.3.6.5.1. A Contratante avaliará o impacto da espera do material e, sendo constatado que o mercado atua com prazos estendidos, poderá autorizar e acordar outro prazo de entrega.

2.3.6.6. A Contratante poderá disponibilizar previsão de quantidades de materiais que poderão ser adquiridos nos próximos meses, para que a Contratada prepare estoques e atenda aos prazos de entrega estabelecidos neste instrumento.

2.3.6.7. Pelo descumprimento dos prazos, das quantidades e das especificações, incorrerá a Contratada nas regras do Instrumento de Medição de Resultado - IMR, Anexo 01B deste instrumento, ressalvado caso fortuito ou motivo de força maior.

2.3.6.8. Os prazos e horários poderão ser revistos entre a Contratante e a Contratada em razão das características de alguns tipos de materiais a serem fornecidos.

2.3.6.9. Havendo a divisão do pedido em duas ou mais entregas, considerar-se-á como data da entrega para cálculo do IMR o dia da última entrega do pedido.

2.3.6.10. Para os materiais/bens permanentes, poderá ser definido futuramente pela Contratante e Contratada, se houver necessidade, modificação no Fluxo de Fornecimento, por meio de Termo de Apostilamento.

2.3.6.11. O cronograma estimado com os períodos das janelas mensais dos pedidos, os prazos de aprovação, de fornecimento, de conteste, de pagamento, entre outros, consta no **Anexo 01** deste instrumento.

2.4. DA LOGÍSTICA DA OPERAÇÃO E DE ENTREGA DOS MATERIAIS

2.4.1. A Contratada deverá executar as operações de logística de separação, embalagem, impressão dos Documentos Auxiliares da NF-e, transporte e entrega no endereço cadastrado e estipulado no pedido de fornecimento.

2.4.1.1. Todas as unidades operacionais do Serpro estão localizadas somente nas capitais.

2.4.2. Locais de entrega:

Estado	Unidade Operacional	Endereço	CEP
Distrito Federal	Serpro Sede	SGAN Quadra 601 Módulo "V" - Brasília/DF	70836-900
Distrito Federal	Regional Brasília	SGAN AV. L2 Norte, Quadra 601 Módulo "G" - Brasília/DF	70836-900
Pará	Regional Belém	Avenida Assis de Vasconcelos, Nº 625 - Bairro Campina, Belém/PA	66017-070
Minas Gerais	Regional Belo Horizonte	Avenida José Cândido Da Silveira, Nº 1.200, Horto Florestal Belo Horizonte/MG	31035-536
Paraná	Regional Curitiba	Rua Carlos Pioli, Nº 133, Bom Retiro - Curitiba/PR	80520-170
Santa Catarina	Regional Florianópolis	Rodovia Virgílio Várzea, Nº 587, Floripa Shopping Piso L2, Monte Verde - Florianópolis/SC	88032-000
Ceará	Regional Fortaleza	Av. Pontes Vieira, Nº 832, São João Do Tauapé - Fortaleza/CE	60130-240
Pernambuco	Regional Recife	Av. Pontes Vieira, Nº 832, São João Do Tauapé - Fortaleza/CE	60130-240
Rio de Janeiro	Regional Rio de Janeiro	Rua Pacheco Leão, Nº 1.235 Fundos, Jardim Botânico - Rio De Janeiro/RJ	22460-905
Bahia	Regional Salvador	Avenida Luiz Viana Filho, Nº 2355, Paralela - Salvador/BA	41130-530
São Paulo	Regional São Paulo	Rua Olívia Guedes Penteado, Nº 941, Capela Do Socorro - São Paulo/SP	04766-900
Rio Grande do Sul	Regional Porto Alegre	Avenida Augusto De Carvalho, Nº 1.133, Praia De Belas - Porto Alegre/RS	90010-390

2.4.3. Eventuais riscos e danos durante o transporte e antes da entrega dos materiais são de responsabilidade da Contratada.

2.4.3.1. A Contratada deverá elaborar os procedimentos de transporte dos materiais, de acordo com as especificações dos respectivos fabricantes. Estes procedimentos deverão ser compatíveis com a legislação ambiental.

2.4.4. As entregas obedecerão aos prazos de fornecimento estipulados neste instrumento, conforme o caso.

2.4.4.1. Realizada a entrega, o Solicitante deverá conferir os materiais e, em caso de falha, realizar o conteste do pedido no sistema/plataforma *web* da Contratada.

2.4.4.2. O 1º Aprovador deverá atestar o pedido, salvo em caso de falha na entrega, quando também poderá contestá-lo no sistema/plataforma *web* da Contratada.

2.4.5. Conferência do material

2.4.5.1. A Contratada deverá entregar o material requisitado no endereço de entrega indicado no pedido de fornecimento anteriormente cadastrado no sistema/plataforma *web* e a unidade operacional atestará o recebimento dos volumes, assinando a cópia dos Documentos Auxiliares da NF-e ou conhecimento de transporte.

2.4.5.2. No prazo de até **2 (dois) dias úteis** contados da data de entrega do material, o Solicitante da unidade operacional, após o recebimento do pedido, deverá abrir as embalagens e conferir a ocorrência de falha na entrega, confrontando com o pedido de fornecimento:

- a) O estado dos materiais entregues;
- b) As quantidades requisitadas com as entregues;
- c) A especificação técnica e a qualidade dos materiais entregues;
- d) O preço unitário de cada material e compará-lo, se for o caso, com o preço contratado;

2.4.6. Documentos Fiscais

2.4.6.1. Cada entrega deverá ser acompanhada dos documentos fiscais exigidos na legislação pertinente.

2.4.6.2. A Contratada deverá adotar em todas as entregas, no mínimo, os seguintes procedimentos:

- a) Embalar todos os materiais em caixas próprias, separados por Pedido de Fornecimento;

b) Os materiais/bens permanentes deverão ter garantia de, no mínimo **12 (doze) meses** contados da data do recebimento definitivo, ter abrangência nacional, independente da região onde o item foi fornecido.

2.4.6.3. Conforme o estabelecido no Convênio s/nº, de 15 de dezembro de 1970 e Protocolo ICMS nº 32, de 28 de setembro de 2001, as embalagens deverão ser perfeitamente identificadas externamente, com etiquetas adesivas de endereçamento e com o espelho dos pedidos de fornecimento coladas na parte externa da embalagem e em local visível, contendo no mínimo as seguintes informações:

- a) Nome da Contratante e seu respectivo código de identificação;
- b) Nome do Solicitante;
- c) Unidade solicitante;
- d) Número do pedido de fornecimento;
- e) Número da Nota Fiscal;
- f) Endereço completo da entrega;
- g) Peso bruto;
- h) Quantidade de volumes a ser entregue e numeração sequencial, adotada quando o pedido é fornecido e embalado em múltiplos volumes.

2.4.7. Qualidade dos Materiais a serem fornecidos

2.4.7.1. Devem ser observados e atendidos os requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança definidos em normas técnicas elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, quando aplicável, conforme os termos da Lei n.º 4.150/1962 (L4150).

2.4.7.2. Serão prioritárias as utilizações de componentes do objeto, assim entendidos como serviços e itens, reciclados e recicláveis e com critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis, conforme prevê o art. 7º, inciso XI, da Lei n.º 12.305/2010 (L12305) - Política Nacional de Resíduos Sólidos.

2.4.7.3. Os materiais deverão ser genuínos e não serão aceitos, compatíveis e/ou remanufaturados, salvo prévia anuência da Contratante.

2.4.7.3.1. O objeto deverá ser de linha de fabricação nova, e possuir manual de instruções e demais literaturas técnicas pertinentes, no idioma português, descrevendo com detalhes todas as suas funções.

2.4.7.3.2. Recebido o material, a Contratante terá o prazo de **4 (quatro) dias úteis** para manifestar-se acerca do aceite final do material.

2.5. DO ATESTE E CONTESTE DA ENTREGA DO MATERIAL

2.5.1. Os prazos de ateste e de conteste iniciarão no **1º (primeiro) dia útil** após a data de recebimento pela Contratante.

2.5.2. Em caso de falha na entrega do material, o Solicitante deverá contestar o pedido, no sistema/plataforma *web* da Contratada, no prazo de até **2 (dois) dias úteis** contados da data da realização da entrega.

2.5.3. Não havendo conteste por parte do Solicitante no prazo do item anterior, o 1º Aprovador deverá atestar o material entregue ou promover o conteste, em caso de falha na entrega do material, no sistema/plataforma *web* da Contratada, no prazo de até **2 (dois) dias úteis**.

2.5.4. A Contratada deverá emitir o documento fiscal após o ateste do material pelo 1º aprovador.

2.5.5. A Contratada terá o prazo de até **2 (dois) dias úteis**, contados da data do registro no sistema/plataforma *web*, para promover a análise e apresentar sua concordância ou não com os motivos que levaram ao conteste, realizado pelo Solicitante, pelo Aprovador ou pela decisão favorável do Aprovador quanto ao conteste realizado pelo Solicitante.

2.5.5.1. Havendo concordância ou não manifestação da Contratada no prazo estipulado no item anterior, inicia-se a contagem do prazo de entrega corretiva do novo material (do material contestado), conforme prazo estabelecido no subitem Imperfeições, deste instrumento.

2.5.5.2. Havendo a decisão final por parte da Contratante, a contagem do prazo de entrega estabelecido neste instrumento se inicia no dia útil seguinte à decisão.

2.5.6. Conteste pelo Solicitante

2.5.6.1. Se a Contratada possuir argumentos para a não concordância com o conteste realizado pelo Solicitante, o 1º Aprovador avaliará os motivos de ambas as partes e decidirá pela validade ou não do conteste por meio de registro no sistema/plataforma *web*, no prazo de até **2 (dois) dias úteis**.

2.5.6.2. Se a Contratada, no prazo de até **2 (dois) dias úteis**, possuir argumentos para a não concordância com os novos motivos apresentados pelo 1º Aprovador, o 2º Aprovador avaliará os motivos de ambas as partes e decidirá pela validade ou não do conteste por meio de registro no sistema/plataforma *web*, no prazo de até **2 (dois) dias úteis**.

2.5.6.3. Caso a Contratante mantenha a validade do conteste, a Contratada deverá promover a correção da falha: entrega corretiva de novo material, conforme prazos estabelecidos no subitem **Imperfeições** deste instrumento.

2.5.7. Conteste realizado pelo 1º Aprovador

2.5.7.1. Se a Contratada, no prazo de até **2 (dois) dias úteis**, possuir argumentos para a não concordância com o conteste realizado pelo 1º Aprovador, o 2º Aprovador avaliará os motivos de ambas as partes e decidirá pela validade ou não do conteste por meio de registro no sistema/plataforma *web*, no prazo de até **2 (dois) dias úteis**.

2.5.7.2. Caso a Contratante mantenha a validade do conteste, a Contratada deverá promover a correção da falha: entrega corretiva do novo material (do material contestado) conforme prazos estabelecidos no subitem imperfeições deste instrumento.

2.5.7.3. No decorrer da execução contratual, a Contratante poderá rever o procedimento de dupla avaliação, ajustando-o conforme necessidade, por meio de apostilamento.

2.5.7.4. Os documentos fiscais dos materiais contestados somente serão emitidos após ocorrido o ateste.

2.6. CONTROLE DE PEDIDOS IMPERFEITOS

2.6.1. O pedido de fornecimento original deverá ter sinalização de atendimento imperfeito no sistema/plataforma *web* e identificação da entrega corretiva.

2.6.2. Imperfeições

2.6.2.1. Pedido imperfeito é o material recebido pela unidade solicitante em quantidade menor do que a solicitada e/ou divergente da especificação estabelecida/ solicitada e/ou avariado e/ou com defeito.

2.6.2.2. O Solicitante ou o 1º Aprovador deverão contestar o pedido imperfeito, como detalhado anteriormente.

2.6.2.3. Ocorrendo o conteste do pedido de fornecimento, é concedido à Contratada até **10 (dez) dias corridos** para regularização, contados do dia útil seguinte à finalização da análise dos motivos do conteste ou da decisão final do Contratante:

a) Todas as entregas deverão ocorrer em dia útil, das **8:00 h às 17:00 h (horário local)**, nos endereços cadastrados no sistema/plataforma *web* a pedido da Contratante, conforme indicação de local de entrega contida no pedido de fornecimento.

b) Caso o prazo de entregas se finde em dia não útil ou em que for encerrado antecipadamente o funcionamento da Contratante, será considerado o próximo dia útil como o último dia do prazo.

2.6.2.4. Pelo descumprimento dos prazos, das quantidades e das especificações, incorrerá a Contratada nas regras do Instrumento de Medição de Resultado - IMR, Anexo 02 deste instrumento, ressalvado caso fortuito ou motivo de força maior.

2.6.2.5. Os prazos e horários poderão ser revistos entre a Contratante e a Contratada em razão das características de alguns tipos de materiais a serem fornecidos.

2.6.2.6. Para o atendimento do saldo ou substituição do pedido de fornecimento original, a Contratada deverá gerar nova nota, conhecimento de transporte ou documento fiscal válido que deverá ser entregue acompanhado do material.

2.6.2.6.1. O Sistema/plataforma *web* deverá informar e registrar a geração de nova nota fiscal para o atendimento do pedido de fornecimento original.

2.7. Metodologia de Precificação dos Materiais na Prateleira do Sistema/Plataforma WEB

2.7.1. A metodologia de precificação do Almoxarifado Virtual seguirá o módulo Pesquisa de Preços do www.compras.gov.br

(<https://pesqpreco.estaleiro.serpro.gov.br/pesquisa-precos-frontend/pesquisa>) como fonte primária de pesquisa dos itens que serão adicionados na prateleira do sistema/plataforma web.

2.8. FORMA DE CÁLCULO DO PREÇO DE BASE/REFERÊNCIA DOS ITENS que farão parte da prateleira do AVS a serem disponibilizados pela Contratada.

2.8.1. Para definir o preço base dos materiais a serem fornecidos pela Contratada e que farão parte da prateleira do AVS, a Contratante utilizou os preços disponíveis no módulo Pesquisa de Preços.

2.8.1.1 No decorrer da execução contratual, a Contratante poderá utilizar contratações similares de outros órgãos/entes públicos, mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, e/ou pesquisas direta com fornecedores, quando o material não for identificado no Módulo de Pesquisa de Preços ou ainda o material seja extinto, sem a existência de um substituto.

2.8.2. Fontes de Pesquisa

2.8.2.1. Módulo de Pesquisa de Preços

2.8.2.1.1. O módulo Pesquisa de Preços, mantido pela Secretaria de Gestão do Ministério Gestão e Inovação (SEGES/MGI – link: <https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-area-trabalho-web/seguero/governo/area-trabalho>), disponibiliza dados e informações de compras públicas homologadas no Sistema de Compras do Governo Federal.

2.8.2.1.1.1. Os valores a serem utilizados para pesquisa de preços deverão ser aqueles homologados nos processos licitatórios, não havendo margem para utilização de propostas que não lograram êxito no procedimento.

2.8.2.1.1.2. Sobre esses valores, será aplicada a taxa de ajuste, definida na proposta de preços da Contratada, para chegar ao preço de prateleira dos itens a serem fornecidos pela Contratada.

2.8.2.1.2. O Módulo de Pesquisa de Preços apresenta a funcionalidade que permite visualizar os detalhes de cada compra/contratação, permitindo que se acessem os documentos relacionados, tais como, edital, termo de referência e proposta comercial.

2.8.2.1.3. Caso o Módulo de Pesquisa venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pelo órgão responsável.

2.8.2.2. Contratações Similares de Outros Entes Públicos

2.8.2.2.1. Por este parâmetro, a pesquisa de preços é viabilizada pela utilização de outros sítios governamentais que não o Portal de Compras, ou mesmo por intermédio de documentos físicos que comprovem que a contratação se deu por ente público, desde que demonstrem que estejam em execução ou concluídos em até 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços. Exemplos de sítios governamentais: Portal Licitações-e (<https://www.licitacoes-e.com.br>) do Banco do Brasil; Portal Licitações Caixa (<http://www.licitacoes.caixa.gov.br>) da Caixa Econômica Federal; e a Bolsa Eletrônica de Compras (<https://www.bec.sp.gov.br/BECSP/Home/Home.aspx>) do Governo do Estado de São Paulo.

2.8.2.3. Mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo

2.8.2.3.1. Esses valores são os preços de mercado praticados para a realidade projetada do Almoxarifado Virtual e sua utilização será de forma secundária, devendo-se observar erros de digitação - preços zerados ou com valores exorbitantes - e considerar itens em que o coeficiente de variação esteja em até 25% (vinte e cinco por cento) – primeiro quartil estatístico – para que se desvinculem promoções e preços excessivamente caros.

2.8.3.1.1. Após apuração, aplica-se a taxa de ajuste definida na proposta de preços da Contratada.

2.8.2.4. Pesquisa com Fornecedores

2.8.2.4.1. Poderá ser um parâmetro adotado como última opção, caso o material não seja identificado em nenhuma das fontes anteriores.

2.8.2.5. Análise Crítica

2.8.2.5.1. Para inclusão de novos materiais na prateleira do AV, a Contratante realizará uma avaliação crítica dos resultados encontrados na coleta de preços, especialmente quando houver uma grande variação entre os valores apresentados, excluindo-se eventuais valores que se mostrem fora da realidade do mercado, seja por serem manifestadamente inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados.

2.8.2.5.1.1. As evidências relacionadas à pesquisa de preços deverão ser juntadas ao processo administrativo.

2.8.3. Caracterização do Item

2.8.3.1. A Contratante identificou as características dos materiais que farão parte da prateleira do AV, tais como: especificações técnicas, unidade de medida de fornecimento, marcas e modelos, quando for o caso, e demais critérios que possam impactar no valor da contratação.

2.8.3.2. A Contratante consultou o Catálogo de Material – CATMAT do SIASG para identificar o Padrão Descritivo de Material - PDM e o(s) material(is) similar(es) aos objetos pretendidos <https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca>).

2.8.3.3. Apresenta-se abaixo exemplo do que é preciso para realizar uma pesquisa o mais eficiente possível e identificar o preço de referência do(s) material(is) da prateleira AV:

- a) Qual o tipo de material do copo? Plástico? Papel? Polietileno? Polipropileno? Plástico oxibiodegradável? Com certificação?
- a) Qual a capacidade do copo? 50, 60, 80, 100, 120, 180, 200 ou 500ml?
- c) Para água? Café?
- d) Qual a cor? Transparente? Branco?
- e) Para líquidos quente e frio? Só quente? Só frio?
- f) Qual a quantidade mensal estimada?
- g) Qual a unidade? Unitário? Pacote ou caixa com quantas unidades?

2.8.3.3.1. De posse dessas informações e para alteração e/ou inclusão de materiais na prateleira da plataforma/sistema web disponibilizado pela Contratada, a Contratante buscará no módulo de pesquisa de preços do governo federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>) a descrição que melhor se adeque ao material demandado e fará a pesquisa de preços utilizando dados de pregões de outros órgãos, obtendo assim preço referencial para os itens a serem adquiridos.

2.8.3.3.2. Caso o item não seja encontrado no módulo, buscar-se-á o preço referencial utilizando os regramentos explicitados neste instrumento para pesquisa com a aplicação dos fatores multiplicadores.

2.8.4. Método de cálculo: média ou mediana

2.8.4.1. A Contratante utilizou(rá), como metodologia para obtenção do preço de base/referência, a média e a mediana na pesquisa de preços, a depender do coeficiente de variação do item.

2.8.4.1.1. Para o coeficiente de variação igual ou inferior a 25% (vinte e cinco por cento), utiliza-se a média como critério de definição do valor de mercado.

2.8.4.1.2. Para o coeficiente de variação superior a 25% (vinte e cinco por cento), utiliza-se a mediana como critério de definição do preço médio.

2.8.4.1.2.1. Se a amostra for muito heterogênea, com grande disparidade de preços, será necessário utilizar a média saneada conforme recomendação dos órgãos de controle.

2.8.4.2. A média é a soma da série de preços coletados dividida pela quantidade de preços desse conjunto. A média é normalmente utilizada quando os dados estão dispostos de forma homogênea.

2.8.4.3. A mediana é o valor do meio (central), que separa a metade maior da metade menor no conjunto de dados. A mediana pode ser adotada em casos onde os dados são apresentados de forma mais heterogênea e com um número pequeno de observações.

2.9. RELAÇÃO DE MATERIAIS: INCLUSÕES, ALTERAÇÕES E EXCLUSÕES

2.9.1. A relação dos materiais que deverão constar na Prateleira do AV e poderão ser demandados pelo Serpro está detalhada no Anexo 02 – Modelo de Proposta de Preços com a Relação Inicial de Itens deste instrumento. Os preços unitários finais serão calculados com base na Taxa de Ajuste ofertada pela Contratada.

2.9.2. A prateleira do sistema/plataforma *web* deverá conter os materiais/itens com as especificações e os preços com a aplicação da taxa de ajuste ofertada pela Contratada.

2.9.3. Quatro são as possibilidades de alteração da relação inicial de materiais:

- a) A Contratante busca inserir um novo material/item;
- b) Contratante determina a troca de um material/item já em fornecimento;
- c) A Contratada solicita a permissão de troca de um material/item cadastrado por outro com as mesmas especificações e preço do inicialmente acordado; ou
- d) A Contratada solicita a permissão de troca de um material/item cadastrado por outro com especificações e/ou preço diferente do inicialmente acordado.

2.9.4. Havendo a necessidade de inserção de novos materiais/itens na prateleira do sistema/plataforma *web*, a Contratante deverá solicitar à Contratada, concedendo prazo máximo de **60 (sessenta) dias**, a partir da solicitação, para o início da disponibilização.

2.9.5. Havendo a necessidade de substituição de materiais/itens na prateleira do sistema/plataforma *web*, mediante solicitação da Contratante, será concedido prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a partir da solicitação, para o início da nova disponibilização.

2.9.6. Havendo a necessidade de substituição de materiais/itens na prateleira do sistema/plataforma *web*, mediante solicitação da Contratada e com anuência da Contratante, e caso haja mudança de especificações qualitativas/quantitativas que afetem o valor final do material/item, a Contratante deverá calcular novo valor de referência e será concedido prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a partir do término da precificação do material/item, para o início da nova disponibilização.

2.9.7. Tendo em vista questões de desabastecimento de um material/item com determinadas características, pode-se fazer necessário trocar as especificações e uma possível revisão do preço. Nesses casos, a Contratada também terá **15 (quinze) dias** para disponibilizar esse novo produto/item, contados da data do aceite do novo preço, após realização de pesquisa de preços.

2.9.8 Os prazos dispostos neste item poderão ser prorrogados mediante autorização da Contratante.

2.9.9. Antes do início de disponibilização do produto/item, a Contratante poderá solicitar à Contratada a apresentação de certificado de avaliação da conformidade emitido por órgão responsável.

2.9.10. A Contratante poderá solicitar amostras dos materiais a qualquer momento da execução contratual, sem qualquer custo adicional, para mensurar a qualidade dos produtos fornecidos.

2.9.11. A identificação do preço de base/referência dos materiais inclusos e/ou alterados/substituídos na prateleira do AV seguirá as regras anteriormente relacionadas.

2.10. FORMAÇÃO DO PREÇO DOS ITENS NO ALMOXARIFADO VIRTUAL

2.10.1. O preço do material na prateleira do AVS (Almoxarifado Virtual do Serpro), que constará no catálogo de produtos da Contratada para o Serpro, será o preço final, inclusos todos os custos operacionais, taxas, impostos, lucro, armazenamento, fretes, etc.

2.10.1.1. Na formação do preço do item na prateleira do Almoxarifado Virtual, o valor do produto é composto pelo preço público (PP) ou preço de mercado (PM) e pela taxa de ajuste (TA).

2.10.2. TAXA DE AJUSTE

2.10.2.1. A taxa de ajuste é uma remuneração paga à Contratada pela disponibilização do sistema/plataforma *web* informatizado e toda a logística envolvida no processo de fornecimento de materiais, incluindo o frete, impostos e demais encargos considerados essenciais.

2.10.2.1.1. A taxa de ajuste é o percentual a ser aplicado sobre o preço do material/item obtido no módulo Pesquisa de Preços ou sobre o preço identificado fora do módulo.

2.10.2.2. Os preços na prateleira do serviço de Almoxarifado Virtual serão o valor final, já com o ajuste aplicado.

2.10.2.2.1. Equação geral para o preço final (PF) do item calculado com base no Módulo de Pesquisa de Preços:

PF = PP X (1+TA), onde:

PF = Preço Final

PP = Preço Público (Painel ou Pesquisa de Preços)

TA = Taxa de ajuste

2.10.3. CÁLCULO DE PREÇOS COM REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE MERCADO

2.10.3.1. A pesquisa considerará marcas equivalentes à qualidade desejada.

2.10.3.2. Sobre o valor resultante será aplicada a taxa de ajuste.

2.10.3.3. Se por algum motivo não houver concordância entre as partes sobre o valor final do item do material, a Contratada deverá ajustar o seu preço ao indicado pelo Contratante, salvo comprovado de forma inequívoca que o preço não é compatível com o fornecimento exigido, momento que nova pesquisa de preços deverá ser realizada.

2.10.4. FATORES MULTIPLICADORES

2.10.4.1. Às pesquisas realizadas deverão ser considerados multiplicadores para, sob o preço do produto, incidir a taxa de ajuste.

2.10.4.1.1. Quando a pesquisa for realizada no Módulo de Pesquisa de Preços, o valor final se dará pela seguinte fórmula:

PF = PP x (1 + TA), onde:

PF = Preço Final do Item, valor à mostra para o usuário na prateleira do AV;

PP = Preço de Pannel, obtido por meio da pesquisa na ferramenta pública;

TA = Taxa de Ajuste.

2.10.4.1.2. Quando a pesquisa for realizada no MERCADO (mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo), o valor final se dará pela seguinte fórmula:

PF = PM x (1 + TA), onde:

PF = Preço Final do Item, valor à mostra para o usuário na prateleira do AV;

PM = Preço de mercado, obtido por meio da pesquisa em ferramentas privadas de acesso ao público;

TA = Taxa de Ajuste.

2.10.5. O percentual da Taxa de Ajuste - TA ofertada pela Contratada é fixa e permanecerá inalterada durante toda a execução contratual.

2.11. RELACIONAMENTO COM A CONTRATADA

2.11.1. As comunicações entre a Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

2.11.2. Início da Execução dos Serviços

2.11.2.1. A execução dos serviços poderá ser iniciada, a critério da Contratante, em até **30 (trinta) dias** após a assinatura do contrato, desde que já tenha sido realizada a implantação do sistema/plataforma *web* e o repasse de conhecimentos operacional previsto neste instrumento.

2.11.2.1.1. A execução do sistema/plataforma *web* nas unidades operacionais ocorrerá de forma escalonada, conforme estratégia a ser definida pela Contratante, sendo definido oportunamente uma unidade para ter a implantação piloto.

2.11.2.2. O consumo dos materiais cadastrados será realizado sob demanda, de acordo com a necessidade de cada unidade operacional, não havendo obrigatoriedade de sua solicitação.

2.12. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

2.12.1. Os serviços prestados deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício, bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental.

2.12.2. Cadeia Produtiva

2.12.2.1. Os materiais fornecidos pela Contratada, pertencentes às categorias abaixo, deverão ter os seguintes certificados de sua cadeia de produção e fornecimento:

CADEIA DE PRODUÇÃO	CERTIFICAÇÃO	FINALIDADE
Produtos Papel e Madeira	FSC - Certificação Forest Stewardship Council ou similar	Selo que garante que os produtos de papel e madeira são feitos exclusivamente de matérias-primas provenientes de florestas geridas de forma responsável e sustentável.
Serviços Gráficos	NBR 15.540/2013, ou qualquer outra norma que venha sobrepor-la.	Certificação de Segurança Gráfica que visa demonstrar o grau de solidez da estrutura de gestão de segurança da empresa gráfica.
Equipamentos de uso Eletroeletrônicos	Selo PROCEL	Selo direcionado aos produtos com maior eficiência quanto à economia de energia, de acordo com índices de referência de consumo e desempenho para cada categoria de equipamento.
	Selo de identificação da conformidade INMETRO	Selo destinado à identificação de conformidade dos critérios estabelecidos e certificar que o produto foi aprovado em testes e análises antes da distribuição.

2.12.2.2. Os certificados deverão conter mecanismos que possibilitem a verificação de autenticidade, podendo ser expedido em nome da Contratada ou de seu fornecedor/fabricante.

2.13. TRANSPARÊNCIA E PUBLICIDADE DAS AQUISIÇÕES

2.13.1 Semestralmente, a Contratada deverá disponibilizar relatório com os dados decorrentes desta contratação, incluindo itens adquiridos, preços pagos e unidades operacionais do Serpro. A Contratante publicará no site do Serpro o relatório com vistas a materializar os princípios da transparência e da publicidade.

2.14. SUBCONTRATAÇÃO

2.14.1. Será permitida a subcontratação dos serviços de aquisição, de armazenagem e de transporte de materiais.

2.15. TRANSIÇÃO CONTRATUAL

2.15.1. Quando do fim da contratação, a Contratada deverá exportar a base de dados em formato a ser definido em documento futuro pelo Serpro em até **90 (noventa) dias** após a extinção do contrato.

3.0 NÍVEIS DE SERVIÇO E SANCIONAMENTOS

3.1. O acompanhamento da execução dos serviços será realizado por meio dos Instrumentos de Medição de Resultados (IMR) - ANEXO 02 do contrato.

3.1.1. O escopo do IMR é direcionado às entregas dos materiais, sem estabelecer multa por faixa percentual.

4.0 Das condições gerais da contratação

4.1 As condições relativas a obrigações das partes, aceitação, pagamentos, penalidades, , prorrogação, rescisão, reajuste e outras, constam do contrato.

ANEXO IA – ESTIMATIVA DE PRAZO (ANEXO 01A DO CONTRATO)

Este anexo consta em arquivo separado, denominado Anexo I/A ESTIMATIVA DE PRAZO.

ANEXO IB – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS
--

Este anexo consta em arquivo separado, denominado Anexo I/B_Instrumento de Medição de Resultados.

ANEXO IC – PROVA DE CONCEITO - POC

Este anexo consta em arquivo separado, denominado Anexo I/C_Prova de Conceito - POC.

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA

(Papel Timbrado da Empresa Licitante)

Ao Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro)

A presente proposta é baseada nas especificações, condições e prazos estabelecidos no **Pregão Eletrônico nº 90114/2026** as quais nos comprometemos a cumprir integralmente.

Declaramos que esta proposta tem validade pelo prazo de 90 (noventa) dias contados da data de abertura desta proposta, que tomamos conhecimento de todas as informações para cumprimento das obrigações ora assumidas e que concordamos com todas as condições estabelecidas no Edital e respectivos Anexos.

OBS: Para a compreender a forma de apresentação da proposta de preços, a formulação dos lances e a fase de julgamento e aceitação das propostas, atentar para as Seções VIII, XI e XII do Edital.

1. Valor estimado para o período de 60 meses				
Valor estimado/ referencial destinado ao pagamento dos materiais adquiridos (A)				R\$ 15.306.924,00
Taxa de Ajuste Máxima Admitida (B)				35,83%
Valor Máximo estimado admitido destinado ao pagamento da Taxa de Ajuste (C = A x B)				R\$ 5.484.470,87
Valor Máximo estimado destinado ao pagamento do serviço contratado para 60 meses (D = A+C)				R\$ 20.791.394,87
2. Percentual de Taxa de Ajuste Proposta				
Item 1	LANCE em R\$ registrado no pregão		Taxa de Ajuste Proposta	
	R\$ -		0,00%	
2.1. Valor da Proposta				
Valor estimado/ referencial destinado ao pagamento dos materiais adquiridos (A)				R\$ 15.306.924,00
Taxa de Ajuste Proposta (B)				
Valor proposto destinado ao pagamento da Taxa de Ajuste (C = A +B)				R\$ 0,00
Valor global estimado destinado ao pagamento do objeto contratado - 60 meses (D = A+C)				R\$ 15.306.924,00
2.2. Resumo da Proposta				
Valor	Valor estimado/referencial destinado ao pagamento dos materiais adquiridos	Taxa de Ajuste Proposta	Valor estimado destinado ao pagamento da Taxa de Ajuste	Valor estimado destinado ao pagamento do serviço contratado
Mensal estimado	R\$ 255.115,40	0,00%	R\$ -	R\$ 255.115,40
Anual estimado	R\$ 3.061.384,80	0,00%	R\$ -	R\$ 3.061.384,80
Global 60 meses	R\$ 15.306.924,00	0,00%	R\$ -	R\$ 15.306.924,00

3. Nome do Aplicativo/Sistema a ser utilizado na prestação dos serviços	
---	--

Atenção Licitante:
O LANCE deverá ser em REAL.
Atentar para o percentual de Taxa de Ajuste Máxima Admitida.
Verificar regras da Seção VI do Edital

	Campos que podem ser alterados pelas Licitantes
	Valor do lance registrado no Pregão

Declaramos que o valor cotado inclui a prestação de todos os serviços estabelecidos no Edital e seus anexos, bem como engloba todos os tributos, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer outras despesas que incidam ou venham incidir sobre o objeto da licitação, e que a empresa não se enquadra nas vedações do art. 38, da Lei nº 13.303/16 ou emprega familiar de agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança no Serpro. Declaramos ainda possuir as condições necessárias para a execução dos serviços licitados conforme definido na Minuta de Contrato, Anexo III, do Edital deste Pregão Eletrônico.

DADOS DA EMPRESA: *(Informar dados da Matriz e/ou Filial, que promoverá o faturamento decorrente desta contratação. Lembrando que o CNPJ informado deverá estar regularmente cadastrado e com habilitação em vigor no SICAF).*

Nome: _____

Endereço: _____ CEP: _____

Telefone: _____ e-mail: _____

CNPJ: _____

Banco (Nome e nº): _____ Endereço: _____

Agência (Nome e nº): _____ Conta nº _____

Dados da autoridade competente que assinará o contrato:		
Nome:		
Cargo:		
Documento de Identidade: nº	Órgão Expedidor:	UF:
CPF nº		
Residente e domiciliado em:		

_____ (local e data) _____

(assinatura, devidamente identificada)

ANEXO II/A – DECLARAÇÃO DE TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS E NEPOTISMO

A <RAZÃO SOCIAL>, inscrita no CNPJ nº <xxxxxx>, com sede no endereço <xxxxxxxxxx>, neste ato representada por <nome completo>, <nacionalidade>, <estado civil>, portador do documento de identidade nº <xxxxxxx – órgão emissor> e do CPF nº <xxxxxxxx>, <qualificação/cargo/função>, DECLARA sob as penas da lei:

Ou, se Pessoa Física informar:

<NOME COMPLETO>, inscrito(a) no CPF nº <xxxxxxxxxxxx>, endereço <xxxxxx>, <nacionalidade>, <estado civil>, portador(a) do documento de identidade nº <xxxxxxx – órgão emissor>, DECLARA sob as penas da lei:

a) Em atenção à [Política de Transações com Partes Relacionadas do Serpro](#), a fim de afastar situações de conflito de interesses, de divulgar as informações sobre essas transações por meio de Notas Explicativas trimestrais nas demonstrações contábeis do Serpro e de cumprir com o disposto na política referenciada, que:

(_) não é parte relacionada, nos termos do item 3.0, alínea “j” da referida Política (pessoas ou entidades que estejam relacionadas com o pessoal-chave da administração do Serpro), e não possui em seu quadro de administradores, proprietários e/ou sócios pessoa com influência significativa ou envolvida em decisão de interesse exclusivo do Serpro.

(_) é parte relacionada, nos termos do item 3.0, alínea “j” da Política citada acima (pessoas ou entidades que estejam relacionadas com o pessoal-chave da administração do Serpro), e/ou possui em seu quadro de administradores, proprietários e/ou sócios pessoa com influência significativa ou envolvida em decisão de interesse exclusivo do Serpro.

b) Estar ciente da “vedação de celebrar instrumento contratual com dirigente de partido político, titular de mandato eletivo, empregado ou administrador do Serpro, ou com seus parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau e com pessoa jurídica cujo proprietário ou administrador seja uma dessas pessoas”, nos termos do art. 44, §3º, inciso VI, do Decreto nº 8.945, de 27/12/2016, que regulamenta a Lei nº 13.303, de 30/06/2016.

Segue abaixo quadro com relação dos administradores (membros da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração), proprietários ou acionistas que representem 5% (cinco por cento), no mínimo, do capital social da empresa:

Nome completo	CPF	Cargo	% Participação



Nada mais a esclarecer e ciente da obrigatoriedade de informar ao Serpro as alterações futuras do quadro de administradores, proprietários e/ou sócios e da responsabilidade administrativa, civil e penal pelas informações prestadas, firmo a presente declaração.

(Local e data)

(Nome completo e assinatura do responsável)

ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE ALMOXARIFADO VIRTUAL, que entre si celebram a [REDACTED], com sede à Rua [REDACTED], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [REDACTED] / [REDACTED] a seguir designada Contratada, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr.(a) [REDACTED], portador da Carteira de Identidade RG nº [REDACTED] Órgão emissor e inscrito no CPF sob o nº [REDACTED], e o **Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro)**, Empresa Pública Federal, regida pela Lei 5.615/70, com sede à SGAN Quadra 601 Módulo V – Brasília – DF - CEP 70836-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.683.111/0001-07 adiante denominada **Serpro**, representado neste ato por seu Gerente da Divisão de Licitações e das Aquisições Administrativas e de Infraestrutura – SUPGA/GAADM/GAADL, Sr. **Edieval Locatelli Filho**, inscrito no CPF sob o n. 008.846.039-89, com fulcro no Art. 32, inc. IV, da Lei 13.303/16 c/c os procedimentos do Pregão definidos na Lei nº 14.133/2021, no Regulamento de Licitações e Contratos do Serpro e nos preceitos de direito privado, por execução indireta no regime de empreitada por preço global, conforme Processo nº SERPRO-PMP-2026/00001, controle Hisaq nº 00114/2026, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 O presente contrato tem por objeto a prestação dos serviços de almoxarifado virtual para suprimento de materiais, sob demanda, com entrega porta a porta, com uso de sistema/plataforma WEB, para todas as unidades operacionais do Serpro, sem dedicação exclusiva de mão de obra.

1.2 A contratação se dá consoante o Pregão Eletrônico SERPRO nº 90114/2026, de 08/06/2026, bem como a Proposta Comercial apresentada pela Contratada, constantes do processo referido no preâmbulo deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

2.1 A especificação dos serviços consta detalhada no Anexo 01 deste contrato, que se configura o mesmo Anexo I do edital da licitação que gerou a presente contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

3.1 Quanto a execução dos serviços:

3.1.1 Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, cumprindo rigorosamente as especificações técnicas, as normas vigentes pertinentes a fornecimento de materiais, instalações, mão de obra, serviços e correlatos, as exigências estabelecidas neste contrato, independentemente da atuação da Fiscalização.

3.1.2 Implantar adequadamente a execução e a supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante.

3.1.3 Atender as notificações recebidas da fiscalização do Serpro, observando/atendendo as normas, instruções e ordens internas emanadas pelo gestor/fiscal do Serpro além da legislação

pertinente, regularizando pronta e imediatamente qualquer anormalidade constatada durante a execução dos serviços.

3.1.4 Prover os recursos humanos e materiais necessários à prestação dos serviços no prazo e condições estabelecidos neste contrato.

3.1.5 Atender as solicitações de serviços extraordinários/emergenciais demandadas pelo Serpro de acordo com as condições deste contrato, se previstas no Anexo 01 deste contrato.

3.1.6 Promover a subcontratação parcial de serviços, somente quando houver prévia autorização da fiscalização do Serpro e apenas para aqueles não essenciais, auxiliares ao principal, em que comprovadamente a empresa não for especializada para a execução.

3.1.6.1 Os serviços para os quais será permitida a subcontratação, quando for o caso, constarão relacionados no Anexo 01 deste contrato.

3.1.6.2 Autorizada a subcontratação, a Contratada deverá disponibilizar para o gestor do contrato, previamente à execução do serviço, a seguinte documentação habilitatória da empresa subcontratada: INSS, FGTS, CADIN, CEIS, CNCIAI e qualificação técnica compatível com o objeto da subcontratação. Não sendo apresentados os documentos, a subcontratação não poderá prosperar e os serviços deverão ser prestados pela própria Contratada.

3.1.7 Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da gestão do Serpro, prestando tempestivamente todos os esclarecimentos que lhes forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

3.1.8 Levar ao conhecimento da fiscalização, imediatamente ao ocorrido e por escrito, qualquer tipo de acidente ou fato extraordinário ou anormal que eventualmente venha a ocorrer durante a execução dos serviços, para adoção das medidas cabíveis.

3.1.9 Arcar com todos os ônus decorrentes de retrabalho, quando da execução irregular dos serviços.

3.1.10 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto do contrato.

3.1.11 Repassar os conhecimentos sobre a execução e a manutenção do serviço, quando for o caso.

3.2 Quanto aos profissionais destacados para os serviços:

3.2.1 Do preposto

3.2.1.1 Indicar formalmente profissional para representá-lo perante o Serpro como preposto, durante a vigência do contrato, com a qualificação necessária para acompanhar a execução dos serviços e autonomia para responder pela Contratada.

3.2.1.2 No caso da Contratada ser sociedade cooperativa, a atividade de preposto deve ser exercida de forma alternada ou aleatória pelos cooperados, para que tantos quanto possíveis venham a assumir tal atribuição.

3.2.2 Qualificação, postura e conduta profissional

3.2.2.1 Prestar os serviços com profissionais devidamente qualificados. Na eventualidade de substituição, deverá manter a formação/qualificação de acordo com os requisitos e exigências do serviço.

3.2.2.2 Não prestar serviços por meio de familiar(es) de empregado(s) do Serpro, quando este(s) exerça(m) cargo em comissão ou função de confiança, situação considerada nepotismo e sujeita a apuração de responsabilidades.

3.2.2.2.1 De acordo com decreto 7.203/10, considera-se familiar: o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade até o terceiro grau.

3.2.2.3 Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares e Código de Ética, Conduta e Integridade determinados pelo Serpro.

3.2.2.4 Garantir e responsabilizar-se pelo comportamento moral e profissional de seus empregados, cabendo-lhe responder integralmente por todos os danos ou atos ilícitos resultantes de ação ou omissão dos mesmos, inclusive por inobservância de ordens do Serpro.

3.2.3 Identificação e apresentação dos profissionais

3.2.3.1 Credenciar, antes do início da prestação dos serviços, para efeito de acesso às dependências do Serpro, os empregados que executarão os serviços.

3.2.3.1.1 Os prestadores dos serviços terão seu acesso às dependências do Serpro controlados por sistema ou manualmente, não sendo permitida a permanência de pessoas estranhas nas instalações do Serpro, a menos que previamente autorizada pelo gestor do contrato ou fiscal(is);

3.2.3.2 Responsabilizar-se pelo uso e guarda dos crachás de identificação de uso obrigatório fornecidos pelo Serpro, sujeitando-se, em caso de perda, ao ressarcimento no valor informado pelo gestor do contrato.

3.2.3.3 Manter seus empregados devidamente uniformizados, asseados, dentro dos padrões de apresentação e higiene, compatíveis com o local e o tipo da prestação de serviços.

3.2.4 Dos aspectos de segurança

3.2.4.1 Fornecer, orientar e exigir de seus empregados a utilização das vestimentas e equipamentos de segurança, individual ou coletivo, sempre que os serviços o exigirem e de acordo com as normas regulamentadoras específicas, tais como luvas, capacetes, macacões, jalecos, sapatos especiais, escadas especiais, etc.

3.2.4.2 Responsabilizar-se por ações destinadas a prevenir acidentes do trabalho, reduzir agravos à saúde e à integridade física dos seus empregados em conformidade com Normas e Leis Trabalhistas.

3.2.4.3 Tomar as medidas e as providências estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho na ocorrência em que seus empregados ou prepostos forem vítimas no desempenho dos serviços ou em conexão com eles.

3.2.5 Dos direitos dos trabalhadores

3.2.5.1 Responsabilizar-se por cumprir a legislação trabalhista definida em Acordo ou Convenção Coletiva, Sentença Normativa, lei e CLT, praticando remunerações e benefícios de acordo com a(s) categoria(s) profissional(is) empregada(s) nos serviços.

3.2.5.2 Responsabilizar-se pela jornada de trabalho e horários de repouso e alimentação de seus profissionais, definidos pelas leis trabalhistas e Convenção Coletiva da categoria.

3.2.5.3 Respeitar os direitos individuais e coletivos de trabalho, promovendo principalmente a não discriminação, a igualdade entre os homens e mulheres a fim de assegurar justiça social.

3.3 Quanto aos materiais para execução dos serviços:

3.3.1 Prover todos os materiais, equipamentos e utensílios necessários a execução dos serviços em quantidades, qualidade e perfeitas condições de uso, mantendo guarda e controle sobre sua propriedade.

3.3.2 Utilizar somente materiais, equipamentos e utensílios licenciados de acordo com as normas regulamentadoras estabelecidas pelos órgãos/entidades fiscalizadoras, ABNT, ANVISA, dentre outros.

3.3.3 Assumir toda a responsabilidade pelo transporte dos materiais, carga e descarga, guarda e eventual perda, bem como pela sua distribuição para execução dos serviços e garantindo que não falte material para a prestação dos serviços.

3.3.4 Substituir os materiais que porventura sejam rejeitados pela Fiscalização ou que não correspondam às marcas aceitas e indicadas na proposta de preços.

3.3.5 Reparar, corrigir e/ou remover, às suas custas, os serviços/materiais/insumos que apresentarem defeitos ou forem rejeitados.

3.3.6 Franquear ao Serpro a vistoria, a qualquer tempo, dos equipamentos, materiais, utensílios, documentos e quaisquer outros, utilizados para a execução dos serviços.

3.3.7 Dar preferência ao uso de materiais/equipamentos/insumos que tenham sido produzidos observando os critérios de sustentabilidade ao meio ambiente, de conformidade com a Instrução Normativa MPOG 01/10 e que reduzam a necessidade de manutenção.

3.3.8 Acondicionar os materiais em embalagens adequadas, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

3.4 Quanto a responsabilização:

3.4.1 Responsabilizar-se civil e criminalmente por qualquer dano que venha a provocar ao Serpro e seus empregados ou a terceiros, em decorrência da execução dos serviços objeto do presente contrato ou da omissão deles.

3.4.2 Proceder à indenização pecuniária por danos morais ou materiais causados aos empregados do Serpro ou de terceiros; ou indenizações, reparações e reposições de instalações ou patrimônio do Serpro ou de terceiros sob a responsabilidade do Serpro, quando de danos e perdas ocasionados por empregados da Contratada ou em decorrência dos serviços prestados ou de materiais empregados, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

3.4.3 Responsabilizar-se pelos prejuízos decorrentes de ação judicial, inclusive honorários de advogados, custas e despesas processuais, perdas e danos, lucros cessantes, juros moratórios ou quaisquer outras despesas não expressamente relacionadas que o Serpro necessite ajuizar ou responder, devendo a Contratada ser nomeada à autoria para comparecer ao processo pela melhor forma permitida em direito.

3.4.4 Responsabilizar-se exclusivamente pela quitação das obrigações sociais, previdenciárias e trabalhistas relativas aos seus empregados, decorrentes deste contrato, inclusive em relação ao seguro de acidentes de trabalho, obrigações fiscais e comerciais, cabendo ao Serpro tão somente o pagamento do preço contratado.

3.4.4.1 Manter o Serpro livre de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação ou omissão.

3.4.4.2 Ressarcir ao Serpro qualquer despesa decorrente de responsabilização trabalhista ou previdenciária solidária e subsidiária, atinente aos empregados utilizados na prestação dos serviços.

3.4.5 Apurados os danos/prejuízos e os valores das indenizações/ressarcimentos, caracterizada a responsabilidade da Contratada, o valor poderá ser descontado no ato do pagamento de qualquer fatura ou da garantia fornecida pela mesma, se prevista no presente contrato, ou, ainda, recolhido em depósito identificado no Banco do Brasil no prazo de 5 (cinco) dias da notificação pelo Serpro.

3.4.5.1 São assegurados à Contratada o contraditório e ampla defesa, conforme legislação aplicável.

3.5 Quanto aos documentos comprobatórios:

3.5.1 Apresentar ao Serpro a seguinte documentação:

a) **No primeiro mês da prestação dos serviços, até 1 (um) dia útil** antes do início dos trabalhos, relação nominal dos empregados que prestarão os serviços, contendo nome completo, cargo ou função, RG e CPF, anexando os documentos comprobatórios da qualificação exigida para a execução dos serviços, quando for o caso;

a.1) Em nenhuma hipótese será permitido a prestação dos serviços por empregados não inclusos na relação;

a.2) Qualquer alteração referente a esta relação deverá ser imediatamente comunicada à fiscalização.

a.3) documentos específicos previstos no Anexo 01;

b) Sempre que solicitado pela Fiscalização do Serpro, no prazo de 2 (dois) dias úteis da solicitação:

b.1) comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei, acordo, convenção coletiva, sentença normativa, norma regulamentadora ou pelo contrato.

b.2) comprovantes de recolhimentos de encargos e cumprimento de direitos trabalhistas.

3.5.1.1 Os documentos deverão ser apresentados em formato digital.

3.6 Quanto à confidencialidade:

3.6.1 A Contratada e seus empregados obrigar-se-ão a manter, mesmo após o término da vigência contratual, a mais absoluta confidencialidade sobre dados e informações disponibilizados ou conhecidos em decorrência da prestação dos serviços objetos desta contratação, bem como tratá-los como matéria sigilosa.

3.6.2 A Contratada e seus empregados ficarão terminantemente proibidos de fazer uso ou revelação, sob nenhuma justificativa, a respeito de qualquer informação, dados, processos, fórmulas, códigos, cadastros, fluxogramas, diagramas lógicos, dispositivos, modelos ou elementos de propriedade do Serpro ou de seus Clientes, aos quais tiver acesso em decorrência da prestação dos serviços.

3.6.3 A Contratada e seus empregados deverão obedecer às normas sobre confidencialidade e segurança, internas e externas, adotadas pelo Serpro além das cláusulas específicas constantes neste instrumento contratual.

3.6.4 Por descumprimento das obrigações relacionadas com a confidencialidade das informações, mediante ações ou omissões intencionais ou acidentais, determinará a responsabilização na forma da lei de seus dirigentes e empregados envolvidos durante e após a vigência contratual.

3.6.5 A violação das condições estabelecidas neste item ensejará a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, previstas em lei.

3.7 Da Proteção de Dados Pessoais

3.7.1 O Serpro e a Contratada se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

a) o tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

b) o tratamento seja limitado às atividades necessárias para o alcance das finalidades do serviço contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da ANPD;

c) em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação do Serpro, responsabilizando-se a Contratada pela obtenção e gestão. Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros finalidades;

c.1) eventualmente, podem as partes convencionar que o Serpro será responsável por obter o consentimento dos titulares;

d) os sistemas que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados, seguem um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado.

e) os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle baseado em função (role based access control) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;

e.1) no caso de haver transferência internacional de dados pessoais pela Contratada, para atender ao acima, esta garante que:

e.1.1) a legislação do país para o qual os dados foram transferidos, asseguram o mesmo nível de proteção que a legislação brasileira em termos de privacidade e proteção de dados, sob pena de encerramento da relação contratual, em vista de restrição legal prevista no ordenamento jurídico brasileiro;

e.1.2) os dados transferidos serão tratados em ambiente da Contratada;

e.1.3) o tratamento dos dados pessoais, incluindo a própria transferência, foi e continuará a ser feito de acordo com as disposições pertinentes da legislação sobre proteção de dados aplicável e que não viola as disposições pertinentes do Brasil;

e.1.4) sempre que necessário, orientará o Serpro durante o período de tratamento de dados pessoais, também em relação aos dados transferidos para país estrangeiro, para que ocorra em conformidade com a legislação sobre proteção de dados aplicável e com as cláusulas do contrato;

e.1.5) oferecerá garantias suficientes em relação às medidas de segurança técnicas e organizativas, e as especificará formalmente ao contratante, não compartilhando dados que lhe sejam remetidos com terceiros;

e.1.6) as medidas de segurança são adequadas para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizados, nomeadamente quando o tratamento implicar a sua transmissão por rede, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito e que estas medidas asseguram um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento representa e à natureza dos dados a proteger, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação;

e.1.7) zelar pelo cumprimento das medidas de segurança;

e.1.8) tratará os dados pessoais apenas em nome do Serpro e em conformidade com as suas instruções e as cláusulas do contrato; no caso de não poder cumprir estas obrigações por qualquer razão, concorda em informar imediatamente ao Serpro, que neste caso poderá suspender a transferência de dados e/ou de rescindir o contrato;

e.1.9) a legislação que lhe é aplicável não o impede de respeitar as instruções recebidas do Serpro e as obrigações do contrato e que, no caso de haver uma alteração nesta legislação que possa ter efeito adverso substancial nas garantias e obrigações conferidas pelas cláusulas do contrato, comunicará imediatamente essa alteração ao Serpro, que neste caso poderá suspender a transferência de dados e/ou de rescindir o contrato;

e.1.10) notificará imediatamente o Serpro sobre: qualquer solicitação juridicamente vinculativa de divulgação de dados pessoais por uma autoridade fiscalizadora responsável pela aplicação da lei, a menos que seja proibido de outra forma, como uma proibição da lei penal de preservar a confidencialidade de uma investigação policial; qualquer acesso acidental ou não autorizado.

e.1.11) responderá rápida e adequadamente todas as solicitações de informação do Serpro, relacionadas ao tratamento dos dados pessoais objeto da transferência e que se submeterá aos conselhos da autoridade fiscalizadora no que diz respeito ao processamento dos dados transferidos;

e.1.12) a pedido do Serpro, apresentará as informações necessárias sobre o tratamento relacionado com os dados pessoais objeto da transferência ou as informações solicitadas pela Autoridade fiscalizadora.

e.1.13) em caso de subcontratação, informará previamente o Serpro que poderá anuir por escrito;

e.1.14) os serviços de processamento pelo subcontratado, serão executados de acordo com o disposto neste contrato;

e.1.15) enviará imediatamente ao Serpro uma cópia de qualquer acordo de subcontratação que celebrar sobre o objeto deste contrato.

3.7.2 A Contratada dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do Serpro.

3.7.3 O eventual acesso, pela Contratada, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio, implicará para a Contratada e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final.

3.7.4 As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regula mentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Órgãos de controle administrativo;

3.7.5 Uma parte deverá informar à outra, sempre que receber uma solicitação de um Titular de Dados, a respeito de Dados Pessoais da outra Parte, abstendo-se de responder qualquer solicitação, exceto nas instruções documentadas ou conforme exigido pela LGPD e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

3.7.6 O Encarregado da Contratada manterá contato formal com o Encarregado do Serpro, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ciência da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais de que venha a ter conhecimento ou suspeita, devendo a parte responsável, em até 10 (dez) dias corridos, tomar as medidas necessárias.

3.7.7 A critério do Encarregado de Dados do Serpro, a Contratada poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

3.7.8 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a Contratada interromperá o tratamento e, em no máximo (30) dias, sob instruções e na medida do determinado pelo Serpro, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na LGPD.

3.7.9 Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

3.8 Quanto à sustentabilidade ambiental

3.8.1 Adotar práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, utilizando, quando couber, biocombustíveis, medidas para evitar o desperdício de água tratada, separação dos resíduos recicláveis, descarte adequado de pilhas, baterias e eletrônicos, otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição.

3.8.2 Separar, adequadamente, os resíduos recicláveis descartados em decorrência dos serviços, tais como as embalagens, restos de materiais e produtos, sobras de obra e entulhos, incluindo lâmpadas queimadas, cabos, restos de óleos e graxas, para posterior descarte pela Contratada, em conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigentes e plano de manejo.

3.8.3 Pautar os serviços segundo plano de manejo da área em questão, em se tratando de área de preservação;

3.8.4 Apresentar, quando solicitado pelo Serpro, relação com as marcas e fabricantes dos produtos e materiais utilizados, podendo vir a solicitar a substituição de quaisquer itens por outros, com a mesma finalidade, considerados mais adequados do ponto de vista dos impactos ambientais.

3.9 Quanto a estrutura da Contratada

3.9.1 Prover estrutura, insumos, materiais, equipamentos e recursos humanos no local de execução dos serviços, compatíveis em quantidade e qualidade, de conformidade com os serviços assumidos pela mesma.

3.9.1.1 Caso a Contratada não disponha de estrutura na localidade de prestação do serviço, deverá providenciar os deslocamentos/transportes necessários à execução dos serviços, inclusos os custos nos preços acordados, sem responsabilidades adicionais ao Serpro.

3.10 Da Integridade da Contratada:

3.10.1 A Contratada por si, seus administradores, empregados e representantes devem estar cientes e agir em conformidade com os dispositivos contidos na Lei nº 12.846/13, e no seu Decreto regulamentador, no que forem aplicáveis, demais legislações e tratados Internacionais aplicáveis as suas atividades, mas não limitados, à Convenção Interamericana Contra a Corrupção (Convenção da OEA), a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (Convenção das Nações Unidas), e a Convenção sobre o Combate a Corrupção de Funcionários Públicos estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (Convenção da OCDE), adotando práticas anticorrupção durante toda relação comercial com o Serpro.

3.10.2 A Contratada por si, seus administradores, empregados e representantes declaram estar cientes e agir em conformidade com o disposto na Política de Integridade e Anticorrupção do Serpro, no Programa Corporativo de Integridade do Serpro (PCINT) e no Código de Ética, Conduta e Integridade do Serpro, no que for aplicável à relação comercial com o Serpro, disponíveis em: <https://www.transparencia.serpro.gov.br/etica-e-integridade/du-diligence-de-integridade>

3.10.3 No desempenho das suas atividades, a Contratada deve abster-se das seguintes práticas:

a) Praticar qualquer ato de suborno, pagamento por influência, propina ou outro pagamento ilegal, ou de maneira semelhante, ou comparável, a qualquer pessoa ou entidade pública (incluindo, mas não limitado, a autoridade governamental, funcionário público ou candidato a cargo político), independente da forma, em seu nome ou em nome do Serpro, que constitua vantagem indevida ou, ainda, prática ilegal:

a1) Considera-se “vantagem indevida” o benefício pessoal de entes ou pessoas que tenha por finalidade um resultado indevido ou inapropriado, que não ocorreriam se não fosse pela vantagem indevida;

- b) Financiar, patrocinar ou de qualquer forma subsidiar a prática de atos ilícitos;
- c) Utilizar um intermediário (pessoa física ou jurídica) para ocultar seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
- d) Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;
- e) Tomar ações para obter vantagem ou benefício indevido, fraudulento ou sem autorização por lei de modificações ou prorrogações deste contrato;
- f) Interferir em uma concorrência justa, descumprindo as leis antimonopólio aplicáveis e as leis antitruste, conduzindo práticas monopolistas e/ou tentando manipular os preços de mercado;
- g) Participar de atividades que legitimam os lucros criminais adotando meios omissivos ou comissivos para disfarçar ou ocultar as fontes e a natureza dos lucros ou prestar qualquer tipo de assistência a tais operações (lavagem de dinheiro); e
- h) Praticar atos que possam constituir uma violação da legislação aplicável anticorrupção e anticoncorrencial, ainda que não expressamente citadas no presente contrato.

3.10.4 Caso a Contratada ou quaisquer de seus representantes passe a ser investigada, indiciada ou denunciada por qualquer ato relacionado nesta cláusula, deverá notificar ao Serpro no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis de seu conhecimento, comprometendo-se a fornecer todas as informações sobre o andamento desses processos no mesmo prazo citado, contados a partir do recebimento da solicitação emitida pelo Serpro.

3.10.5 A Contratada deverá reportar ao Serpro, em até 1 (um) dia útil após tomar conhecimento de qualquer situação que possa suscitar conflito de interesses, informando se algum dos empregados ou profissionais do Serpro participa de qualquer atividade ou mantém ligação econômica com a Contratada.

3.10.5.1 A análise sobre a existência ou não de um conflito de interesses ficará sob exclusivo critério do Serpro.

3.10.6 A Contratada e seus administradores, empregados, prepostos, a qualquer título, e comitentes obrigam-se a manter sob sigilo todas as informações que lhe forem transmitidas pelo Serpro.

3.10.6.1 Quaisquer informações obtidas, nas dependências do Serpro ou dele originárias, devem ser mantidas em sigilo nos termos do presente Contrato.

3.10.7 A qualquer tempo, caso o Serpro suspeite, justificadamente, ou identifique que qualquer pessoa física ou jurídica relacionada à Contratada, possua envolvimento com corrupção ativa ou passiva, bem como com qualquer ato comissivo ou omissivo contra a administração pública, prática anticoncorrencial ou fraude e/ou apresente impedimento ético, incluindo, mas não se limitando, as situações de conflito de interesse, a depender da gravidade e a seu exclusivo critério, poderá:

- a) emitir orientações ou aviso de infração e requerer planos de ação;
- b) suspender, paralisar ou interditar atividades com justa causa até satisfatória regularização, inclusive, nesta hipótese, com retenção de pagamentos e independentemente do cumprimento do cronograma das atividades em execução; e/ou

c) rescindir este contrato de forma motivada, sem prejuízo das penalidades contratuais e eventuais perdas e danos.

3.10.8 Quanto à avaliação de integridade e de transação com parte relacionada:

3.10.8.1 A avaliação de integridade realizada pelo Serpro terá validade de 24 (vinte e quatro) meses, salvo nas situações de Grau de Risco à Integridade (GRI) classificado como “Alto” cuja vigência será de 12 (doze) meses, contados da data de liberação do relatório de avaliação de integridade.

3.10.8.1.1 A atualização da avaliação de integridade poderá ser realizada a qualquer tempo, por iniciativa da Contratada ou quando solicitada pelo Serpro.

3.10.8.2 O Serpro, a qualquer tempo, poderá solicitar novas informações à Contratada, que deverá responder no prazo de até 02 (dois) dias úteis.

3.10.8.3 As partes comprometem-se a buscar solução para mitigar riscos à integridade e situações de potencial conflito de interesses que porventura sejam identificados.

3.10.8.4 A Contratada deverá informar ao Gestor do Contrato qualquer alteração do seu quadro de proprietários, administradores e/ou sócios e, caso haja modificação, deverá encaminhar Declaração de Transação com Partes Relacionadas para nova análise, bem como responder a nova avaliação de integridade.

3.10.8.5 Os dados pessoais obtidos em razão dos procedimentos da Avaliação de Integridade de Fornecedores e da Análise de Transação com Parte Relacionada serão tratados à luz da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DO SERPRO

4.1 Exercer a mais ampla fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados.

4.2 Disponibilizar, durante a realização dos serviços, instalações sanitárias para uso dos empregados da Contratada.

4.3 Comunicar à Contratada, pela via mais rápida, o início e a cessação dos motivos que impedirem a execução de qualquer serviço.

CLÁUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO, RECEBIMENTO/ACEITAÇÃO

5.1 O acompanhamento, a fiscalização da execução, o registro das ocorrências e a adoção de providências para solucioná-las serão exercidos pelo gestor do contrato, indicado ao final deste instrumento, que poderá designar formalmente após a assinatura do contrato Fiscal(is) Administrativo(s) e Fiscal(is) Técnico(s) para auxiliá-lo.

5.1.1 Da fiscalização administrativa:

5.1.1.1 A fiscalização administrativa tem por objetivo efetuar o monitoramento dos aspectos administrativos da execução contratual realizando o registro das medições, dos apontamentos e a alimentação dos sistemas de gestão, de forma a realizar atestes, quando delegado, e auxiliar o gestor do contrato proporcionando-lhe as conformidades legal e administrativa requeridas, além de zelar pelo histórico da gestão contratual. Deverá, ainda, acompanhar a regularidade dos documentos habilitatórios.

5.1.2 Da fiscalização técnica:

5.1.2.1 A fiscalização técnica tem por objetivo efetuar o acompanhamento da efetiva execução do objeto do contrato. O fiscal poderá determinar as correções e providências que se fizerem necessárias, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços e de tudo dará ciência ao gestor de contrato.

5.2 Após assinatura do contrato, o gestor e o(s) fiscal(is) farão reunião inicial com o(s) representante(s) da Contratada para repassar seus papéis e responsabilidades, o conhecimento necessário ao contratado para execução dos serviços ou fornecimento de bens, o detalhamento da infraestrutura disponibilizada à Contratada, quando couber, e demais compromissos e obrigações relativos à execução do contrato.

5.2.1 Por ocasião da reunião, será transmitido ao preposto indicado pela Contratada as normas internas de segurança, de ética, de circulação, de acesso às dependências, de confidencialidade e prestará os esclarecimentos relativos às questões operacionais e de gerenciamento do contrato, fornecendo as cópias dos documentos normativos internos do Serpro.

5.2.2 A realização da reunião inicial do contrato é obrigatória e deverá ser registrada em Ata de Reunião, oportunidade na qual a Contratada declarará conhecimento e concordância das condições contidas nas normas, manuais e outros documentos inerentes ao contrato.

5.3 A Contratada deverá executar todos os serviços com perfeição e segurança laboral, independente da ação fiscalizadora do Serpro.

5.4 A fiscalização pelo Serpro não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Serpro ou de seus agentes e prepostos.

5.5 A Contratada obriga-se a propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização dos serviços pelo Serpro.

5.6 Quando os serviços não produzirem os resultados esperados, não forem executados ou executados sem a qualidade exigida, sem a utilização dos materiais e os recursos humanos exigidos para a sua execução ou com qualidade ou quantidade inferior à demanda, estará caracterizada sua não conformidade e ensejará o pagamento proporcional dos valores dos serviços, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

5.7 Quando a fiscalização constatar eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos, que se revele superior às necessidades do Serpro, efetuará a negociação para supressão contratual, com base Art. 81, inc. II da Lei 13.303/16.

5.8 Para os atos formais de recebimento e aceitação dos serviços atentar para os prazos e procedimentos do Anexo 01, o gestor do contrato seguirá os procedimentos ali estabelecidos e utilizará os sistemas de gestão competentes para controle e liberação dos pagamentos devidos à Contratada.

5.9 Quaisquer entendimentos entre a Fiscalização do Serpro e a Contratada serão feitos por correspondência, não sendo levadas em consideração quaisquer alegações da Contratada com fundamento em ordens ou declarações verbais.

5.10 Relatório mensal

5.10.1 A Contratada deverá entregar, acompanhado com a Nota Fiscal, relatório(s) do(s) serviço(s) executado(s) e em andamento no período, com as seguintes informações: descrição das atividades desenvolvidas e, quando for o caso, data e hora do início e da conclusão do atendimento, equipamentos/instalações que sofreram intervenções/manutenções e outras informações relacionadas aos serviços.

5.10.2 A entrega do relatório será condição necessária para o Serpro realizar o ateste na nota fiscal, para fins de pagamento dos serviços executados.

5.10.3 No caso de inadimplência, serão aplicadas à Contratada as penalidades previstas neste contrato e o pagamento proporcional.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO E PAGAMENTO

6.1 Do Preço:

6.1.1 O Serpro pagará pelos serviços executados pela Contratada pelo somatório do valor dos pedidos de fornecimento efetuados por meio do Sistema/Plataforma web e efetivamente entregues no mês, conforme demonstrado a seguir:

Valor	Valor estimado/referencial destinado ao pagamento dos materiais adquiridos	Taxa de Ajuste Proposta	Valor estimado destinado ao pagamento da Taxa de Ajuste	Valor estimado destinado ao pagamento do serviço contratado
Mensal estimado	R\$ 255.115,40	0,00%	R\$ -	R\$ 255.115,40
Anual estimado	R\$ 3.061.384,80	0,00%	R\$ -	R\$ 3.061.384,80
Global 60 meses	R\$ 15.306.924,00	0,00%	R\$ -	R\$ 15.306.924,00

6.1.1.1 O valor estimado para o período de vigência deste contrato, 60 (sessenta) meses, importa em R\$ 15.306.924,00 (quinze milhões, trezentos e seis mil, novecentos e vinte e quatro reais).

6.1.2 Nos preços mencionados estão inclusas todas as despesas necessárias à prestação dos serviços, tais como: taxas, impostos, tributos, seguros, deslocamentos, materiais, mão de obra, lucros, despesas administrativas e outras.

6.2 Do valor Proporcional:

6.2.1 A não realização dos serviços, constatada por meio do relatório de acompanhamento da Nota Fiscal, implicará o pagamento proporcional aos serviços efetivamente realizados, apurado sob a responsabilidade do gestor do contrato, sem prejuízos da aplicação das penalidades previstas neste Contrato, garantido o contraditório e a ampla defesa da Contratada.

6.3 Da emissão/entrega do documento fiscal:

6.3.1 A Contratada ao emitir seu documento fiscal deverá observar (apor) corretamente os dados do estabelecimento do Serpro que tomou o serviço, a fim de que o Serpro possa cumprir a sua obrigação perante os entes tributários. Carta de Correção só será admitida para regularizar os dados cadastrais do Serpro.

6.3.2 A Contratada deverá emitir/encaminhar a nota fiscal no último dia do mês de execução dos serviços para o e-mail indicado pelo gestor do contrato. Na impossibilidade, deverá entregá-la no protocolo do local de prestação dos serviços.

6.3.3 Caso a Contratada entregue a nota fiscal antes do fechamento do mês, o prazo para pagamento estipulado neste contrato será contado a partir do primeiro dia do mês subsequente a prestação dos serviços.

6.3.4 No caso de as notas fiscais serem emitidas ou entregues no Serpro em data posterior à indicada no item 6.3.2, será imputado à Contratada o pagamento de eventuais encargos decorrentes do não recolhimento das contribuições e impostos sob a responsabilidade do Serpro.

6.3.5 A Contratada deverá emitir nota fiscal de serviços, conforme os dados de faturamento a seguir:

SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)

SERPRO - SEDE

ENDEREÇO: SGAN QUADRA 601 MÓDULO "V" - BRASÍLIA/DF

CEP: 70836-900

CNPJ: 33.683.111/0001-07

INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 07334743/001-03

INÍCIO DAS ATIVIDADES: 30/06/1967

SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)

REGIONAL BRASÍLIA/DF

ENDEREÇO: SGAN AV. L2 NORTE, QUADRA 601 MÓDULO "G" - BRASÍLIA/DF

CEP: 70836-900

CNPJ: 33.683.111/0002-80

INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 07334743/002-94

INÍCIO DAS ATIVIDADES: 30/06/1967

REGIONAL BELÉM/PA

ENDEREÇO: AVENIDA ASSIS DE VASCONCELOS, N° 625 - BAIRRO CAMPINA, BELÉM/PA

CEP: 66017-070

CNPJ: 33.683.111/0003-60

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 15.122.891-4 INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 025.938-8

INÍCIO DAS ATIVIDADES: 17/09/1973

REGIONAL BELO HORIZONTE/MG

ENDEREÇO: AVENIDA JOSÉ CÂNDIDO DA SILVEIRA, N° 1.200, HORTO FLORESTAL BELO HORIZONTE/MG

CEP: 31035-536

CNPJ: 33.683.111/0007-94

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 628118770051 INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 305.698/001-3

INÍCIO DAS ATIVIDADES:

REGIONAL CURITIBA/PR

ENDEREÇO: RUA CARLOS PIOLI, N° 133, BOM RETIRO - CURITIBA/PR

CEP: 80520-170

CNPJ: 33.683.111/0010-90

INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 105.663-1

INÍCIO DAS ATIVIDADES: 30/06/1967

**REGIONAL FLORIANÓPOLIS/SC**

ENDEREÇO: RODOVIA VIRGÍLIO VÁRZEA, Nº 587, FLORIPA SHOPPING PISO L2, MONTE VERDE - FLORIANÓPOLIS/SC

CEP: 88032-000

CNPJ: 33.683.111/0019-28

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 251305406 INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 0202789

INÍCIO DAS ATIVIDADES: 03/04/1978

REGIONAL DE FORTALEZA/CE

ENDEREÇO: AV. PONTES VIEIRA, Nº 832, SÃO JOÃO DO TAUAPÉ - FORTALEZA/CE

CEP: 60130-240

CNPJ: 33.683.111/0004-41

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 06.008272-0 INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 016155-1

INÍCIO DAS ATIVIDADES: 30/06/1967

REGIONAL PORTO ALEGRE/RS

ENDEREÇO: AVENIDA AUGUSTO DE CARVALHO, Nº 1.133, PRAIA DE BELAS - PORTO ALEGRE/RS

CEP: 90010-390

CNPJ: 33.683.111/0011-70

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 0963572733 INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 024162-2-0

INÍCIO DAS ATIVIDADES: 30/06/1967

REGIONAL RECIFE/PE

ENDEREÇO: AVENIDA PARNAMIRIM, Nº 295, PARNAMIRIM - RECIFE/PE

CEP: 52060-901

CNPJ: 33.683.111/0005-22

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 0109087-90 INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 006.632.0

INÍCIO DAS ATIVIDADES: 30/06/1967

REGIONAL RIO DE JANEIRO/RJ - HORTO

ENDEREÇO: RUA PACHECO LEÃO, Nº 1.235 FUNDOS, JARDIM BOTÂNICO - RIO DE JANEIRO/RJ

CEP: 22460-905

CNPJ: 33.683.111/0008-75

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 10.004.799 INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 0.094.089-5

INÍCIO DAS ATIVIDADES: 30/06/1967

REGIONAL SALVADOR/BA

ENDEREÇO: AVENIDA LUIZ VIANA FILHO, Nº 2355, PARALELA - SALVADOR/BA

CEP: 41130-530

CNPJ: 33.683.111/0006-03

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 70.651.725 INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 000.555/001-77

INÍCIO DAS ATIVIDADES: 30/06/1967

REGIONAL SÃO PAULO/SP

ENDEREÇO: RUA OLÍVIA GUEDES PENTEADO, Nº 941, CAPELA DO SOCORRO - SÃO PAULO/SP

CEP: 04766-900

CNPJ: 33.683.111/0009-56

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 111.445.700.110 INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 8.242.433-0

INÍCIO DAS ATIVIDADES: 30/06/1967

6.3.5.1 O endereço de faturamento será o endereço no qual ocorrerá a entrega do material pela empresa Contratada.

6.3.5.2 O faturamento se dará pelo somatório do valor dos pedidos de fornecimento efetuados por meio do Sistema/Plataforma web e efetivamente entregues, conforme prazos e condições apresentados neste instrumento e seus anexos. A Contratada deverá emitir documento fiscal por Unidade Operacional.

6.3.5.3 Após o ateste do pedido perfeito realizado pela Contratante no sistema/plataforma web do AVS, a Contratada deverá emitir o documento fiscal, acompanhado do relatório do que foi adquirido.

6.3.6 A Contratada deverá indicar, no corpo da nota fiscal dos serviços, o número deste contrato, o número do processo de contratação, o número da conta-corrente, o banco e a agência com a empresa qual opera (obrigatoriamente em NOME/CNPJ da Contratada), sob pena de impossibilidade do pagamento.

6.4 Dos impostos e recolhimentos sob responsabilidade do Serpro:

6.4.1 Os valores dos tributos incidentes sobre o serviço/fornecimento ora contratado poderão ser destacados na respectiva nota fiscal sempre que a legislação tributária o permitir, sendo certo que, no preço ajustado, já estarão inclusos os valores dos referidos tributos.

6.4.2 Quando cabível ao objeto, o Serpro efetuará a retenção, na fonte, dos seguintes tributos:

6.4.2.1 Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Serviços Público – PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB 1234/12, conforme determina o Artigo 64 da Lei 9430/96.

6.4.2.2 Contribuição previdenciária correspondente a 11% (onze por cento) na forma da Instrução Normativa RFB 971/09, conforme determina a Lei 8212/91. Caberá à Contratada destacar no corpo da nota fiscal o valor-base para retenção, sob pena de aplicação de penalidades previstas neste contrato.

6.4.2.2.1 Sendo beneficiário de desoneração estabelecida em Lei específica, a Contratada deverá apresentar os comprovantes junto com a nota fiscal.

6.4.2.3 Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, na forma da Lei Complementar 116/03, combinada com a legislação municipal e/ou distrital sobre o tema.

6.4.2.4 Não serão feitas as retenções de que trata a citada instrução normativa caso a Contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições (SIMPLES), instituído pela Lei Complementar 123/06 e/ou se encontra em uma das situações elencadas Artigo 4º da Instrução Normativa RFB 1.234 de 11 de janeiro de 2012, em especial a do inc. XI, ficando a Contratada nesse caso obrigada a apresentar declaração original do SIMPLES NACIONAL, prevista na IN 1234/12, assinada por seu representante legal.

6.4.2.5 O Serpro, por meio de sua área financeira, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União, Estados ou Municípios, as características e os valores pagos por força desta contratação.

6.4.3 Os custos de eventuais erros de recolhimentos de impostos sob a responsabilidade do Serpro, em decorrência de informações incorretas por parte da Contratada, serão cobrados à mesma, que se obriga a ressarcir o Serpro no prazo de 5 (cinco) dias da notificação, sujeita às

penalidades previstas no presente contrato. Os valores poderão ser descontados das faturas a serem pagas à Contratada.

6.4.4 Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a assinatura deste contrato, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes, para mais ou para menos, conforme o caso e obedecidas às disposições do Art. 81, § 5º da Lei 13.303/16.

6.4.5 Em havendo alteração do contrato que aumente os encargos da Contratada, o Serpro poderá restabelecer, por meio de Termo Aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

6.5 Do pagamento, retenção, correção:

6.5.1 O pagamento será efetuado mensalmente em até 15 (quinze) dias da emissão do documento fiscal.

6.5.1.1 Os pagamentos no primeiro e último mês da prestação dos serviços dar-se-ão pro rata, de acordo com o início e término da vigência contratual. O rateio dar-se-á à razão de 1/30 (um trinta avos) proporcional aos dias de execução dos serviços.

6.5.2 Constatando-se alguma incorreção na nota fiscal ou qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo será contado a partir da respectiva regularização.

6.5.3 O Serpro poderá deduzir do montante a pagar, os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada, nos termos deste contrato.

6.5.4 Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pelo Serpro e mediante solicitação expressa da Contratada, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = índice de atualização financeira

TX = percentual da taxa de juros de mora anual

EM = Encargos moratórios

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = valor líquido da parcela em atraso

6.5.4.1 A correção de valor não se aplica quando o atraso se der por inadimplemento ocasionado pela Contratada ou em razão do decurso de eventuais decisões relativas a multas ou outras sanções e seus recursos.

6.5.5 O eventual adiantamento do prazo de pagamento dos serviços prestados poderá ocorrer, desde que se configure vantajoso para o Serpro e após prévia avaliação/aprovação pela área competente.

6.5.6 O Serpro fará seus pagamentos por meio de depósito bancário, no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal, exclusivamente para a conta bancária da empresa Contratada. As despesas bancárias serão de responsabilidade do beneficiado.

6.5.7 O Serpro não efetuará pagamento de títulos descontados ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros através de operação de "FACTORING".

6.5.8 Os pagamentos efetuados a Contratada não a isentarão de suas obrigações e responsabilidades vinculadas ao serviço, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade.

6.6 Dos recursos orçamentários:

6.6.1 Os recursos orçamentários estão assegurados para a execução das despesas previstas neste contrato, conforme parecer da Superintendência de Controladoria - SUPCO.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE/REVISÃO DOS PREÇOS

7.1 Da taxa de ajuste

7.1.1 A taxa de ajuste é fixa e irrevogável.

7.2 Dos Preços Base/Referência dos Materiais da Prateleira

7.2.1 Do interregno

7.2.1.1 Os preços dos materiais constantes na prateleira, independentemente do tempo de inclusão do material, poderão ser reajustados após o interregno de um ano, contado da data limite para a apresentação das propostas.

7.3 Dos percentuais aplicáveis

7.3.1 Será aplicado o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA acumulado no período para reposição das perdas inflacionárias, a fim de retratar a variação efetiva do custo de produção.

7.3.2 O IPCA será apurado pela Unidade de Gestão do Contrato.

7.3.3 Independentemente do reajuste incidente sobre os materiais/bens permanentes e sendo constatada a redução ou a elevação de preços base/referência no módulo Pesquisa de Preços, a Contratada se obriga a praticar o novo valor identificado.

7.3.4 Após a aplicação do IPCA, se os preços apresentarem mais de duas casas decimais, esses deverão ser truncados na segunda casa decimal, sem arredondamento.

7.3.5 Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.4 Da solicitação e preclusão do direito

7.4.1 Os reajustes de valores serão obrigatoriamente precedidos de solicitação da Contratada, formalizada para o gestor responsável pelo contrato. A solicitação deverá ser por correspondência eletrônica, com registro da data da solicitação, preferencialmente no prazo de 30 (trinta) dias antes, de forma a já constar do novo período de vigência.

7.4.2 Os reajustes que a Contratada fizer jus e não forem solicitados até a data de aniversário do contrato serão objeto de preclusão do direito, com o início da nova vigência contratual ou com o encerramento do contrato.

7.4.2.1 Caso a Contratada não solicite o reajuste, estará caracterizada sua satisfação com a remuneração e a renúncia à revisão dos valores para o novo período de vigência, ocorrendo a preclusão do direito ao reajuste, mantendo-se os valores inalterados para os 12 (doze) meses seguintes.

7.5 Da avaliação e decisão

7.5.1 A decisão sobre o pleito será feita no prazo previsto de 60 (sessenta) dias, contados a partir do recebimento do pleito.

7.5.2 A constatação da não vantajosidade para o Serpro quanto aos preços de base/referência reajustados poderá ensejar contraproposta para os valores, ou, no caso de contratos com vigências superiores a 12 (doze) meses, rescindir o contrato antecipadamente, conforme cláusula de vigência.

7.5.3 O prazo para decisão ficará suspenso caso a Contratada não cumpra os atos ou não apresente em tempo hábil, os esclarecimentos ou a documentação complementar solicitada pelo Serpro.

7.5.4 A decisão pelo Serpro, dar-se-á mediante:

- a) a avaliação do pleito;
- b) a nova planilha com a variação dos custos apresentada, quando for o caso; e
- c) a disponibilidade orçamentária do Serpro.

7.5.4.1 Fica dispensada a pesquisa de mercado considerando que este contrato prevê reajuste com base em índice previamente acordado.

7.6 Dos efeitos financeiros

7.6.1 – Os novos valores contratuais terão seus efeitos financeiros iniciados conforme a seguir:

- a) a partir data limite para a apresentação das propostas; ou
- b) em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem da periodicidade para concessão dos próximos reajustes;

7.6.1.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.6.1.3. Sempre que solicitad o pela Contratante, a Contratada deverá apresentar memória de cálculo referente ao reajuste de preços do valor remanescente, com o demonstrativo do histórico alegado, quando este ocorrer.

7.7 Da atualização do valor global estimado e do valor mínimo do pedido

7.7.1 Mediante iniciativa da Contratante, após o interregno de um ano, contado da data de assinatura do contrato, poderão ser atualizados:

- a) o saldo do valor global estimado, destinado ao pagamento do objeto contratado; e/ou

b) o valor mínimo do pedido.

7.7.2 As condições relativas ao percentual aplicável e ao interregno de atualizações subsequentes são as mesmas usadas para reajustar os Preços Base/Referência dos Materiais da Prateleira.

7.7.3 O novo saldo do valor global estimado e/ou o novo valor mínimo do pedido terão seus efeitos financeiros iniciados na data de emissão do Termo de Apostilamento.

7.8 Da revisão

7.8.1 Os reajustes não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato relativo aos preços de base/referência dos itens da prateleira, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, com base no disposto no art. 81, inc. VI e parágrafos 5º e 6º, da Lei 13.303/16.

7.8.2 A alteração da opção contábil da empresa durante a vigência do contrato, que proporcione benefícios com redução dos tributos aplicáveis aos serviços, impõe que a Contratada comunique ao Serpro, informando os novos valores aplicáveis para manutenção do equilíbrio econômico do contrato, aplicável a partir do mês que a Contratada usufruir do benefício.

7.8.3 Eventual mudança na alíquota tributária decorrente de aumento do faturamento e alteração do porte das Micro e Pequenas Empresas, ou do desenquadramento no Simples Nacional, poderá ensejar, se solicitado pela Contratada, mediante avaliação e aprovação do Serpro, hipótese de revisão contratual. A contratação poderá ser mantida, em consonância com a política governamental de fomentar o crescimento empresarial. Poderá ainda ser objeto de negociação ou avaliada sua rescisão, se o reajuste dos valores implicar preços acima dos praticados no mercado.

7.8.3.1 O desenquadramento voluntário do Simples Nacional e/ou a mudança voluntária de regime tributário, que acarretem aumento de alíquota, não são hipóteses ensejadoras de revisão.

7.9 Redução de preço decorrente de negociação

7.9.1 As reduções dos preços contratados realizadas em razão de negociações das partes, sem alteração do objeto e valendo-se do princípio da vantajosidade, poderão ser aplicadas de imediato, acordadas por meio de Ofício, que definirá a data dos efeitos financeiros, enquanto se adotam as providências formais previstas neste Contrato.

7.9.2 A revisão por negociação tratada neste item altera a anualidade do interregno para concessão de reajuste de preços mediante a aplicação de índices estabelecidas neste contrato.

7.10 Da formalização

7.10.1 A decisão quanto à concessão de repactuação e de revisão será lavrada por termo de apostilamento ou aditivo ao contrato vigente.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1 A inexecução total ou parcial das condições pactuadas neste contrato sujeitará a Contratada às seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa;

c) Suspensão temporária de licitar e impedimento de contratar com o Serpro por prazo até 2 (dois) anos.

8.1.1 As não conformidades detectadas na execução dos serviços e outros registros considerados relevantes pela Fiscalização do Serpro, que evidenciem a mora, o descumprimento de obrigações ou a inexecução parcial ou total do contrato, motivarão a aplicação das sanções/penalidades previstas nesta cláusula.

8.2 Da Advertência:

8.2.1 A sanção de advertência de que trata a alínea “a” da Subcláusula 8.1 tem previsão legal no inc. I do art. 83 da Lei 13.303/16 e poderá ser aplicada nos casos de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato e/ou outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Serpro, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

8.3 Da Multa de mora:

8.3.1 A Multa de Mora tem previsão legal no art. 82 da Lei 13.303/16, sendo aplicada à Contratada mediante desconto em garantia pecuniária, se prevista no presente contrato, ou em créditos da Contratada, em decorrência de perda de prazo, atraso injustificado no início do serviço contratado ou do retardamento de alguma obrigação inicial, não vinculados a interesses do Serpro.

8.3.2 Pelo não início do serviço e/ou execução de obrigação inicial, no prazo estipulado: multa de 1% (um por cento) sobre o valor mensal do serviço, por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento) do valor mensal do serviço.

8.3.3 A multa de mora não impede que o Serpro rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções previstas neste contrato.

8.4 Da Multa por descumprimento de obrigações:

8.4.1 A Multa por descumprimento de obrigações tem previsão legal no Inciso II do art. 83 da Lei 13.303/16, sendo aplicada à Contratada mediante desconto em garantia pecuniária, se prevista no presente contrato, ou em créditos da Contratada, da seguinte forma:

8.4.1.1 A multa será aplicada à Contratada a partir da Tabela de Infrações (item 8.4.1.3), de acordo com o grau de comprometimento da ocorrência e seus pontos atribuídos (item 8.4.1.2), mediante o uso da Tabela de Pontuação x Sanção (item 8.4.1.4).

8.4.1.2 Grau de comprometimento

GRAU DE COMPROMETIMENTO	PONTOS ATRIBUÍDOS
Altíssima severidade	6
Alta severidade	4

Média severidade	2
Baixa severidade	1

8.4.1.3 Tabela de Infrações

ITEM	DESCRIÇÃO	PONTOS	INCIDÊNCIA
1	Divulgar dados/assuntos/documentos que tenha acesso	6	Por ocorrência
2	Permitir situação que possa causar riscos às atividades e objetivos sociais do Serpro ou de seus clientes, inclusive quanto à segurança de recursos logísticos, informações e dados	6	Por ocorrência e por Unidade Operacional
3	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratados.	6	Por ocorrência e por dia
4	Utilizar de má conduta ou má-fé, na prática de valores dos fornecimentos ao Serpro.	6	Por ocorrência
5	Deixar de atender as funcionalidades, as configurações e os critérios estabelecidos neste instrumento para o Sistema/Plataforma Web	6	Por ocorrência
6	Excluir ou trocar o material na Prateleira do Sistema/Plataforma Web sem a permissão da Contratante	4	Por ocorrência
7	Cometer reiteradas faltas sob registro da fiscalização	4	Por ocorrência e por Unidade Operacional
8	Destruir, ocultar, extraviar ou danificar registros no sistema AVS por culpa, ou dolo de seus agentes	4	Por ocorrência
9	Deixar de disponibilizar os relatórios gerenciais	2	Por ocorrência e por Unidade Operacional
10	Permitir o acesso ao sistema AVS de pessoas não autorizadas	1	Por pessoa não autorizada
11	Deixar de esclarecer solicitações formais e de sanar as inconsistências, problemas ou dúvidas suscitadas e não dar retorno dos contatos da fiscalização	1	Por ocorrência

8.4.1.4 Tabela de Pontuação x Penalidade

Pontuação acumulada no mês	Penalidade a ser aplicada
De 01 a 05 pontos	Advertência
De 06 a 10 pontos	Multa de 1%
De 11 a 16 pontos	Multa de 2%
De 17 a 20 pontos	Multa de 5%
Acima de 21 pontos	Rescisão contratual

8.4.2 Pelo descumprimento de qualquer outra condição fixada neste contrato e não abrangida pelos itens anteriores, sujeitar-se-á a Contratada ao pagamento de multa no percentual de 1% (um por cento), a cada evento (por dia e/ou ocorrência).

8.4.3 Para apuração mensal e determinação da penalidade a ser aplicada, serão avaliadas as ocorrências apontadas no Formulário de Aferição de Infrações/Ocorrências, período do dia 16 (dezesesseis) do mês anterior até o dia 15 (quinze) do mês de competência.

8.4.4 Para cumprimento dos serviços com nível máximo de qualidade, as multas por descumprimento de obrigações terão como base de cálculo:

a) quando se tratar de incidência “por ocorrência” e/ou “por pessoa não autorizada”: valor total de todas as faturas emitidas referente ao mês da ocorrência;

b) quando se tratar de incidência “por ocorrência e por unidade operacional” e/ou “por ocorrência e por dia”: valor total da fatura da Unidade Operacional referente ao mês da ocorrência.

8.4.5 O valor das multas previstas nesta subcláusula está limitado a 100% (cem por cento) do valor do contrato.

8.5 Da Multa pela inexecução do contrato

8.5.1 Quando da inexecução parcial ou total do contrato, a Contratada se sujeitará ao pagamento de multa compensatória de até 15% (quinze por cento) do valor total anual do contrato, incluindo-se valores de eventuais aditativas, sem prejuízo da rescisão contratual e outras sanções legais.

8.5.1.1 A multa prevista neste item possui a natureza jurídica de prefixação de indenização por perdas e danos e visa a compensar a Administração por eventuais prejuízos causados pelo inadimplemento contratual.

8.6 Da suspensão de licitar e impedimento de contratar

8.6.1 Sanção de maior rigor, que impõe à Contratada a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Serpro, com base no art. 83 inc. III da Lei 13.303/16, sem prejuízo da aplicação das multas e outras sanções legais cabíveis.

8.6.2 O Serpro adotará os eventos e prazos seguintes para impedimento da Contratada que:

a) não manter as condições habilitatórias vigentes à data da celebração contratual, excetuando-se as relativas ao porte da Contratada, durante sua vigência – prazo de 06 (seis) meses;

b) não recompor a qualidade e eficiência dos serviços acordados, quando esgotados os sancionamentos próprios, regulares e inerentes aos monitoramentos técnico-operacional e administrativo do gerenciamento contratual – prazo de 12 (doze) meses;

c) falhar ou fraudar na execução do contrato ensejando o retardamento de seu objeto – prazo de 02 (dois) anos;

d) inexecução contratual total ou parcial – prazo de 02 (dois) anos;

e) sofrer condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos – prazo de 02 (dois) anos;

f) tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação – 02 (dois) anos;

g) demonstre não possuir idoneidade para contratar com o Serpro em virtude de atos ilícitos praticados – prazo de 02 (dois) anos.

8.6.3 Para registro da penalidade no SICAF, a abrangência da penalidade será no âmbito do Serpro.

8.7 Observações gerais acerca da aplicação de penalidades

8.7.1 As sanções de advertência, suspensão de licitar e impedimento de contratar poderão ser aplicadas com a sanção de multa.

8.7.2 As penalidades estão sujeitas a apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo Processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis da notificação pelo Serpro.

8.7.3 O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido à conta informada pelo Serpro, após o vencimento do prazo recursal, podendo o Serpro, para tanto, descontar da garantia, se prevista no presente contrato, das faturas vincendas e/ou ainda cobrá-las judicialmente, se julgar conveniente.

8.7.3.1 Poderá o Serpro, se julgar conveniente, efetivar compensações e/ou caucionamentos preventivos de multas e descontar de notas fiscais por ocasião dos seus pagamentos, ainda que inexistir relação de causa e efeito entre o valor faturado e o fato gerador da multa.

8.7.3.2 As multas e demais penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo do pagamento das perdas e danos e da rescisão contratual.

8.7.4 A autoridade competente para decisão quanto a aplicação das sanções levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao Serpro, observado o princípio da proporcionalidade.

8.7.4.1 Os prazos para impedimento de licitar previstos no item 8.6.2 poderão ser adequados por decisão da autoridade superior, em razão do histórico de adimplemento do contrato.

8.7.5 As autoridades competentes no Serpro, para fins deste contrato, estão previstas na Norma Interna de Aplicação de Sanção.

8.7.6 As sanções aplicadas pelo Serpro serão registradas no SICAF, após esgotado o processo de sancionamento.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei.

9.2 Poderá o Serpro rescindir imediatamente este contrato, sem qualquer ônus, no caso de persistência no inadimplemento de obrigações pela Contratada, sobre as quais já tenha sido solicitada para providenciar as devidas regularizações.

9.3 As razões seguintes constituem motivo para rescisão do contrato:

9.3.1 O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

9.3.2 O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

9.3.3 A lentidão do seu cumprimento, levando o Serpro a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços nos prazos estipulados;

9.3.4 O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

9.3.5 A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação ao Serpro;

9.3.6 A subcontratação feita contrariamente ao art. 78 da Lei 13.303/16 e à previsão deste contrato.

9.3.7 A fusão, cisão, incorporação ou outra forma de reorganização societária, quando causarem prejuízo à execução do contrato.

9.3.8 A sub-rogação, a cessão ou a transferência, total ou parcial, do contrato, a associação da Contratada com outrem ou a divisão das responsabilidades por ela assumidas, ainda que de forma solidária, por serem contrários ao dever geral de licitar (art. 37, XXI, da Constituição).

9.3.9 O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

9.3.10 O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas pelo Serpro;

9.3.11 A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

9.3.11.1 É permitido ao Serpro, no caso de falência ou instauração de insolvência civil do fornecedor, manter o contrato, desde que demonstrado o prejuízo de sua rescisão para o Serpro e a possibilidade de sua execução pelo administrador da massa falida ou pelo insolvente, sendo obrigatória a manifestação de interesse de um ou outro, conforme o caso, na continuidade da relação jurídica.

9.3.12. A dissolução da sociedade Contratada ou o falecimento do contratado.

9.3.13 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que a juízo do Serpro prejudique a execução do contrato.

9.3.14 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato.

9.4 A rescisão do contrato poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito do Serpro, nos casos enumerados no item 9.3;

b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, motivada a conveniência para o Serpro;

c) judicial, nos termos da legislação;

9.5 A rescisão de que trata a alínea “a” do item anterior acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas na Lei no 13.303, de 30 de junho de 2016:

- a) assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio do Serpro;
- b) ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade;
- c) execução da garantia contratual, se prevista no presente contrato, para ressarcimento do Serpro, e dos valores das multas e indenizações a ele devidos;
- d) retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados ao Serpro.

9.5.1 A aplicação das medidas previstas nas alíneas “a” e “b” do item anterior fica a critério do Serpro, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

10.1 O prazo de vigência do presente contrato é de 60 (sessenta) meses, **contados a partir de sua assinatura**, podendo ser prorrogado mediante assinatura de Termo Aditivo que indique a respectiva provisão orçamentária, limitada sua duração a 120 (cento e vinte) meses.

10.1.1 A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação, que poderá ocorrer quando as condições do contrato permanecerem mais vantajosas para o Serpro.

10.2 A Contratada poderá se manifestar sobre eventual desinteresse na manutenção do contrato, passados 12 (doze) meses do início da vigência e com antecedência mínima de 4 (quatro) meses do encerramento de seu interesse, permitindo ao Serpro promover ações para nova contratação em tempo hábil.

10.3 O contrato poderá ter o término de sua vigência antecipado pelo Serpro, após decorridos 12 (doze) meses da data de vigência.

10.4 O Serpro manifestará desinteresse na manutenção do contrato no prazo mínimo de 4 (quatro) meses da data do término pretendido, devendo comunicar à empresa esta decisão, à qual não caberá recurso.

10.5 A prorrogação será precedida de consulta para identificar a regularidade da situação da Contratada, conforme Cláusula da Manutenção das Condições de Habilitação deste contrato, e de comprovação para avaliar se as condições e os preços permanecem vantajosos, permitida a negociação com a Contratada ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

10.6 Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação deste contrato, provocado por fato quanto ao qual a Contratada não seja responsável, será prorrogado, por igual período do impedimento/paralisação/sustação, o cronograma de execução e o prazo de vigência do contrato, se necessário.

10.7 A execução deste contrato poderá ser suspensa, por interesse do Serpro, mediante acordo entre as partes, no qual disporão sobre todas as condições da suspensão e da retomada, especialmente sobre o prazo de suspensão, incluída a possibilidade ou impossibilidade de adequação da vigência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

11.1 Consoante o estabelecido no art. 69, inc. IX da Lei 13.303/16, a Contratada se obriga a manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no curso do procedimento

licitatório, exceto a manutenção do porte de microempresa e de empresa de pequeno porte e opção de regime tributário, informando ao responsável pela fiscalização do contrato, imediatamente, a superveniência de qualquer ato ou fato que venha a modificar suas condições iniciais de habilitação.

11.2 O Serpro promoverá consulta da regularidade, previamente a aditativação do contrato ou a cada 12 (doze) meses, por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, do Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas ou Suspensas – CEIS e do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, para identificar a situação da Contratada.

11.2.1 Se constatada desconformidade em razão de documentação vencida, a Contratada terá o prazo de até 30 (trinta) dias, contados da notificação do Serpro, para regularizar seu cadastramento. Caso não obtenha êxito, a Contratada se sujeitará às sanções previstas neste contrato, inclusive rescisão contratual.

11.2.2 Se constatada desconformidade em razão de impedimentos identificados nas certidões, a Contratada deverá apresentar justificativas/comprovantes para avaliação e decisão do Serpro sobre a continuidade do contrato.

11.2.3 Se constatada a desconformidade junto ao CADIN, decorrente de débito afeto à seguridade social, a Contratada terá o prazo de até 30 (trinta) dias, contados da notificação do Serpro, para regularizar sua situação. Caso não obtenha êxito, a Contratada se sujeitará às sanções previstas neste contrato, inclusive rescisão contratual.

11.3 Havendo a renovação contratual, a Contratada deverá reapresentar os documentos de qualificação técnica específicos para a prestação dos serviços que possuem prazo de validade vencido ao longo do período (exemplos: Licença de Polícia, Bombeiro, CREA, A.R.T., CRM).

11.4 Após os prazos concedidos nesta cláusula, poderá o Serpro decidir por manter o contrato por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado pela autoridade competente, até que se promova sua substituição com segurança.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS RISCOS

12.1 Os riscos relevantes inerentes ao objeto desta contratação foram identificados pelo Serpro e proporcionaram estabelecer, nas cláusulas deste contrato, as ações para suas mitigações, com a alocação objetiva das responsabilidades de cada parte.

12.2 Os riscos identificados estabeleceram a equação econômico-financeira para a prestação adequada dos serviços objeto do contrato, conforme os preços nele acordados.

12.3 Outros riscos supervenientes à contratação, decorrentes de evento desfavorável, imprevisto ou de difícil previsibilidade, que venham a onerar demasiadamente os encargos contratuais de uma ou ambas as partes, afetando a prestação dos serviços ou a equação econômico-financeira do contrato, deverão ser mitigados sob a responsabilidade da parte definida na matriz de riscos a seguir:

TIPO DE RISCO	DESCRIÇÃO	RESPONSABILIDADE		AÇÕES MITIGAÇÃO / CONTINGÊNCIA
		SERPRO	FORNECEDOR	

EXECUÇÃO O CONTRATUAL	Planilhas de formação de preço com cálculos / tributos errados e indevidos	X		Verificar os dados da nota fiscal com os dados da proposta; Analisar os componentes de custos por ocasião da repactuação; Avaliar a vantajosidade entre manter o contrato e realizar nova Contratação; Corrigir a planilha, mantendo ou reduzindo o valor e aditando o Contrato. Caso contrário, rescisão e nova contratação.
	Indisponibilidade financeira na execução do Contrato	X		Negociar prazo e condições com a Contratada para regularização dos pagamentos pendentes; Negociar com a Contratada supressão ou paralisação total ou parcial do objeto por período determinado; Rescisão contratual por consenso entre as partes.
	Desequilíbrio econômico-financeiro provocado pela Contratada		X	Atender as condições da especificação e as orientações da fiscalização do Serpro; / Acionar o seguro empresarial da empresa, caso exista; Assumir os prejuízos advindos; Denunciar o contrato, atentando-se para o prazo mínimo estabelecido.
	Defasagem do valor contratado em razão da preclusão do direito de repactuar/reajustar (gestão contratual)		X	Atender as condições da especificação e as orientações da fiscalização do Serpro; / Acionar o seguro empresarial da empresa, caso exista; Assumir os prejuízos advindos; Denunciar o contrato, atentando-se para o prazo mínimo estabelecido.
	Falta de recursos da Contratada para a execução contínua dos serviços		X	Acionar o seguro empresarial da empresa, caso exista; Assumir os prejuízos advindos; Denunciar o contrato, atentando-se para o prazo mínimo estabelecido.
	Seguradora cancela garantia de execução do objeto		X	Providenciar novo seguro ou fiança bancária ou substituir por caução em dinheiro; Assumir os prejuízos advindos.
	Anulação do Contrato por motivos não Imputáveis à Contratada	X		Comprovar o dano para possível exame de indenização pelo Serpro.
	Anulação do Contrato por motivos imputáveis à		X	Ressarcir o Serpro pelos prejuízos identificados

	Contratada			
	Identificação de sobrepreço na execução contratual		X	Ressarcir o Serpro pelos prejuízos identificados
	Custos adicionais causados pelo Serpro	X		Revisar os valores contratados
	Rescisão contratual consensual		X	Comprovar o dano para possível exame de indenização pelo Serpro.

12.4 É vedada a celebração de aditivos para revisão dos valores acordados, decorrentes de eventos supervenientes alocados como de responsabilidade da Contratada na Matriz de Riscos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

13.1 A Contratada deverá apresentar à Fiscalização do Serpro, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogável por igual período, contado da data de assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual de 2,5% (dois e meio por cento) do montante referente a 12 (doze) meses de execução do valor atualizado do contrato, podendo optar por caução em dinheiro, seguro–garantia ou fiança bancária (modelo do Anexo 02 deste Contrato), observadas as condições e prazo de vigência previstos na presente cláusula.

13.2 A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

13.2.1 Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

13.2.2 Prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

13.2.3 Multas moratórias e punitivas aplicadas pelo Serpro à Contratada;

13.2.4 Obrigações de qualquer natureza, relativas aos serviços, não adimplidas pela Contratada, quando couber.

13.3 A modalidade seguro–garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nos itens 13.2.1 a 13.2.4 e observar as condições e prazo de uso e liberação definidos neste contrato e na legislação que rege a matéria.

13.4 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada por meio de pagamento de Guia de Recolhimento da União (GRU), tendo como favorecido o Serpro, e será atualizada monetariamente, deduzidos eventuais valores consignados na legislação vigente ou neste contrato.

13.5 Em caso de fiança bancária, deverá constar expressamente renúncia, pelo fiador, dos benefícios dos artigos 827 e 838 do código civil brasileiro.

13.6 Fica vedada em quaisquer opções a colocação de cláusulas excludentes de quaisquer naturezas, inclusive que impliquem redução de valores ao longo da vigência contratual.

13.7 O Serpro executará a garantia nas condições previstas neste contrato e na forma prevista na legislação que rege a matéria.

13.8 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

13.8.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza o Serpro a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe a Cláusula de Rescisão Contratual.

13.9 O número deste contrato deverá constar dos instrumentos de garantia ou seguro a serem apresentados pelo garantidor e/ou segurador.

13.10 Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade em que implique o acionamento da garantia, a FISCALIZAÇÃO do contrato deverá comunicar por meio de ofício ou e-mail, o fato à seguradora e/ou fiadora paralelamente às comunicações de solicitação de defesa prévia à Contratada.

13.11 O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo Serpro com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

13.12 A validade da garantia será durante a vigência do contrato e 1 (um) mês após o término da vigência contratual.

13.13 A garantia, inclusive as devidas correções monetárias oriundas da caução em dinheiro, somente será liberada após término da vigência do contrato, ante a comprovação de que a Contratada realizou as atividades necessárias para a execução dos serviços contratados e dentro da qualidade requerida.

13.14 A garantia será considerada extinta:

13.14.1 Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Fiscalização do Serpro, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato; e

13.14.2 Após o término da vigência da garantia estabelecida no item 13.12.

13.15 A cada prorrogação do contrato, vencimento da vigência da garantia, revisão dos valores acordados, ou, ainda, na utilização total ou parcial da garantia no pagamento de qualquer obrigação, multas ou indenizações, a Contratada se obriga a renovar ou atualizar a garantia, apresentando o respectivo comprovante ao Serpro no prazo de até 10 (dez) dias úteis do fato que ensejou a revisão da garantia.

13.16 Em caso de redução no valor do contrato, fica a critério da Contratada fazer o ajuste na garantia.

13.17 Fica vedada a inserção de cláusula que exclua de cobertura prejuízos e demais penalidades causados ou relacionados a atos ou fatos violadores de normas de anticorrupção que tenham sido provocados exclusivamente pela Contratada (tomador) ou seu representante, sem o concurso do Serpro (segurado) ou seu representante.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 A Contratada e o Serpro notificarão por escrito, um ao outro, sobre qualquer anormalidade constatada durante a execução dos serviços.

14.2 A ação ou omissão da fiscalização do Serpro, total ou parcial, não eximirá a Contratada da responsabilidade integral pela execução dos serviços.

14.3 Qualquer omissão ou tolerância das partes no exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste contrato, ou no exercer uma prerrogativa dele decorrente, não constituirá renúncia e não afetará o direito da parte de exercê-lo a qualquer tempo.

14.4 Não será considerado como inadimplemento o descumprimento de cláusulas contratuais que resultem de caso fortuito ou força maior, como previsto no art. 393, do Código Civil.

14.5 As correspondências emitidas e recebidas em razão dos serviços ora contratados farão parte integrante do processo de gestão do contrato.

14.6 O presente instrumento obrigará e disciplinará as partes contratantes, seus sucessores e cessionários, porém nenhuma das partes poderá ceder ou transferir este contrato ou quaisquer direitos oriundos do mesmo sem o consentimento prévio e expresso da outra parte.

14.7 A Contratada poderá aceitar, observado o art. 81 da Lei n. 13.303 e nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.7.1 Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido no item anterior, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

14.8 É vedada à Contratada o uso de propaganda política e/ou religiosa, cartazes, comunicados e avisos, que não sejam inerentes ao objeto do contrato.

14.9 Este contrato poderá ser alterado por acordo entre as partes, vedando-se ajuste que resulte em alteração da natureza do objeto ou qualquer outra forma de violação da obrigação de licitar.

14.10 O Código de Ética, Conduta e Integridade do Serpro deverá ser consultado pela Contratada no sítio <https://www.transparencia.serpro.gov.br/etica-e-integridade/etica> e a Política de Integridade e Anticorrupção do Serpro no sítio <https://www.transparencia.serpro.gov.br/etica-e-integridade/integridade>.

14.11 Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes do Regulamento de Licitações e Contratos do Serpro, disponível no sítio www.serpro.gov.br, do Decreto 8.945/16 e da Lei 13.303/16, com suas posteriores alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS ANEXOS

15.1 Integram este contrato, dele fazendo parte e surtindo todos efeitos:

ANEXO 01 – CARACTERÍSTICAS DA CONTRATAÇÃO (Anexo I do Edital)

ANEXO 01A – ESTIMATIVA DE PRAZOS

ANEXO 01B – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

ANEXO 01C – PROVA DE CONCEITO – POC

ANEXO 02 – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS COM A RELAÇÃO DE ITENS

ANEXO 03 - MODELO DE CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO:

16.1 As partes CONTRATANTES elegem o foro da Justiça Federal – Seção Judiciária do Distrito Federal para dirimir as questões porventura decorrentes da execução deste contrato.

E, por estarem justas e contratadas, assinam digitalmente o presente instrumento, para que surta os seus efeitos legais, obrigando-se por si e por seus sucessores.

PELA CONTRATADA:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Representante legal da XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



PELO SERPRO:

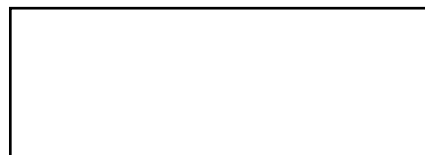
Sr. Edieval Locatelli Filho

Gerente da Divisão de Licitações e das Aquisições e
Contratações Administrativas e de Infraestrutura
SUPGA/GAADM/GAADL – **SERPRO**



GESTOR DO CONTRATO:

SUPGA/GAGAC/GAACX – **SERPRO**



ANEXO 01 DO CONTRATO – CARACTERÍSTICAS DA CONTRATAÇÃO
--

Atenção Elaborador: Antes da assinatura do contrato, em sua versão final, copiar o Anexo I do Edital neste campo.

Este anexo consta em separado em arquivo denominado “ANEXO 01A – ESTIMATIVA DE PRAZOS”.

Este anexo consta em separado em arquivo denominado “ANEXO 01B – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS”.

Este anexo consta em separado em arquivo denominado “ANEXO 01C – PROVA DE CONCEITO - POC”.

Este anexo consta em separado em arquivo denominado “ANEXO 02 – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS COM A RELAÇÃO DE ITENS”.

**ANEXO 03 DO CONTRATO – MODELO DE CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA PARA
GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

Optando por Fiança Bancária, caberá à Contratada apresentá-la conforme este modelo, no prazo estabelecido no item 13.1 do Contrato.

1. Pela presente, o (a) (nome da instituição fiadora) com sede em (endereço completo), por seus representantes legais infra-assinados, declara que se responsabiliza como FIADOR e principal pagador, com expressa renúncia dos benefícios estatuídos nos Artigos 827 e 838, do Código Civil Brasileiro, da empresa (nome da empresa), com sede em (endereço completo), até o limite de R\$ (valor da garantia) (valor por escrito) para efeito de garantia à execução do Contrato nº (número do contrato), decorrente do processo licitatório (modalidade e número do instrumento convocatório da licitação – ex.: PE nº xx/ano), firmado entre a AFIANÇADA e o Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro para (objeto da licitação).

2. A fiança ora concedida visa garantir o cumprimento, por parte de nossa AFIANÇADA, de todas as obrigações estipuladas no contrato retromencionado, abrangendo o pagamento de:

a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

b) multas moratórias e punitivas aplicadas pelo Serpro À Contratada;

c) prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

d) obrigações trabalhistas, previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela Contratada, quando couber.

3. Esta fiança é válida por (prazo, contado em meses, correspondente à vigência do contrato) (valor por escrito) meses, contados a partir de (data de início da vigência do contrato), vencendo-se, portanto em (data).

4. Na hipótese de inadimplemento de qualquer das obrigações assumidas pela AFIANÇADA, o (a) (nome da instituição fiadora) efetuará o pagamento das importâncias que forem devidas, no âmbito e por efeito da presente fiança, até o limite acima estipulado, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do recebimento de comunicação escrita do Serpro

5. A comunicação de inadimplemento deverá ocorrer até o prazo máximo de 90 (noventa) dias após o vencimento desta fiança.

6. Nenhuma objeção ou oposição da nossa AFIANÇADA será admitida ou invocada por este FIADOR com o fim de escusar-se do cumprimento da obrigação assumida neste ato e por este instrumento perante o Serpro.

7. Obriga-se este FIADOR, outrossim, pelo pagamento de quaisquer despesas judiciais e/ou extrajudiciais, bem assim por honorários advocatícios, na hipótese de o Serpro se ver compelido a ingressar em juízo para demandar o cumprimento da obrigação a que se refere a presente fiança.

8. Se, no prazo máximo de 90 (noventa) dias após a data de vencimento desta fiança, o (a) (nome da instituição fiadora) não tiver recebido do Serpro qualquer comunicação relativa a inadimplemento da AFIANÇADA, ou termo circunstanciado de que a AFIANÇADA cumpriu todas as cláusulas do contrato, acompanhado do original desta Carta de Fiança, esta fiança será

automaticamente extinta, independentemente de qualquer formalidade, aviso, notificação judicial ou extrajudicial, deixando, em consequência, de produzir qualquer efeito e ficando o FIADOR exonerado da obrigação assumida por força deste documento.

9. Declara, ainda, este FIADOR, que a presente fiança está devidamente contabilizada e que satisfaz às determinações do Banco Central do Brasil e aos preceitos da legislação bancária aplicáveis e, que, os signatários deste Instrumento estão autorizados a prestar a presente fiança.

10. Declara, finalmente, que está autorizado pelo Banco Central do Brasil a expedir Carta de Fiança e que o valor da presente se contém dentro dos limites que lhe são autorizados pela referida entidade federal.

(Local e data)

(Instituição garantidora)

(Assinaturas autorizada)